

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

HELOÍSA POLTRONIERI

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: ESTUDO SOBRE A
PRODUÇÃO CIENTÍFICA DIVULGADA NO PERIÓDICO
ESTUDOS EM AVALIAÇÃO EDUCACIONAL (1990-2010)

CAMPINAS
2012

HELOÍSA POLTRONIERI

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: ESTUDO SOBRE A
PRODUÇÃO CIENTÍFICA DIVULGADA NO PERIÓDICO
ESTUDOS EM AVALIAÇÃO EDUCACIONAL (1990-2010)

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Educação da Pontifícia Universidade
Católica de Campinas como exigência
para a obtenção do título de Mestre em
Educação

Orientador: Prof. Dr. Adolfo Ignacio
Calderón

Campinas
2012

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e
Informação - SBI - PUC-Campinas

t370.78 Poltronieri, Heloísa.
P779a Avaliação da aprendizagem: estudo sobre a produção científica divulgada no periódico Estudos em Avaliação Educacional (1990-2010) / Heloísa Poltronieri. - Campinas: PUC-Campinas, 2012.
189p.

Orientador: Adolfo Ignacio Calderón.
Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Pós-Graduação em Educação.
Inclui bibliografia.

1. Pesquisa educacional. 2. Avaliação educacional. 3. Aprendizagem. 3. Educação - Periódicos. I. Calderón, Adolfo Ignacio. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Pós-Graduação em Educação. III. Título.

18.ed.CDD – t370.78

HELOÍSA POLTRONIERI

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: ESTUDO SOBRE A PRODUÇÃO
CIENTÍFICA DIVULGADA NO PERIÓDICO
ESTUDOS EM AVALIAÇÃO EDUCACIONAL (1990-2010)

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Educação da Pontifícia Universidade
Católica de Campinas como exigência
para a obtenção do título de Mestre em
Educação

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Adolfo Ignacio Calderón - Presidente e Orientador
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Profa. Dra. Jussara Cristina Barboza Tortella
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Prof. Dr. Itamar Mendes da Silva
Universidade Federal do Espírito Santo

Aos meus pais, Gilberto e Suzana, que estiveram presentes em todos os momentos da minha vida e que são os grandes responsáveis por esta conquista

Ao Felipe pelo apoio e parceria, por entender os momentos de ausência e por ter sempre me acompanhado durante esta caminhada

AGRADECIMENTOS

A meu orientador, professor Dr. Adolfo Ignacio Calderón, pela orientação no sentido mais pleno da palavra, por clarear os caminhos, por incentivar a produção e pela preocupação sempre demonstrada.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo financiamento sem o qual esta pesquisa não teria condições de ser realizada.

Ao professor Dr. Itamar Mendes da Silva, que orientou este trabalho durante alguns meses e que, desde a graduação, acreditou no meu potencial e depositou sua confiança em mim.

À professora Dra. Jussara Cristina Barboza Tortella, pelos apontamentos preciosos no momento da qualificação e por aceitar, gentilmente, participar da banca de defesa.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, pelos conhecimentos compartilhados e pela dedicação que demonstram à profissão de professores e pesquisadores.

Ao coordenador do curso de Mestrado em Educação da PUC-Campinas, professor Dr. Samuel Mendonça, pelo compromisso com o programa e por sempre nos oferecer oportunidades de crescimento pessoal e intelectual.

A todos os colegas do Programa de Pós-Graduação em Educação, em especial a Aline Akamine, Jaqueline Massucato, Regilson Borges e Talita Safa, amigos que levarei por toda a vida e que foram essenciais nesses anos de curso, prestando solidariedade nos momentos difíceis.

Às professoras Dra. Dora Megid, Dra. Heloisa Helena de Oliveira Azevedo e Dra. Elvira Cristina Tassoni, que acompanharam meus passos desde a graduação e que me servem de inspiração.

Aos funcionários da biblioteca da PUC-Campinas e do Laboratório de Informática, pelos auxílios prestados.

Às secretárias do Programa de Pós-Graduação em Educação, Regina e Lílian, por serem sempre tão prestativas.

A minha irmã, Marina, a minha avó, Luzia, e a minha prima, Bárbara, pelo carinho.

A minhas amigas da graduação, Larissa, Marina e Rebeca, que me ajudaram a estar aqui hoje.

A Angélica, por me fazer acreditar que sou capaz e por nunca me deixar desistir ou fraquejar diante das dificuldades.

De tudo ficaram três coisas:
A certeza de que estamos sempre começando
A certeza de que precisamos continuar
A certeza de que seremos interrompidos antes de terminar

Portanto devemos:
Fazer da interrupção um caminho novo
Da queda um passo de dança
Do medo, uma escada
Do sonho, uma ponte
Da procura, um encontro

Fernando Pessoa

RESUMO

POLTRONIERI, Heloísa. Avaliação da aprendizagem: estudo sobre a produção científica divulgada no periódico *Estudos em Avaliação Educacional* (1990-2010). 2011. 189f. Dissertação (Mestrado em Educação)– Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2012.

Pesquisas realizadas sobre avaliação na educação básica apontam a revista *Estudos em Avaliação Educacional* como o periódico que possui maior concentração de artigos na área da Avaliação da educação básica. Buscando contribuir com os esforços em compreender a evolução do campo do conhecimento neste tema, estabeleceu-se como objetivo geral pesquisar e mapear, a partir dos estudos sobre o estado da arte, a produção científica divulgada no periódico *Estudos em Avaliação Educacional* no período de 1990 a 2010, focada na área da Avaliação da Aprendizagem da educação básica. Pretendeu-se: identificar as contribuições teóricas dos artigos divulgados no periódico para o campo do conhecimento sobre avaliação da aprendizagem; verificar as principais tendências temáticas difundidas no periódico seguindo uma linha histórica; analisar as principais discussões presentes nas publicações; identificar os autores brasileiros, artigos ou livros mais citados nos artigos analisados; verificar o percentual de estudos na área da Avaliação da Aprendizagem na educação básica e no ensino superior; identificar os principais autores que publicam na revista, sua formação e se são bolsistas produtividade; verificar em quais universidades os artigos foram produzidos e quais deles resultaram de teses de doutorado ou dissertações de mestrado. Além disso, objetivou-se identificar as principais tendências temáticas presentes nos 20 anos de existência da revista. A pesquisa caracteriza-se como sendo do tipo estado da arte.

Palavras-chave: Avaliação Educacional, Avaliação da Aprendizagem, Estado da Arte.

ABSTRACT

Researches done about the evaluation in basic education points out “Studies in Educational Evaluation” as the journal which has the higher concentration of articles in the área of evaluation in basic education. In order to contribute to understand the evolution of this field, our main purpose is to research and to map the scientific production published in this journal between 1990 and 2010 according to the theories about the State of the Art and focused on the area of learning’s evaluation in basic education. This work intends to identify the theoretical contributions of the articles published in this journal to the field of learning’s evaluation; to check the main thematic trends of the journal according to an historical line; to analyze the major discussions in the volumes of the journal; to identify the Brazilian authors, articles or books most mentioned in the articles analyzed; to verify the percentage of the studies in the area of learning’s evaluation in basic education and in college; to identify the main authors who publish in this journal, their formation and if they are productivity exhibitor; to check in which universities the articles were produced and which of them are due to doctor’s or master’s degree. Moreover, there’s one attempt to point out which are the main thematic trends that feature these 20 years of the journal. The research is an example of State of the Art and it’s structured in three chapters: Learning’s evaluation: a reading according to the researches about the State of the Art; Learning’s evaluation in the journal “Studies in Educational Evaluation”: mapping the scientific production; and Learning’s evaluation in “Studies in Educational Evaluation”: thematic trends and theoretical contributions.

Keywords: Educational evaluation; Learning's evaluation; State of the Art.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Esquema 1 –	Linha do tempo das pesquisas do estado da arte focadas na avaliação da aprendizagem	33
Quadro 1 –	Membros do comitê editorial da revista <i>Estudos em Avaliação Educacional</i> e respectivo vínculo institucional	48
Quadro 2 –	Membros do conselho editorial da Revista <i>Estudos em Avaliação Educacional</i> e respectivo vínculo institucional.....	49
Gráfico 1 –	Distribuição dos eixos temáticos sobre avaliação da aprendizagem na educação básica ao longo dos anos	83
Gráfico 2 –	Distribuição dos eixos temáticos sobre avaliação da aprendizagem na educação superior ao longo dos anos.....	114

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Distribuição dos artigos em níveis de ensino.....	56
Tabela 2	– Categorização dos artigos sobre educação básica a partir dos níveis da avaliação educacional.....	59
Tabela 1	– Categorização dos artigos sobre educação superior a partir dos níveis da avaliação educacional.....	60
Tabela 2	– Distribuição dos artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação básica, por país de origem, divulgados na revista <i>Estudos em Avaliação Educacional</i> (1990-2010).....	61
Tabela 3	– Distribuição dos artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação básica divulgados na revista <i>Estudos em Avaliação Educacional</i> por instituições universitárias e instituições não universitárias, fundações ou centros de pesquisa.....	62
Tabela 4	– Distribuição dos artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação básica por universidades na revista <i>Estudos em Avaliação Educacional</i> (1990-2010).....	62
Tabela 5	– Distribuição dos artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação básica por instituições não universitárias, fundações ou centros de pesquisa divulgados na revista <i>Estudos em Avaliação Educacional</i> (1990-2010).....	64
Tabela 6	– Distribuição dos artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação básica por regiões do país divulgados na revista <i>Estudos em Avaliação Educacional</i>	65
Tabela 7	– Distribuição dos artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação básica por autores que mais publicaram na revista <i>Estudos em Avaliação Educacional</i> (1990-2010).....	66
Tabela 10	– Autores estrangeiros mais citados nos artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação básica divulgados na revista <i>Estudos em Avaliação Educacional</i> (1990-2010).....	67
Tabela 11	– Autores brasileiros mais citados nos artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação básica divulgados no periódico <i>Estudos em Avaliação Educacional</i> (1990-2010).....	68
Tabela 12	– Distribuição dos artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação superior, por país de origem, divulgados na revista <i>Estudos em Avaliação Educacional</i> (1990-2010).....	70
Tabela 13	– Distribuição dos artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação superior divulgados na revista <i>Estudos em Avaliação Educacional</i> por instituições universitárias e instituições não universitárias, fundações ou centros de pesquisa.....	71
Tabela 14	– Distribuição dos artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação superior por universidades na revista <i>Estudos em Avaliação Educacional</i> (1990-2010).....	71
Tabela 15	– Distribuição dos artigos sobre avaliação da aprendizagem na	

	educação superior por instituições não universitárias, fundações ou centros de pesquisas divulgados na revista <i>Estudos em Avaliação Educacional</i> (1990-2010).....	72
Tabela 16	– Distribuição dos artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação superior por regiões do país divulgados na revista <i>Estudos em Avaliação Educacional</i> (1990-2010).....	73
Tabela 17	– Distribuição dos artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação superior por autores que mais publicaram na revista <i>Estudos em Avaliação Educacional</i> (1990-2010).....	74
Tabela 18	– Autores estrangeiros mais citados nos artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação superior divulgados na revista <i>Estudos em Avaliação Educacional</i> (1990-2010).....	75
Tabela 19	– Autores brasileiros mais citados nos artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação superior divulgados no periódico <i>Estudos em Avaliação Educacional</i> (1990-2010).....	77
Tabela 20	– Eixos temáticos: avaliação da aprendizagem na educação básica.....	82
Tabela 21	– Desempenho escolar: subeixos temáticos.....	85
Tabela 22	– Práticas de avaliação: subeixos temáticos.....	94
Tabela 23	– Avaliação da aprendizagem e políticas públicas: subeixos temáticos.....	98
Tabela 24	– Teoria da avaliação da aprendizagem: subeixos temáticos.....	102
Tabela 25	– Representações sobre avaliação da aprendizagem: subeixos temáticos.....	105
Tabela 26	– Eixos temáticos acerca da avaliação da aprendizagem na educação superior, divulgados na revista <i>Estudos em Avaliação Educacional</i>	113
Tabela 27	– Vestibular: assuntos abordados.....	115
Tabela 28	– Práticas avaliativas: subeixos temáticos.....	120

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	–	Associação Brasileira de Normas Técnicas
Anped	–	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
Apae	–	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
Capes	–	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Cescem	–	Centro de Seleção de Candidatos às Escolas Médicas
CNPq	–	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EAE	–	Estudos em Avaliação Educacional
Edurural	–	Programa de Expansão e Melhoria da Educação do Meio Rural
Enem	–	Exame Nacional do Ensino Médio
Fafi-BH	–	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belo Horizonte
FCC	–	Fundação Carlos Chagas
FDE	–	Fundação para o Desenvolvimento da Educação
Feusp	–	Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
Fuvest	–	Fundação Universitária para o Vestibular
IES	–	Instituições de Ensino Superior
Inaf	–	Indicador de Analfabetismo Funcional
Inep	–	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	–	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	–	Ministério da Educação
PCN	–	Parâmetros Curriculares Nacionais
PUC-MG	–	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PUC-RJ	–	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-RS	–	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC-SP	–	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Reduc	–	Rede Latino-Americana de Informação e Documentação em Educação
Saeb	–	Sistema de Avaliação da Educação Básica
Saresp	–	Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo
SEE-MG	–	Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais
SEE-PE	–	Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco
SEE-SP	–	Secretaria Estadual de Educação de São Paulo
Senai	–	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Sinaes	–	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UCB	–	Universidade Católica de Brasília
Uece	–	Universidade Estadual do Ceará
UEL	–	Universidade Estadual de Londrina
UEM	–	Universidade Estadual de Maringá
Uerj	–	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Uesc	–	Universidade Estadual de Santa Cruz
Ufba	–	Universidade Federal da Bahia
UFC	–	Universidade Federal do Ceará
Ufes	–	Universidade Federal do Espírito Santo
UFMG	–	Universidade Federal de Minas Gerais
Ufpe	–	Universidade Federal de Pernambuco
UFPR	–	Universidade Federal do Paraná
UFRJ	–	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRGS	–	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	–	Universidade Federal de Santa Catarina
UnB	–	Universidade de Brasília
Unesco	–	Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura
Unesa	–	Universidade Estácio de Sá
Unesp	–	Universidade Estadual Paulista
Uniban	–	Universidade Bandeirantes de São Paulo
Unicamp	–	Universidade Estadual de Campinas
Unifil	–	Centro Universitário Filadélfia
Uniube	–	Universidade de Uberaba
USP	–	Universidade de São Paulo
UTP	–	Universidade Tuiuti do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO: O CONTEXTO, A PESQUISA E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	16
2	AValiação DA APRENDIZAGEM: UMA LEITURA À LUZ DAS PESQUISAS SOBRE O ESTADO DA ARTE	28
	2.1 Observação preliminar.....	28
	2.2 Seguindo uma linha do tempo.....	32
	2.3 Superando a visão tecnicista (1980-1990).....	34
	2.4 Ausência de estudos originais sobre a realidade brasileira (1990-1998).....	38
	2.5 Caminhos para uma proposta emancipatória (2000-2007)	42
	2.6 Observações finais	44
3	AValiação DA APRENDIZAGEM: MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DIVULGADA NA REVISTA <i>ESTUDOS EM AVALIAÇÃO EDUCACIONAL</i>	46
	3.1 Observação preliminar	46
	3.2 A Fundação Carlos Chagas	47
	3.3 A <i>Estudos em Avaliação Educacional</i> como objeto de estudo.....	52
	3.4 Uma revista com predominância na educação básica	56
	3.5 A produção científica sobre avaliação da aprendizagem na educação básica	61
	3.5.1 Origem e procedência institucional e regional.....	61
	3.5.2 Principais autores e obras mais citadas.....	66
	3.6 A produção científica sobre avaliação da aprendizagem na educação superior.....	69
	3.6.1 Origem e procedência institucional e regional.....	70
	3.6.2 Principais autores e obras mais citadas.....	74
	3.7 Observações finais.....	78
4	AValiação DA APRENDIZAGEM: TENDÊNCIAS TEMÁTICAS E CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS	81
	4.1 Observação preliminar.....	81
	4.2 Avaliação da aprendizagem na educação básica: eixos temáticos.....	81
	4.2.1 Desempenho escolar.....	85
	4.2.1.1 Desempenho escolar em disciplinas.....	86
	4.2.1.2 Desempenho escolar e influência de variáveis.....	90
	4.2.1.3 Desempenho escolar e políticas públicas.....	92
	4.2.1.4 Desempenho escolar e práticas educativas.....	92
	4.2.1.5 Desempenho escolar na rede privada.....	93
	4.2.1.6 Desempenho escolar e valor agregado.....	93
	4.2.2 Práticas de avaliação.....	94
	4.2.2.1 Avaliação formativa.....	94
	4.2.2.2 Práticas avaliativas em disciplinas.....	96
	4.2.2.3 Práticas avaliativas na educação infantil.....	97
	4.2.2.4 Práticas avaliativas na escola pública.....	98

4.2.2.5 Práticas avaliativas e novas tecnologias.....	98
4.2.3 Avaliação da aprendizagem e políticas públicas.....	98
4.2.3.1 Legislação.....	99
4.2.3.2 Escolas-padrão.....	100
4.2.3.3 Ciclos de formação.....	101
4.2.3.4 Progressão continuada.....	101
4.2.4 Teoria da avaliação da aprendizagem.....	102
4.2.4.1 Avaliação qualitativa/quantitativa.....	102
4.2.4.2 Avaliação e planejamento.....	103
4.2.4.3 Teoria da avaliação em disciplinas.....	103
4.2.4.4 Avaliação formativa.....	104
4.2.5 Representações sobre avaliação da aprendizagem.....	105
4.2.5.1 Representações dos professores.....	105
4.2.5.2 Representações dos alunos.....	106
4.2.5.3 Representações de professores e alunos.....	107
4.2.6 Avaliação da aprendizagem e formação de professores.....	107
4.2.7 Avaliação da aprendizagem e fracasso escolar.....	109
4.2.8 Avaliação da aprendizagem e a relação professor-aluno.....	110
4.2.9 Avaliação da aprendizagem de alunos com deficiência.....	111
4.2.10 Aspectos sociológicos da avaliação da aprendizagem.....	112
4.3 Avaliação da aprendizagem na educação superior: eixos temáticos.....	112
4.3.1 Vestibular.....	115
4.3.1.1 Modelo.....	115
4.3.1.2 Desempenho.....	117
4.3.1.3 Redação.....	118
4.3.1.4 Índice de discriminação.....	118
4.3.1.5 Vestibular e aspectos socioeconômicos.....	119
4.3.1.6 Vestibular e ensino médio.....	120
4.3.2 Práticas avaliativas.....	120
4.3.2.1 Portfólio.....	121
4.3.2.2 Avaliação formativa.....	124
4.3.2.3 Práticas avaliativas em Educação Física.....	125
4.3.3 Teoria da avaliação.....	125
4.3.4 Avaliação da aprendizagem e diversidade cultural.....	126
4.4 Observações finais.....	127
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
REFERÊNCIAS.....	133
APÊNDICE A – Artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação básica publicados na revista <i>Estudos em Avaliação educacional</i> (1990-2010).....	146
APÊNDICE B – Educação básica: artigos resultantes de dissertações de mestrado e teses de doutorado.....	151
APÊNDICE C – Educação básica: obras dos autores estrangeiros mais citados.....	154
APÊNDICE D – Educação básica: obras dos autores brasileiros mais citados.....	155
APÊNDICE E – Artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação superior publicados na revista <i>Estudos em Avaliação Educacional</i> (1990-	

2010).....	158
APÊNDICE F – Educação superior: artigos resultantes de dissertações de mestrado e teses de doutorado.....	161
APÊNDICE G – Educação superior: obras dos autores estrangeiros mais citados.....	162
APÊNDICE H – Educação superior: obras dos autores brasileiros mais citados.....	163

.

1 INTRODUÇÃO: O CONTEXTO, A PESQUISA E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O termo “avaliação educacional” pode assumir diferentes significados. Não existe, entre os teóricos, uma definição única que seja de consenso geral. A avaliação toma significados diversos de acordo com as posições teóricas de cada autor.

A avaliação não é uma atividade neutra. Ela vem carregada de valores arraigados em uma sociedade. Assim, a prática avaliativa é realizada de acordo com o modelo de mundo e de educação em que se insere.

Conforme ressalta Dias Sobrinho (2002, p.15):

A avaliação é pluri-referencial. Então, é complexa, polissêmica, têm múltiplas e heterogêneas referências. Não é uma simples disciplina, com conteúdos já delimitados e modelos independentes. É um campo cujo domínio é disputado por diversas disciplinas e práticas sociais de distintos lugares acadêmicos, políticos e sociais. Não sendo uma disciplina autônoma e bastante em si mesma, necessita de uma pluralidade de enfoques e a cooperação ou a concorrência de diversos ramos de conhecimentos e metodologias de várias áreas, não somente para que seja minimamente entendida ou reconhecida intelectualmente, mas também para poder ela própria se exercitar concretamente de modo fundamentado. Não sendo mono-referencial, expressa-se de diferentes modos e constitui distintos modelos.

Diversos sentidos e significados foram atribuídos à avaliação ao longo de sua história, sendo que muitos deles exercem até hoje influências nas políticas públicas e práticas avaliativas.

Ralph Tyler, conhecido como “pai da avaliação”, entende que a avaliação é um processo em que se busca verificar se os objetivos educacionais previamente estabelecidos foram alcançados de maneira satisfatória. Essa concepção, conhecida como avaliação por objetivos, foi amplamente difundida e é, até hoje, muito utilizada pelos governos, devido ao seu caráter regulatório (SAUL, 2001).

Stufflebeam é um dos autores cujo enfoque avaliativo se caracteriza pela concepção da “avaliação por tomada de decisão”. O autor destaca que a avaliação é “o processo de delinear, obter e fornecer informações úteis para julgar decisões alternativas” (apud WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p. 152). Nessa perspectiva a avaliação é uma forma de obtenção de informações necessárias para que se tomem decisões quanto aos programas educacionais. Ela serve, portanto, para fornecer informações para quem toma as decisões. Segundo Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004, p. 151), o fundamento lógico desse tipo de avaliação é que a “informação avaliatória é parte essencial de decisões inteligentes”.

Scriven (apud SAUL, 2001, p. 36) apresenta a perspectiva da avaliação por mérito, a qual se caracteriza como “coleta e combinação de dados de desempenho ponderando-os em uma escala de objetivos [... para então] determinar e justificar o mérito ou valor de uma entidade”. Dentro dessa perspectiva, o objetivo da avaliação é julgar o mérito de uma prática, emitindo um julgamento de valor a seu respeito.

Por volta dos anos 1970, conforme ressalta Dias Sobrinho (2003), a avaliação passou por uma fase de novas construções teóricas e novos modelos. O termo ganhou grande visibilidade e surgiu o conceito de meta-avaliação, ou seja, avaliação das avaliações. O paradigma positivista passou a ser questionado e houve a valorização dos enfoques de caráter qualitativo.

A avaliação passou a ser caracterizada como um julgamento de valor que se sobreporia a qualquer visão meramente tecnicista, de cunho positivista. Segundo Dias Sobrinho (2003, p. 24):

O valor dota a avaliação de uma função ativa. Ela não se restringe a somente descrever os resultados obtidos, mas também passa a avaliar as entradas, os contextos ou circunstâncias diversas, os processos, as condições de produção e elementos finais.

Assim, percebe-se que a “avaliação tem muitas dimensões e, dependendo dos seus propósitos, define os métodos que melhor possam atender ao tipo de decisão a ser tomada” (SOUSA, 2000, p. 101).

Considerando que a avaliação educacional pode assumir diversos sentidos e significados, no presente estudo ela é compreendida a partir de três níveis: avaliação de sistemas, avaliação institucional e avaliação da aprendizagem. Tal sistematização é apresentada por Freitas et al. (2009) em seu livro *Avaliação educacional: caminhando pela contramão*, no qual ressaltam que, apesar da subdivisão da avaliação educacional em níveis, é importante sublinhar que eles estão interligados e interagem.

Embora a avaliação da aprendizagem seja o lado mais conhecido da avaliação educacional, este não pode ser tomado como único nível existente de avaliação. A desarticulação ou desconhecimento da existência dos demais níveis e a desconsideração da semelhança entre suas lógicas e suas formas de manifestação acabam por dificultar a superação dos problemas atribuídos à avaliação da aprendizagem. Os resultados desta precisam ser articulados com os outros níveis que compõem o campo da avaliação, sob pena de não darmos conta da complexidade que envolve a questão e reduzirmos a possibilidade de construção de processos decisórios mais circunstanciados e menos ingênuos. (FREITAS et al., 2009, p. 9)

Sordi e Lüdke (2009) também compreendem a avaliação educacional a partir dos níveis mencionados por Freitas et al. Para as autoras, a avaliação vem ganhando centralidade nas cenas políticas, ultrapassando a âmbito da aprendizagem dos alunos. As autoras também acreditam que a interação entre níveis da avaliação educacional possibilita melhoria na qualidade do ensino. A interação pode ser observada como um ciclo: as avaliações de sistemas oferecem às escolas informações importantes decorrentes das notas de desempenho de seus alunos. A escola, por sua vez, faz uma leitura desses dados, buscando refletir a respeito de seus processos de ensino-aprendizagem visando à melhora de sua qualidade de ensino (avaliação institucional), que se reflete no trabalho docente em sala de aula.

O primeiro nível, a avaliação da aprendizagem, é entendida por Freitas et al. (2009) como sendo aquela realizada no âmbito da sala de aula sob responsabilidade do professor, tendo como meios mais conhecidos para a realização os testes padronizados, provas, tarefas, perguntas orais. Além da avaliação da instrução, realizada por meio dos mecanismos citados, a avaliação da aprendizagem envolve

práticas avaliativas que incidem sobre ações disciplinares, que visam a manter a ordem em sala de aula e as avaliações de valores e atitudes. Para Sousa (2000), o objetivo da avaliação da aprendizagem é permitir o acompanhamento escolar do aluno, possibilitando que se tomem decisões de reajuste e de revisão durante o processo de ensino.

O segundo nível, a avaliação de sistemas, conhecida também por avaliação de larga escala, tem como finalidade principal a orientação das políticas públicas. De acordo com Freitas et al. (2009), a avaliação de larga escala é um instrumento que visa a acompanhar as redes de ensino a fim de verificar tendências ao longo do tempo, com o objetivo de reorientar políticas públicas. Além disso, tais avaliações, segundo os autores, podem contribuir com informações importantes no que tange ao desempenho dos alunos, dados para os professores, condições de trabalho e funcionamento das escolas de uma rede.

O terceiro nível da avaliação educacional, a avaliação institucional, tem como foco a instituição educativa. Segundo Sousa (2000), essa dimensão tem sido comumente aplicada na avaliação de universidades e instituições de ensino superior, podendo, porém, ser utilizadas para avaliar escolas de ensino fundamental e médio.

A avaliação institucional envolve um processo de reflexão, autoconhecimento, tomada de decisão e melhoria dos serviços e produtos oferecidos pela instituição de ensino. Diante disso, ressalta-se que ela deve ser transformadora, deve resultar em mudanças sociais e pedagógicas (REINHOLD, 2004).

Diante das três modalidades da avaliação educacional, o presente trabalho busca focar e discutir a temática da avaliação da aprendizagem, tanto na educação básica quanto na educação superior, a partir da produção científica divulgada na revista *Estudos em Avaliação Educacional* no período de 1990 a 2010.

Esta pesquisa se enquadra nos esforços em compreender o desenvolvimento da produção do conhecimento científico a respeito da avaliação educacional no país, inserindo-se nos estudos do chamado estado da arte. Trata-se de um estudo que

tenta complementar o diálogo estabelecido entre pesquisadores da avaliação no país que também se dedicam a pesquisar o desenvolvimento científico do tema “avaliação da aprendizagem” (SOUSA, 1994; BARRETO; PINTO, 2001; ULER, 2010).

A escolha por estudar a produção científica disseminada nesse periódico encontra justificativa nos resultados apresentados no estudo de Barreto e Pinto (2001), cuja pesquisa analisa as produções acadêmicas sobre avaliação na educação básica no período de 1990 a 1998 divulgadas em nove periódicos científicos¹.

Do total de artigos encontrados sobre avaliação no ensino básico (218), 43% estavam concentrados na revista *Estudos em Avaliação Educacional*, 23% na revista *Ensaio* e 12% em *Cadernos de Pesquisa*.

Diante dos dados apresentados por Barreto e Pinto (2001), percebe-se que a revista *Estudos em Avaliação Educacional* apresenta grande contribuição para a evolução do conhecimento na área da avaliação educacional, bem como é possível perceber a importância da Fundação Carlos Chagas no que tange à produção e divulgação do conhecimento científico na área, uma vez que *Estudos em Avaliação Educacional* e *Cadernos de Pesquisa* são publicações suas.

Assim, convém questionar:

- Quais as contribuições específicas dos artigos divulgados pela revista *Estudos em Avaliação Educacional* para os estudos da avaliação da aprendizagem como campo de conhecimento?
- Quais as principais tendências temáticas existentes nessa revista na área da avaliação da aprendizagem? Quais são as principais discussões e contribuições teóricas? Quais os autores brasileiros e autores estrangeiros mais citados? Quais os artigos ou livros mais citados?

¹ *Cadernos de Pesquisa, Educação e Realidade, Educação & Sociedade, Em Aberto, Ensaio, Estudos em Avaliação Educacional, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Revista da Faculdade de Educação da USP e Tecnologia Educacional.*

- Como estão distribuídos os estudos na área da avaliação da aprendizagem segundo os níveis: educação básica e no ensino superior? Existem diferenças? Ou seja, onde está focado o maior interesse da comunidade científica?
- Quais são os principais autores que publicam nessa revista? Quais as áreas do conhecimento desses autores? Quantos autores foram ou são bolsistas produtividade? Quantos autores são formadores em nível de pós-graduação *stricto sensu*? Quantos são estudantes de mestrado e doutorado? Quantos autores são estudantes de iniciação científica ou graduação? Em quais instituições universitárias foram elaborados os artigos divulgados nessas revistas?

Desta forma, no contexto dos estudos que estão sendo realizados no Brasil em torno do estado da arte da avaliação da aprendizagem em revistas científicas brasileiras, o objetivo geral da presente dissertação é estudar o estado da arte da produção científica divulgada na revista *Estudos em Avaliação Educacional* no período de 1990 a 2010, focando a avaliação da aprendizagem na educação básica e na educação superior.

Os objetivos específicos são os seguintes: a) identificar o foco predominante da revista em questão dentro da grande área da Avaliação Educacional, tendo como referência três modalidades: avaliação da aprendizagem, avaliação institucional, avaliação de sistemas, agrupadas nos níveis educação básica e educação superior; b) identificar e analisar as tendências temáticas referentes ao universo específico da avaliação da aprendizagem na educação básica e superior veiculadas na revista objeto deste estudo, focando as preocupações teóricas dos autores; c) mapear e analisar a produção científica sobre avaliação da aprendizagem a partir das seguintes categorias: autores brasileiros ou residentes no Brasil, autores estrangeiros não residentes no Brasil, procedência institucional dos autores, vínculo institucional dos autores (graduação e pós-graduação), autores bolsistas produtividade, origem dos artigos, agências de fomento e financiamento, distribuição regional da produção, programas de pós-graduação *stricto sensu*, aspectos metodológicos; d) identificar os autores brasileiros e estrangeiros mais citados na

área da avaliação da aprendizagem, incluindo as principais referências bibliográficas da área.

Utilizou-se como metodologia para a realização da presente pesquisa, cuja abordagem caracteriza-se como qualitativa, a modalidade denominada estado da arte ou estado do conhecimento.

As pesquisas do tipo estado da arte têm como propósito descobrir o estágio atual de desenvolvimento de determinada área do conhecimento. Essa metodologia originou-se nos Estados Unidos no final do século XIX, chegou à América Latina no final da década de 1970 e começo da década de 1980 e em pouco tempo ganhou força e prestígio, passando a ser um dos enfoques teórico-metodológicos mais utilizados por pesquisadores de alto nível. Os estados da arte voltados para a área educacional receberam destaque por meio da criação da Rede Latino-Americana de Informação e Documentação em Educação (Reduc), criada como parte dos esforços em melhorar a qualidade e a eficiência da educação em todo o continente. A Reduc é considerada um marco no desenvolvimento dos estudos do estado da arte na América Latina e também sua principal impulsionadora (PUENTES; AQUINO; FAQUIM, 2005).

No Brasil, os estudos do estado da arte ganharam espaço no meio acadêmico por meio de parcerias com organismos governamentais. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) viabilizou a partir da década de 1980 a realização de estudos do conhecimento na área educacional sobre os temas Alfabetização, Educação Infantil, Formação de Professores e Educação Superior, contribuindo para a ampliação e divulgação dessa metodologia no país (ULER, 2010).

De acordo com Ferreira (2002), as pesquisas do tipo estado da arte propõem-se a mapear e discutir certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando esclarecer que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congresso e de seminários.

Desta forma, o estado da arte ou estado do conhecimento busca organizar, sistematizar e discutir criticamente o conhecimento e a produção científica acerca de determinado assunto, produzido em um espaço temporal definido. Segundo Romanowski e Ens (2006), tais trabalhos não se restringem a identificar a produção, mas analisá-las e categorizá-las, revelando múltiplos enfoques e perspectivas; permitem identificar as temáticas e abordagem dominantes, as questões emergentes, bem como as lacunas e campos inexplorados.

Soares (1989, p. 9) afirma que pesquisas do estado do conhecimento são de grande importância, pois

[...] podem conduzir à plena compreensão do estado atingido pelo conhecimento a respeito de determinado tema, sua amplitude, tendências teóricas, vertentes metodológicas. Essa compreensão do estado do conhecimento sobre um tema, em determinado momento, é necessária no processo de evolução da ciência, a fim de que se ordene periodicamente o conjunto de informações e resultados já obtidos, ordenação que permita a indicação das possibilidades de integração de diferentes perspectivas, aparentemente autônomas, a identificação de duplicações ou contradições e a determinação de lacunas ou vieses.

Nesse sentido, Ferreira (2002) destaca que a relevância dos estudos que se dedicam a realizar o estado da arte de uma área do saber está em permitir um crescimento tanto qualitativo quanto quantitativo, uma vez que, ao realizar a revisão e sistematização do saber produzido, permite que se identifiquem questões pouco abordadas que possam ser exploradas por novas pesquisas. Tais estudos também “possibilitam uma visão geral do que vem sendo produzido na área e uma ordenação que permitem aos interessados perceberem a evolução das pesquisas na área” (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 41).

Além disso, os resultados e os dados coletados nos estudos do estado da arte apontam para que aspectos estão voltadas as preocupações dos pesquisadores em determinada área, mostram os tipos de pesquisa mais utilizados nas investigações (estudo de caso, pesquisa-ação, pesquisa bibliográfica, história de vida, entre outros), as técnicas mais utilizadas (entrevista, diário, observação, análise de documentos, questionário etc.) e possibilitam a realização de estudos

comparativos com outras regiões, estados e países, a fim de identificar problemas comuns, tendências, políticas, entre outros (ROMANOWSKI; ENS, 2006).

Cabe ressaltar que, nesta pesquisa, os termos “estado da arte” e “estado do conhecimento” são considerados como sinônimos, tendo como referência autores como Calderón e Ferreira (2011), Ferreira (2002), Barreto e Pinto (2001), Soares (1989) e Haddad (2000). Autores como Romanowsky e Ens (2006) diferenciam esses termos, observando que os estudos denominados estado da arte são pesquisas de maior abrangência que envolvem diversas fontes de produção de conhecimentos sobre um tema, ou seja, não basta estudar os resumos de dissertações e teses, são necessários estudos sobre as produções em congressos da área, estudos sobre as publicações em periódicos da área, enquanto os denominados estado do conhecimento abordam um setor das publicações sobre o tema estudado.

Entende-se que existem pesquisas de estado da arte com maior raio de abrangência do que outras, seja em termos do universo a ser pesquisado, seja em termos de periodização ou de alternativas metodológicas, mas todas trazem em comum elementos, interpretações e análises que ajudam a compreender o todo, possibilitando diversas leituras do real, contribuindo para o debate acadêmico e o processo acumulativo do conhecimento de determinada área (CALDERÓN; FERREIRA, 2011).

De acordo com Calderón e Ferreira (2011), é importante destacar as dificuldades e limitações apresentadas na realização de estudo do estado da arte. Esse tipo de pesquisa toma por referência títulos dos textos, palavras-chave, análise de resumos e as dificuldades surgem por diversos fatores, como títulos que não refletem o conteúdo do texto, o caráter genérico da grande maioria das palavras-chave, a definição das palavras-chave e os problemas referentes à forma. Além dessas questões, o acesso ao material da pesquisa também pode constituir-se como limite na realização de um estado da arte.

As pesquisas do estado da arte são definidas como de caráter bibliográfico. A pesquisa bibliográfica tem como objetivo conhecer os estudos já realizados a

respeito do tema, buscando adquirir mais conhecimentos e, assim, poder elaborar com mais clareza algumas ideias.

A pesquisa bibliográfica é uma etapa fundamental em todo trabalho científico que influenciará todas as etapas de uma pesquisa, na medida em que der o embasamento teórico em que se baseará o trabalho. Consistem no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa. (AMARAL, 2007, p. 5)

Este é o primeiro passo para a elaboração de uma pesquisa científica, é um momento de reflexão em que se busca conhecer mais a respeito do assunto e observar como o tema estudado foi tratado por outros autores.

Segundo Gil (2002, p. 4): “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

A primeira etapa desta pesquisa consistiu em fazer o levantamento das publicações acerca da avaliação da aprendizagem na revista *Estudos em Avaliação Educacional* no período de 1990 a 2010, cujos números encontram-se disponíveis no site da Fundação Carlos Chagas².

Para a coleta do material, utilizou-se como critério inicial a presença de palavras como “avaliação da aprendizagem”, “avaliação escolar”, “avaliação na escola” nas palavras-chave dos artigos. Porém, tal critério mostrou-se insuficiente, e então se passou a ler os resumos de cada artigo a fim de separar aqueles que realmente tratassem do tema.

Foi identificado um total de 183 artigos sobre a temática da avaliação da aprendizagem, sendo que tais artigos foram agrupados em três categorias, a saber: avaliação da aprendizagem na educação básica; avaliação da aprendizagem na educação superior; outros assuntos.

A seguir, tendo como referência Freitas et al. (2009), os artigos foram agrupados em: a) avaliação da aprendizagem; b) avaliação de sistemas; c) avaliação

² Disponível em: <<http://www.fcc.org.br>>.

institucional; e d) outros assuntos dentro dos níveis de ensino já mencionados – educação básica e educação superior.

Após esse levantamento, focou-se o objeto desta dissertação, ou seja, as publicações acerca da avaliação da aprendizagem na educação básica e educação superior, que contabilizaram um total de 104 artigos.

Buscando atender os objetivos propostos nessa pesquisa, realizou-se o mapeamento dessa produção focando os seguintes aspectos: autores brasileiros residentes no Brasil; autores estrangeiros não residentes no Brasil; procedência institucional dos autores e dos artigos; regiões do país onde os artigos foram produzidos; autores que mais publicaram sobre o tema; autores e obras mais citadas nos artigos. Os resultados foram apresentados por meio de tabelas.

Feito esse mapeamento, buscaram-se analisar as tendências temáticas presentes sobre avaliação da aprendizagem na educação básica e superior. Para tal, foram elaborados eixos temáticos por meio da realização de fichas de leitura dos artigos pesquisados. A avaliação da aprendizagem contou com dez eixos temáticos, sendo eles: desempenho escolar; práticas de avaliação; avaliação da aprendizagem e políticas públicas; teoria da avaliação da aprendizagem; representações sobre avaliação da aprendizagem; avaliação da aprendizagem e formação de professores; avaliação da aprendizagem e fracasso escolar; avaliação da aprendizagem e relação professor-aluno; avaliação da aprendizagem de alunos com deficiência; aspectos sociológicos da avaliação da aprendizagem. Já a avaliação da aprendizagem na educação superior englobou quatro eixos temáticos: vestibular; práticas avaliativas; teoria da avaliação; avaliação da aprendizagem; diversidade cultural.

O desenvolvimento apresenta-se dividido em três seções:

A seção “Avaliação da aprendizagem: uma leitura à luz das pesquisas sobre o estado da arte” tem por objetivo pesquisar estudos estruturantes existentes sobre o estado da arte focados na área da Avaliação da Aprendizagem da educação básica, visando a compreender quais são as principais contribuições e preocupações teóricas dos autores, bem como analisar as estratégias metodologias adotadas.

Na seção “Avaliação da aprendizagem na revista *Estudos em Avaliação Educacional*: mapeamento da produção científica” são apresentados os dados obtidos pela análise do periódico em pauta, com o objetivo de mapear a produção científica publicada, relatando o percentual de estudos dedicados a avaliação da aprendizagem, destacando as principais preocupações da comunidade científica, os principais autores que publicam nesse periódico, qual a origem dos estudos publicados, entre outros.

A seção “Avaliação da aprendizagem: tendências temáticas e contribuições teóricas” apresenta os dados obtidos pela análise da revista *Estudos em Avaliação Educacional* no que diz respeito às publicações sobre avaliação da aprendizagem na educação básica, buscando identificar as principais tendências temáticas presentes nos estudos bem como as contribuições teóricas que estes trazem à comunidade científica.

Encerrando o trabalho, nas “Considerações finais” são retomados os dados apresentados ao longo do trabalho, a fim de traçar um perfil da revista em estudo no que tange à produção sobre avaliação da aprendizagem na educação básica e superior.

2 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: UMA LEITURA À LUZ DAS PESQUISAS SOBRE O ESTADO DA ARTE

2.1 Observação preliminar

A avaliação está presente no cotidiano do ser humano, que, frequentemente, analisa e julga sua atuação e de seus semelhantes nas diversas situações das quais participa, sendo uma forma básica do comportamento humano (SAUL, 2001; DIAS SOBRINHO, 2003).

Em concordância com Worthen et al. (2004), considera-se a avaliação como sendo a determinação do valor ou mérito de um objeto. Porém, o termo avaliação tem sido utilizado por vários teóricos para se referir a grande número de fenômenos distintos. Desta forma, a avaliação pode assumir diferentes significados de acordo com as diferentes concepções, sendo sua definição um produto do que se acredita ser o propósito da avaliação (WORTHEN et al., 2004).

Para Dias Sobrinho (2003), o conceito de avaliação muda de acordo com os movimentos e mudanças dos fenômenos sociais, portanto, a avaliação hoje está ligada ao ato de escolher e optar, pois o mundo moderno nos engrenou à necessidade de escolhas. Com a industrialização, a avaliação passou a ser tida como meio de apreciação de resultados que possibilitasse a seleção e classificação de trabalhadores. Na avaliação da aprendizagem, essa visão traduziu-se em conceitos de medição, classificação e hierarquização, que, de tão arraigados nas escolas, chegam até mesmo a definir a própria avaliação.

Dentre as diferentes modalidades de avaliação – como avaliação de currículo, avaliação de programas, avaliação institucional –, a avaliação da aprendizagem constitui-se como o mais frequente objeto de análise dos estudiosos em avaliação, sendo o principal tema abordado até meados dos anos 1960, uma vez que, no Brasil, somente nos anos 1970 novos objetos de avaliação começaram a surgir. Diante desse fato, é indiscutível a grande preocupação dos especialistas em avaliação quanto ao esclarecimento dos significados da avaliação educacional na realidade brasileira (BARRETO; PINTO, 2001).

A avaliação é uma importante ferramenta para o processo de ensino-aprendizagem, tanto no âmbito do aluno, que por meio da avaliação poderá localizar

suas maiores dificuldades, quanto no âmbito do professor, que poderá identificar lacunas no trabalho feito em sala de aula e, assim, poderá refletir sobre o processo pedagógico utilizado. Para a escola a avaliação também se constitui como uma importante ferramenta, pois a partir dos resultados obtidos é possível realizar um momento de replanejamento. Assim, os resultados da avaliação devem regular os processos de aprendizagem e ensino e desencadear ações no sentido de contribuir para que os alunos superem dificuldades e aprendam com mais autonomia.

Além disso, a avaliação da aprendizagem é um elemento importante no que tange ao desenvolvimento dos sistemas educativos, visto que por meio dela é possível modificar o currículo, orientar o professor na organização e planejamento do ensino, bem como os alunos em seus estudos e os pais no acompanhamento da vida escolar de seus filhos. Inclusive, permite informar a sociedade acerca das aprendizagens realizadas nas escolas, subsidiando a elaboração das políticas educacionais (FERNANDES, 2009).

Dias Sobrinho (2003, p. 15) destaca que “[...] é na educação que a avaliação encontrou seu lugar privilegiado, não só como prática política e pedagógica, produzindo efeitos dentro e fora do âmbito propriamente educacional, mas também como importante campo de estudo”.

As origens dos estudos sobre avaliação da aprendizagem remetem-nos ao início do século XX, período em que, segundo Dias Sobrinho (2003), a avaliação começou a se desenvolver como prática aplicada à educação. Utilizando os conhecimentos da área da Psicologia, iniciou-se um movimento de culturalização e valorização dos testes e medidas desenvolvidos por Robert Thorndike, cujas ideias se baseavam na mensuração das mudanças do comportamento humano. A avaliação buscava a quantificação da aprendizagem, sendo os instrumentos de medição a grande preocupação dos estudiosos, que se dedicaram a estudá-los com grande ênfase na década de 1920. Essa perspectiva psicológica partia do princípio de que o “caminho para a compreensão e aprimoramento da educação escolar é a compreensão do educando” (SOUSA, 1995, p. 44). Desta forma, a problemática da educação era entendida sob um olhar individual, considerando-se o desempenho do sujeito como algo definido por aspectos biopsicológicos, ignorando-se as relações com condições sociais, de origem e do próprio sistema escolar (SOUSA, 1995).

A década de 1930 foi marcada pelo avanço das ideias de mensuração, principalmente com Ralph Tyler, que difundiu essa concepção em seu *Estudo dos oito anos*, no qual desenvolveu testes padronizados, escalas de atitude, inventários, questionários, fichas de registro de comportamentos e outras medidas (SAUL, 2001).

O enfoque avaliativo de Tyler é conhecido como “avaliação por objetivos” e consiste em determinar em qual grau os objetivos educacionais estão sendo atingidos pelos programas de currículo e de ensino. Segundo Tyler (1979), os objetivos visam a produzir modificações no comportamento dos alunos; desta forma, a avaliação seria o processo que determina o grau em que essas mudanças ocorreram.

A avaliação é, assim, nessa concepção, um valioso instrumento para regulação do conhecimento e das formas de adquiri-lo; mais do que isso, define os comportamentos desejados, controla os seus cumprimentos e aplica as sanções e prêmios correspondentes aos resultados. (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 19)

O Brasil seguiu a produção norte-americana baseada no positivismo. Nos anos finais da década de 1960 e 1970, autores brasileiros dedicaram-se a fornecer informações e orientações para o desenvolvimento de testes e medidas educacionais baseadas nos princípios de Tyler (SOUSA, 1995). Além da influência no meio acadêmico, tais ideias traduziram-se em leis e decretos federais e estaduais sobre avaliação nas escolas de primeiro e segundo graus, como ressalta Saul (2001). Porém, não foi apenas o Brasil que adotou a concepção para a constituição de normas regionais e nacionais, mas também Portugal, Canadá, Inglaterra e Irlanda. Devido a seu caráter regulatório, essa concepção é até hoje muito utilizada pelos governos.

As ideias de Tyler têm dominado a teoria e o desenvolvimento da avaliação. Sousa (2008) destaca que não se observam ideias alternativas à proposta de Tyler, apenas novas interpretações e avanços como detalhamento ou explicitação. Nas palavras de Worthen et al. (2004, p. 141), “a tradição iniciada por Tyler há sessenta anos tem mostrado uma força vital impressionante”. Para os autores, isso se deve ao fato de que é atraente “deixar que o fato de alcançar objetivos determine o êxito ou o fracasso e justifique melhorias, manutenção ou encerramento das atividades do programa” (WORTHEN et al., 2004, p. 139).

No Brasil, o tema avaliação ganhou força após as reformas educacionais no Brasil e com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/96, que determinou como incumbência da União a organização da avaliação do rendimento escolar para todos os níveis de ensino.

No início da década de 1980, o Ministério da Educação (MEC) passou a incentivar os estudos sobre avaliação que, até então, resumiam-se em traduções de obras produzidas no exterior que divulgavam as ideias e concepções de autores estrangeiros distantes da realidade brasileira, com o objetivo de expandir a cultura sobre o tema. Assim, cresceu a divulgação de periódicos especializados de pesquisas e experiências no campo da avaliação (GOMES NETO; ROSENBERG, 1995).

A década de 1990 e a primeira década do século XXI foram caracterizadas pela introdução de políticas educacionais acompanhadas de preocupações com as questões avaliativas, surgindo, assim, vasta literatura especializada que se debruça sobre a compreensão e intervenção nos processos de avaliação de larga escala e de sistemas que se espalham pelo país nos diversos níveis de governo, como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), a Avaliação dos Alunos da Escola-Padrão no Estado de São Paulo, entre outros. Essas experiências avaliativas foram importantes no sentido de contribuir para a formação e o aperfeiçoamento de pesquisadores e técnicos em avaliação de desempenho escolar e institucional e em sistemas de ensino (GATTI, 2002).

Desta forma, existe vasta produção acadêmica acerca do tema, incluindo artigos publicados em revistas especializadas e periódicos, teses e dissertações. Diante de tantas publicações, surge uma linha de pesquisa, baseada nos estudos do estado da arte ou estado do conhecimento, direcionada a realizar um balanço da produção acadêmica acerca do tema, com a finalidade de mapear aquilo que foi produzido, possibilitando a visualização das evoluções no campo do conhecimento, bem como as lacunas na avaliação da aprendizagem na educação básica.

A presente seção tem por objetivo pesquisar estudos existentes sobre o estado da arte focados na área da avaliação da aprendizagem da educação básica,

visando a compreender quais são as principais contribuições e preocupações teóricas dos autores, bem como analisar as estratégias metodológicas adotadas. Constrói-se a partir da análise de três pesquisas estruturantes da compreensão da avaliação da aprendizagem como campo de conhecimento que focam um período de 28 anos, de 1980 a 2008 (SOUSA, 1994; BARRETO; PINTO, 2001; ULER, 2010), complementada com duas pesquisas que ressaltam especificidades da área (SOUSA, 2005; CANDAU; OSWALD, 1995).

2.2 Seguindo uma linha do tempo

Estudos que se dedicam a analisar o estado da arte da avaliação da aprendizagem vêm sendo produzidos, fato que revela a preocupação de pesquisadores em conhecer o estágio de desenvolvimento acadêmico desse tema.

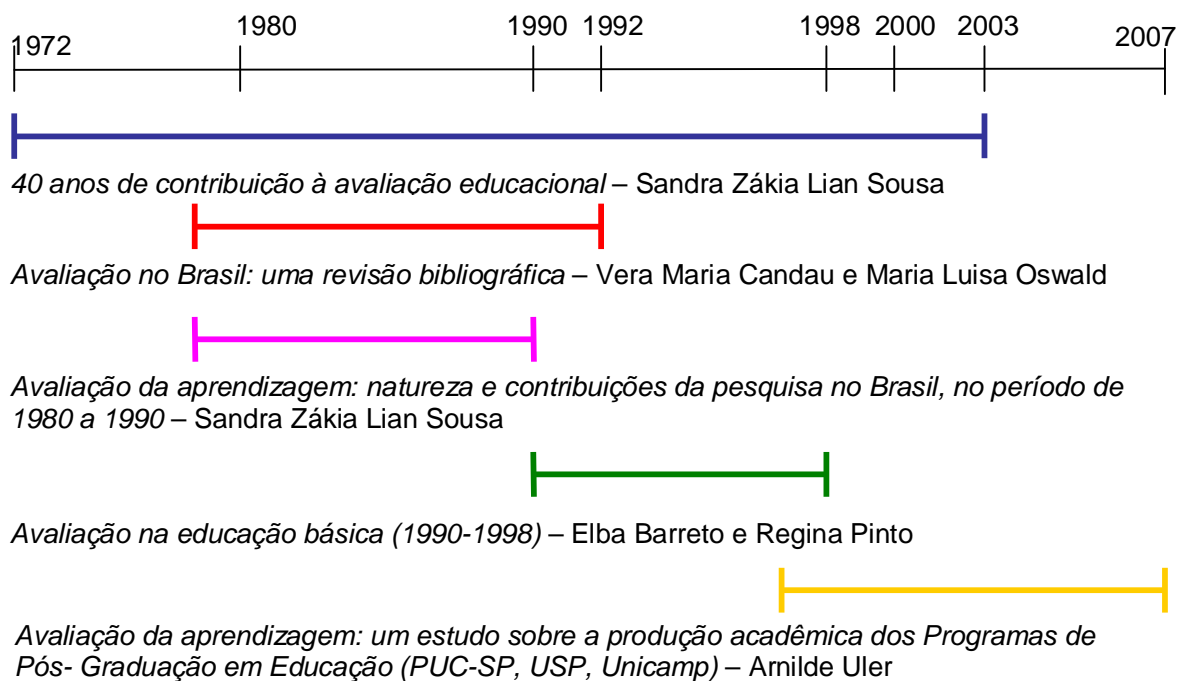
Pode-se perceber que, no Brasil, tais estudos tiveram início com a pesquisa pioneira realizada por Sousa (1994) em sua tese de doutoramento, intitulada *Avaliação da aprendizagem: natureza e contribuições da pesquisa no Brasil no período 1980 a 1990*.

Com esta tese, Sousa inaugurou uma linha de pesquisa dentro dos chamados estudos do estado da arte que, até o momento da finalização deste trabalho, tem sido fortalecido com os estudos realizados por de Barreto e Pinto (2001), Uler (2010) e Candau e Oswald (1995). Trata-se de pesquisas que, de uma ou outra forma, apresentam como denominador comum a preocupação com o estágio do conhecimento produzido na área da avaliação educacional, com foco na avaliação da aprendizagem. Como afirmam diversos autores (FERREIRA, 2002; THERRIEN; NÓBREGA-THERRIEN, 2004; ROMANOWSKI; ENS, 2006; CASTRO; WERLE, 2004; CALDERÓN; FERREIRA, 2011), tais estudos possuem caráter bibliográfico e permitem organizar e sistematizar criticamente o saber produzido em determinado espaço temporal a respeito de uma área do conhecimento, buscando mapear a produção científica, definindo as temáticas trabalhadas, as abordagens dominantes, as principais tendências e seus impactos, bem como identificando lacunas, campos inexplorados e questões emergentes que podem ser discutidas em pesquisas futuras.

Analisando a produção científica dentro de uma linha de tempo, pode-se verificar, no Esquema 1, que os estudos realizados abrangem um período de produção científica que vai de 1972 a 2007.

Os estudos tomam como referência de análise, basicamente: teses de doutorado, dissertações de mestrado e artigos em periódicos (ULER, 2010); teses e artigos em periódicos (SOUSA, 1994; SOUSA 2005); artigos em periódicos (BARRETO; PINTO, 2001; CANDAU; OSWALD, 1995).

Esquema 1 – Linha do tempo das pesquisas do estado da arte focadas na avaliação da aprendizagem



Fonte: a autora.

Como se pode verificar no Esquema 1, torna-se difícil uma leitura global, na medida em que a fonte da produção científica é bastante diferenciada. Contudo, isto não é impossível se forem respeitadas e esclarecidas as especificidades das fontes, identificando-se os pontos em comum e as diferenças apontadas pelos pesquisadores.

2.3 Superando a visão tecnicista (1980-1990)

Em sua tese de doutoramento, anteriormente citada, Sousa (1994) tem por objetivo investigar a produção acadêmica acerca da avaliação da aprendizagem no período de 1980 a 1990, por meio da análise de teses e dissertações produzidas no país ao longo daqueles anos, bem como investigar o processo de elaboração e de divulgação do conhecimento produzido.

A autora buscou compreender o movimento teórico ocorrido na década de 1980 no campo da avaliação da aprendizagem com a suposição de que naquele período esforços foram desenvolvidos no sentido de “redirecionar a concepção de avaliação dominante construída sob a influência da Ralph Tyler” (SOUSA, 1994, p. 137)

As dissertações de mestrado e teses de doutorado foram selecionadas a partir de consultas à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), ao Inep, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e às bibliotecas da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Feusp), de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e da Fundação Carlos Chagas (FCC).

Desse levantamento, foram identificadas 40 pesquisas desenvolvidas em torno da temática avaliação da aprendizagem, sendo 35 dissertações e 5 teses, produzidas em 13 instituições do país durante a década de 1980; porém, em decorrência da dificuldade de acesso, a autora realizou a análise de 37.

Sousa (1994) realizou o trabalho com as pesquisas em duas etapas. Na primeira, examinou cada uma delas tendo como referência as informações dadas pelos próprios autores no que se refere a: tópicos em que se organiza o trabalho, objetivos, finalidades e justificativas do estudo, abordagem teórica, metodologia, resultados, pesquisas sugeridas, referências a teses e dissertações da área, financiamento. Na segunda etapa, a autora fez uma análise procurando apreender as características, concepções, ênfases, tendências e contribuições que o conjunto das produções evidenciava, utilizando as seguintes categorias de análise: caracterização geral, eixos temáticos, objetivos/finalidades, abordagem teórico-metodológica, articulação entre as pesquisas, propostas de encaminhamento.

Na pesquisa em tela fica evidenciado que a avaliação da aprendizagem não se constituiu como temática privilegiada nas pesquisas desenvolvidas na pós-graduação, uma vez que corresponderam a 1,3% do total de pesquisas concluídas no período. A autora constata também que a produção do conhecimento sobre a temática ficou concentrada em quatro universidades: PUC-SP, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), responsáveis por 65% das pesquisas. Para a autora, essas universidades se constituem como “espaços promissores para o florescimento e consolidação da investigação nesta área temática” (SOUSA, 1994, p. 168).

Segundo a mesma autora, houve predominância de estudos sobre a avaliação da aprendizagem no primeiro grau nesse período. Dentre os enfoques privilegiados pelos pesquisadores, como elaboração de procedimentos ou propostas de avaliação e análise da literatura ou legislação referente à avaliação da aprendizagem, a preocupação dominante foi quanto à caracterização e análise das práticas avaliativas na escola. A autora atribui esse fato ao movimento de valorização do conhecimento sobre o funcionamento interno da escola que vinha ocorrendo na década de 1980 no âmbito da pesquisa educacional.

Sousa (1994) revela que 50% das pesquisas realizadas adotaram como referencial teórico a concepção tecnicista de avaliação; já 40% delas dedicaram-se a problematizar essa concepção utilizando-se, principalmente, das teorias crítico-reprodutivistas. Porém, tais pesquisas dedicaram-se mais a denunciar a avaliação como instrumento de legitimação de dado modelo social do que à exploração de elementos para sua transformação.

As pesquisas elaboradas no período trouxeram contribuições significativas para a análise sobre como a avaliação vem sendo vivenciada e revelaram uma tendência de construção de concepções que superam a visão tecnicista, engendrando novas perspectivas para a teoria e a prática da avaliação da aprendizagem que “tem como horizonte a construção de uma sociedade mais justa e igualitária” (SOUSA, 1994, p. 170).

Esta tendência é confirmada num outro estudo realizado por Sousa (2005) intitulado “40 anos de contribuição à avaliação educacional”, em que se buscou analisar as publicações dos pesquisadores da Fundação Carlos Chagas acerca do tema avaliação educacional no período de 1972 a 2003. Nessa pesquisa, a autora ressalta que estudos que se dedicaram a realizar uma retrospectiva da produção em avaliação educacional no Brasil, apoiados na trajetória da pesquisa em educação, como Barreto e Pinto (2001) e Sousa (1994), apontam a produção dos anos 1970 e início da década de 1980 como respaldadas em pressupostos positivistas que tratam a avaliação como forma de controle do planejamento, sendo uma atividade técnica.

No estudo, Sousa (2005) também destaca que essa visão tecnicista foi sendo superada na década de 1980, quando teve início um movimento de diferenciação de medida e avaliação.

No mesmo período foi realizado outro estudo da arte a respeito da avaliação na escola de primeiro grau, tendo como autoras Candau e Oswald (1995). Intitulada *Avaliação no Brasil: uma revisão bibliográfica*, a pesquisa abarcou o período de 1980 a 1992 e, diferentemente de Sousa (1994), que se utilizou de teses e dissertações para a realização de seu estudo, privilegiou a análise dos artigos publicados em 11 revistas nacionais. A pesquisa enfatizou a avaliação na ação pedagógica e buscou colaborar com a “construção de um conhecimento consistente que indique possibilidades e os limites das diferentes opções teórico-metodológicas no campo da avaliação” (CANDAU; OSWALD, 1995, p. 26).

A escolha pelo período teve por base duas razões. Uma se deve ao fato de que em 1980 realizou-se a Primeira Conferência Brasileira de Educação, que, segundo as autoras, constituiu um marco para a reconstrução educacional no país no processo de transição democrática; e a segunda por entenderem que naquele período estava havendo mudanças no tratamento das questões educacionais, em que os enfoques qualitativos vinham ganhando força.

Os periódicos analisados foram selecionados por serem as revistas mais expressivas na área e por representarem diferentes abordagens na análise das questões educacionais. São eles: *Cadernos de Pesquisa*, *Caderno Cedes*, *Educação e Seleção*, *Educação e Sociedade*, *Em Aberto*, *Estudos em Avaliação*

Educacional, Fórum Educacional, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Revista da Ande, Revista de Educação AEC e Tecnologia Educacional.

Os artigos foram selecionados de acordo com os títulos e classificados em quatro categorias analíticas: tipo de trabalho; enfoque; tema principal e temas correlatos; e tendências pedagógicas e/ou teorias de avaliação.

Na investigação ficou evidenciado que as pesquisas analisadas enquadravam-se em dois paradigmas: o quantitativo e o qualitativo. Segundo as autoras, as pesquisas de cunho qualitativo obtiveram menor percentual em relação às de cunho quantitativo, sendo 30% e 70%, respectivamente. Convém registrar que Sousa (1994) não utilizou na pesquisa realizada a distinção entre pesquisas qualitativas e quantitativas.

Quanto ao enfoque privilegiado nas pesquisas, as autoras observam que a maioria dos artigos discutiu questões relativas a aspectos conceituais, filosóficos e ideológicos da avaliação, seguidos por aqueles que discutiram aspectos pedagógicos e técnicos. Pode-se observar uma diferença da pesquisa de Sousa (1994), cujos resultados indicaram que a preocupação dominante dos pesquisadores dos programas de pós-graduação foi quanto à caracterização e análise das práticas avaliativas na escola.

Essa diferença pode ser explicada pelas especificidades do material utilizado para análise em cada uma das pesquisas. Candau e Oswald (1995) utilizam artigos em periódicos e Sousa (1994), de teses de doutoramento e dissertações de mestrado. Segundo Calderón e Ferreira (2011), as temáticas abordadas em teses e dissertações são definidas a partir de interesses oriundos das inquietações intelectuais vivenciadas pelos pesquisadores em sua vida profissional e intelectual. Para os autores, nessa fase de estudos dificilmente esses pesquisadores definirão suas temáticas a partir de áreas com maior prestígio no âmbito intelectual. Já os artigos publicados em periódicos são na maioria estudos realizados por pesquisadores que atuam diretamente no âmbito da produção científica e, dessa forma, são movidos por interesses diferentes, como produtividade, temáticas ascendentes, áreas de maior prestígio, entre outros.

Assim, como na pesquisa de Sousa (1994), Candau e Oswald (1995) destacam que a tendência pedagógica tecnicista está presente em grande quantidade de artigos (25,8%); porém, a tendência dialética/transformadora foi a que apresentou maior frequência (62,1%), o que confirma o movimento destacado por Sousa (1994) no sentido da tentativa de construção de novas teorias que superem a visão tecnicista.

Quanto à temática, as autoras destacaram que houve grande incidência de trabalhos que discutiram a seletividade e o desempenho escolar, o que evidencia a preocupação com o fracasso escolar e o papel da avaliação como um dos mecanismos de exclusão social e cultural.

Candau e Oswald (1995) concluíram que existe uma lacuna no campo da pesquisa educacional referente à avaliação na ação pedagógica, e que existe falta de divulgação de trabalhos de qualidade. Esse fato também foi apontado por Sousa (1994), ao ressaltar que a avaliação da aprendizagem não foi um campo explorado nesse período. Sousa (1994) também destaca que os trabalhos sobre avaliação da aprendizagem têm sido pouco divulgados, principalmente junto às universidades. Nas entrevistas realizadas junto aos autores das teses e dissertações analisadas em seu estudo, a autora percebeu que foi reduzido o número de publicações originadas das investigações daqueles.

2.4 Ausência de estudos originais sobre a realidade brasileira (1990-1998)

Barreto e Pinto (2001) também se dedicaram ao estudo do estado do conhecimento acerca da avaliação na educação básica. As autoras realizaram a pesquisa intitulada *Avaliação na educação básica (1990-1998)*, publicada na Série Estado do Conhecimento financiada pelo Inep, que objetivava analisar as produções acadêmicas sobre avaliação na educação básica no período de 1990 a 1998, buscando contribuir para uma visão mais abrangente e elucidadora desse campo de estudo no Brasil.

Diferentemente de Sousa (1994), que pesquisou teses e dissertações de mestrado, as fontes escolhidas pelas autoras foram os periódicos, uma vez que, segundo elas, apresentavam maior peso teórico da produção científica da área,

constituindo-se num veículo de circulação mais ágil entre pesquisadores, dirigentes e estudiosos do assunto.

Dentre os periódicos de maior expressão na área, nove foram selecionados, sendo eles: *Cadernos de Pesquisa, Educação e Realidade, Educação & Sociedade, Em Aberto, Ensaio, Estudos em Avaliação Educacional, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Revista da Faculdade de Educação da USP e Tecnologia Educacional*. As autoras justificam que optaram por esses periódicos por conterem artigos que abordam expressamente a questão da avaliação na educação básica.

Na pesquisa foi encontrado um total de 218 artigos sobre avaliação no ensino básico nos periódicos selecionados, sendo que 43% estavam concentrados na revista *Estudos em Avaliação Educacional*, 23% na revista *Ensaio* e 12% em *Cadernos de Pesquisa*. Diante dessa constatação, fica evidenciada a relevância da revista *Estudos em Avaliação Educacional* na área, bem como a importância da Fundação Carlos Chagas na contribuição ao tema, uma vez que *Estudos em Avaliação Educacional* e *Cadernos de Pesquisa* são publicações da referida fundação.

A seleção dos artigos foi feita com base nos títulos, descritores e resumos. Após a leitura do material, estabeleceram-se quatro categorias de análise: referenciais teóricos e metodológicos da avaliação, avaliação da escola e na escola, avaliação de políticas educacionais e avaliação de monitoramento.

As autoras destacam que se procurou enquadrar cada artigo em apenas uma categoria, apesar do fato de que alguns artigos poderiam ser enquadrados em mais de uma delas. As categorias que mais concentraram produções foram “referenciais teóricos e metodológicos da avaliação”, com 32% dos artigos, e “avaliação de monitoramento” com 31% dos artigos; “avaliação de políticas educacionais” concentrou 20% e “avaliação da escola e na escola”, 17% das produções.

Os anos de 1994, 1995 e 1996 foram destacados como um período de grande concentração de produções, perfazendo quase a metade do total de artigos selecionados durante os nove anos pesquisados.

Na categoria “referenciais teóricos e metodológicos da avaliação” foram identificados 70 artigos, constituindo a categoria mais numerosa. Segundo as autoras, esse fato indica que há na tradição brasileira uma preocupação evidente dos estudiosos com o esclarecimento dos significados da avaliação educacional.

Na categoria “avaliação da escola e na escola” estão concentrados os artigos que focalizam a avaliação da escola e as realizadas no âmbito da escola sob os mais diferentes ângulos. As subcategorias ficaram definidas como: análise das orientações e/ou propostas curriculares; análise de aspectos oficiais ou institucionais da avaliação e suas repercussões na prática escolar; avaliação de alunos com necessidades especiais; avaliação da aprendizagem na escola; e avaliação da prática docente, concepções, representações e opiniões de diferentes atores sociais sobre avaliação.

Na categoria “avaliação de políticas educacionais” as autoras buscaram levar em conta apenas artigos que pudessem ser mais claramente categorizados como exame de agenda política e de propostas de governo ou como avaliações de programas educacionais. Desta forma, as subcategorias ficaram assim classificadas: avaliação da agenda e das propostas de governo; avaliação de programas educacionais; e impacto dos estudos demográficos na análise das políticas da área.

Na categoria “avaliação de monitoramento” – entendida como avaliação padronizada do rendimento escolar dos alunos, realizada no âmbito dos sistemas nacionais ou estaduais de avaliação do ensino básico –, apenas cinco dos nove periódicos estudados publicaram artigos dentro da temática, sendo *Estudos em Avaliação Educacional* responsável por 82% dos 67 textos encontrados. Desta forma, as autoras concluíram que o pensamento sobre o tema não apresenta uma distribuição equitativa.

Na síntese das principais constatações, Barreto e Pinto (2001) ressaltam alguns pontos evidenciados por meio da pesquisa. Um deles refere-se à “avaliação de monitoramento”, que não é tratada em diversos periódicos. As autoras destacam que há um número razoável de pesquisadores que veem tratando do tema há mais

de dez anos, o que sugere que o campo de estudos está em processo de construção.

Outro ponto revelado pela pesquisa é o fato de haver muitos artigos com transcrições de ideias, experiências e reflexões do exterior, revelando ausência de estudos originais sobre a realidade brasileira.

Um aspecto a ser discutido refere-se ao fato de se ter constatado predominância de artigos a respeito de ideias, concepções, teorias e pressupostos da avaliação relativos ao âmbito restrito da escola, o que sugere preocupação dos estudiosos brasileiros com o esclarecimento dos significados da avaliação, mas indica a lacuna no que diz respeito aos trabalhos voltados para a realização de intervenções intencionais na escola por parte dos mais variados agentes educacionais.

Nesse sentido, pode-se observar uma alteração ao longo dos anos quanto às principais preocupações dos pesquisadores, uma vez que na pesquisa de Sousa (1994), focada no período de 1980 a 1990, os resultados apontaram que a preocupação dominante dos pesquisadores dos programas de pós-graduação foi a caracterização e análise das práticas avaliativas na escola.

A temática “avaliação de monitoramento” ficou em segundo lugar na pesquisa de Barreto e Pinto (2001) quanto ao número de estudos produzidos, revelando sua expansão no país. Grande parte da discussão girou em torno do *accountability*, ou seja, da importância da informação e prestação de contas que o serviço público deve dar à população. Outros artigos voltaram suas discussões à questão desse tipo de avaliação como um instrumento importante para a orientação de ações voltadas aos sistemas de ensino. As autoras destacam que, também nessa temática, foi possível observar a predominância do discurso oficial do governo.

Para finalizar, as autoras consideraram importante registrar os impasses e desafios suscitados pela revisão da literatura sobre a avaliação da educação básica. Um deles refere-se à coexistência de discursos paralelos que não dialogam entre si: um que se reporta a avaliação qualitativa do ensino e outro voltado para a avaliação de resultados. Outro desafio é a ausência de estudos que abordem as avaliações de monitoramento na perspectiva de análise das políticas públicas.

2.5 Caminhos para uma proposta emancipatória (2000-2007)

Dando continuidade às pesquisas de estado da arte na área da avaliação da aprendizagem, Arnilde Marta Uler realiza o trabalho intitulado *Avaliação da aprendizagem: um estudo sobre a produção acadêmica dos programas de pós-graduação em Educação* (PUC-SP, USP, Unicamp). Assim como Sousa (1994), Uler (2010) utilizou como fonte de pesquisa as teses e dissertações, buscando compreender a concepção de avaliação da aprendizagem veiculada pelos programas de pós-graduação em Educação das três universidades citadas, no período de 2000 a 2007.

A autora justifica a escolha das três universidades a partir de sua relevância para o desenvolvimento do estado de São Paulo, sua contribuição na produção do conhecimento sobre o tema e os intelectuais de referência nacional no campo da avaliação que nelas atuam: Ana Maria Saul, Mere Abramowicz, Isabel Cappelletti e Clarilza Prado de Sousa, na PUC-SP; Sandra Zákia Lian Sousa e Celso dos S. Vasconcelos, na USP; e Luiz Carlos Freitas e José Dias Sobrinho, na Unicamp. Já a escolha do período deve-se ao fato de a autora considerar que, por ser uma nova década, possam ter havido avanços em relação à avaliação da aprendizagem.

Para a seleção das teses e dissertações utilizadas em sua pesquisa, a autora consultou as bibliotecas das universidades em questão e também realizou um levantamento no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Para a pesquisa foram selecionados 37 estudos, entre teses de doutorado e dissertações de mestrado, sobre o tema avaliação da aprendizagem nas universidades destacadas pela autora. Os dados coletados foram organizados a partir de estudos analíticos focados nos seguintes itens: identificação, objetivos, abrangência, metodologia e principais contribuições. Da mesma forma, foram elaboradas categorias de análise, formuladas a partir da leitura das pesquisas: avaliação da aprendizagem na progressão continuada e nos ciclos; avaliação da aprendizagem de políticas públicas; e avaliação da aprendizagem nas práticas escolares.

Assim como na pesquisa de Sousa (1994), Uler aponta que a maioria das pesquisas realizadas foi voltada ao ensino fundamental, porém revelam preocupações com a avaliação da aprendizagem no ensino médio.

Na categoria “avaliação da aprendizagem na progressão continuada e nos ciclos”, a autora destaca que, das 17 pesquisas incluídas nessa categoria, 10 destacam que não houve efetivação das mudanças propostas por essas reformas, sendo que ainda permanece nas escolas a concepção positivista de avaliação. Esse fato também é apresentado por Sousa (1994) em sua pesquisa, por meio da qual detectou que 50% dos estudos analisados possuíam uma concepção tecnicista de avaliação. Os outros sete trabalhos consideraram que o sistema é bom e que possui visão formativa de avaliação.

Na categoria “avaliação da aprendizagem nas políticas públicas”, foram realizados cinco trabalhos que destacaram o Enem, o Saeb e o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp). A autora destaca que pelas pesquisas é possível concluir que “a regulação avaliativa vinculasse a projetos hegemônicos de sociedade” (ULER, 2010, p. 131). A respeito desse sistema de avaliação de larga escala, Barreto e Pinto (2001) destacam que os estudos sobre os sistemas de aferição encerram-se em si mesmos, não havendo esforço de articulação com estudos sobre escola e rendimento escolar.

Sobre a categoria “avaliação da aprendizagem nas práticas escolares” a autora observou que, dos 15 trabalhos encontrados, 10 apontam para “uma caminhada em busca da avaliação formativa, emancipatória, participativa” (ULER, 2010, p. 132).

Um dado importante a ser destacado refere-se ao fato de que a PUC-SP foi responsável por 51,4% dos trabalhos investigados nessa pesquisa. Este dado comprova a perspectiva de Sousa (1994, p. 168) de que esta universidade constituía-se como “espaço promissor para o florescimento e consolidação da investigação nesta área temática”.

Uler (2010) destaca que os autores das pesquisas investigadas se utilizaram de autores nacionais e estrangeiros. Isto indica uma mudança, uma vez que Barreto e Pinto (2001) evidenciam que, em sua pesquisa, as utilizações de referenciais

estrangeiros eram maioria, o que revelava uma ausência de estudos originais da realidade brasileira.

O ponto mais relevante da pesquisa de Uler (2010) é a evidência de que, em termos teóricos, há a predominância de um movimento de reflexão no campo da avaliação voltada à hipervalorização dos aspectos relativos à chamada avaliação emancipatória, como alternativa aos modelos tradicionais e tecnicistas, apesar de ainda serem encontrados resquícios do pensamento positivista. Esse fato contrasta com a realidade identificada na pesquisa de Sousa (1994), que focou o período de 1980 a 1990, e na pesquisa de Barreto e Pinto (2001), que estudaram o período de 1990 a 1998, nas quais ficou patente a predominância da concepção tecnicista de avaliação nos trabalhos pesquisados.

2.6 Observações finais

Por meio da linha do tempo referente às pesquisas que tratam de uma forma ou de outra da avaliação da aprendizagem, podem-se destacar alguns pontos da trajetória desse campo de estudos no país.

Fica claro, pelas pesquisas apresentadas, que nas décadas de 1970 e 1980 o paradigma tecnicista tinha grande força nas produções acadêmicas, evidenciando a visão positivista de avaliação. No decorrer da década de 1980, apesar de o tecnicismo ainda exercer grande influência no campo da avaliação, observam-se esforços no sentido de superar essa visão na direção de propostas mais formativas. É importante ressaltar que, nesse período, a grande preocupação dos pesquisadores era quanto à caracterização das práticas avaliativas na escola. Já na década de 1990 a preocupação dos pesquisadores deslocou-se das práticas avaliativas na escola para o esclarecimento quanto às questões sobre ideias, concepções, teorias e pressupostos da avaliação.

Nesse período também são destaques a ausência de estudos brasileiros relativos à avaliação, sendo que a maioria dos referenciais teóricos presentes nas produções acadêmicas são de autores estrangeiros. Porém, pode-se constatar que essa questão é superada no período de 2000 a 2008, uma vez que, em sua pesquisa, Uler (2010) ressalta que nos trabalhos investigados há referenciais

teóricos nacionais e estrangeiros. Nesse período também é possível observar uma movimentação no que diz respeito à concepção de avaliação, que sinaliza para a hegemonia, no campo teórico, de uma abordagem emancipatória e participativa.

3 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DIVULGADA NA REVISTA *ESTUDOS EM AVALIAÇÃO EDUCACIONAL*

3.1 Observação preliminar

Na seção anterior analisaram-se os estudos sobre o estado da arte focados na avaliação da aprendizagem, visando a compreender as principais contribuições e preocupações teóricas dos pesquisadores da área. Além disso, buscou-se identificar as metodologias utilizadas pelos autores na realização de suas pesquisas, destacando, também, aspectos históricos da avaliação da aprendizagem no Brasil e as tendências teóricas difundidas ao longo dos anos.

Na presente seção aborda-se o objeto desta dissertação, ou seja, o estado da arte sobre avaliação da aprendizagem no periódico *Estudos em Avaliação Educacional*, no período que abarca desde sua criação, em 1990, até 2010, isto é, 20 anos de existência da referida revista.

Apresenta-se um mapeamento da produção científica publicada nessa revista, buscando-se identificar seu foco predominante dentro da grande área da Avaliação Educacional, tendo como referência três subáreas (avaliação da aprendizagem, avaliação institucional, avaliação de sistemas), agrupadas em dois níveis: educação básica e educação superior. Além disso, analisa-se a produção científica a partir das seguintes categorias: autores brasileiros ou residentes no Brasil, autores estrangeiros não residentes no Brasil, procedência institucional dos autores, vínculo institucional dos autores (graduação e pós-graduação), autores bolsistas produtividade, origem dos artigos, agências de fomento e financiamento e distribuição regional da produção científica. Deve-se ressaltar que, neste mapeamento, serão identificados os autores brasileiros e estrangeiros da subárea avaliação da aprendizagem mais citados nos artigos, incluindo suas principais obras.

Ressalta-se que o presente levantamento de cunho bibliográfico foi realizado por meio de pesquisa na internet, diretamente no portal da FCC, que disponibiliza na Biblioteca Online Ana Maria Poppovic todas as revistas e publicações pertencentes à fundação. No referido portal foram localizados todos os números da revista *Estudos em Avaliação Educacional*, desde seu lançamento.

3.2 A Fundação Carlos Chagas

O periódico *Estudos em Avaliação Educacional* é uma publicação da Fundação Carlos Chagas destinada à divulgação de artigos, resenhas, relatos de pesquisas, revisões críticas e ensaios teóricos relacionados à avaliação educacional, sendo um importante veículo de difusão da cultura avaliativa na área educacional.

No sistema de avaliação da qualidade dos periódicos científicos (Qualis Periódicos) existente no Brasil na área da Educação, sob a coordenação da Capes, a referida revista é qualificada como B1.

O sistema Qualis Periódicos caracteriza-se por elaborar e divulgar uma listagem que classifica os veículos científicos utilizados pelos programas de pós-graduação para disseminar a produção científica. O conceito A1 é o extrato de máxima referência em termos de qualidade, seguido em ordem decrescente pelos periódicos considerados A2; B1; B2; B3; B4; B5; C. Como pode ser observado, a revista objeto desta pesquisa constitui-se no máximo de referência de qualidade, em nível nacional, dentro das revistas classificadas como B.

De acordo com a Capes (BRASIL, 2010), as revistas enquadradas no extrato B1 possuem as seguintes características:

- a) seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica, atendendo às normas editoriais da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
- b) circulação nacional;
- c) periodicidade mínima de dois números anuais e regularidade na edição dos números;
- d) conselho editorial e corpo de pareceristas formado por pesquisadores nacionais e internacionais de diferentes instituições;
- e) publicação de, no mínimo, 14 artigos por ano, sendo que 60% dos artigos devem estar vinculados a, no mínimo, quatro instituições diferentes daquela que edita o periódico, de forma a garantir a diversidade institucional dos autores;

- f) publicação de, pelo menos, um artigo ao ano de autores filiados a instituições estrangeiras reconhecidas;
- g) indexado em, pelo menos, quatro bases de dados nacionais ou internacionais.

A importância da revista em questão, no que tange a produção de conhecimento na área da Avaliação Educacional, é evidenciada por Gonçalves Filho (2003) em sua dissertação de mestrado, intitulada *Enfoques de avaliação institucional em revista: um estudo da revista Avaliação (1996-2002)*. Segundo o autor, dos 80 periódicos científicos nacionais em educação avaliados pela Capes, somente duas revistas científicas estão voltadas especificamente para o campo da Avaliação, sendo elas a *Revista de Avaliação da Raies* e a *Estudos em Avaliação Educacional*.

Na data da pesquisa (dezembro de 2010), o comitê editorial/científico do periódico estudado estava sob coordenação da Profa. Dra. Clarilza Prado de Sousa, sendo composta por pesquisadores de conhecida trajetória no campo das Ciências da Educação, vinculados à própria FCC, órgãos públicos e, no caso do conselho editorial, de universidades brasileiras, conforme Quadros 1 e 2.

Membro	Vínculo institucional	Vínculo acadêmico com programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i>
Clarilza Prado de Sousa (coordenadora)	FCC/ PUC-SP	Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo
Gláucia Torres Franco Novaes	FCC	-
Glória Maria Santos Pereira Lima	FCC	-
Marina Muniz Rossa Nunes	FCC	-

Quadro 8 – Membros do comitê editorial da revista *Estudos em Avaliação Educacional* e respectivo vínculo institucional

Fonte: a autora.

Membro	Vínculo institucional³	Vínculo acadêmico com programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i>
Dalton Francisco de Andrade	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção
Fernando Lang da Silveira	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Programa de Pós-Graduação em Ensino de Física
Heraldo Marelím Vianna	FCC	-
José Francisco Soares	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Programa de Pós-Graduação em Educação
Léa Depresbiteris	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai)	-
Lina Kátia Mesquita de Oliveira	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	-
Luzia Marta Bellini	UEM	Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência e a Matemática
Maria Inês G. de Sá Pestana	Inep	-
Naura Syria Carapeto Ferreira	UTP	Programa de Pós-Graduação em Educação
Nícia Maria Bessa	PUC-RJ	Programa de Pós-Graduação em Educação
Nigel Pelham de Leighton Brooke	UFMG	Programa de Pós-Graduação em Educação
Robert Verhine	Ufba	Programa de Pós-Graduação em Administração
Sandra Zákia L. de Sousa	USP	Programa de Pós-Graduação em Educação
Sérgio Vasconcellos de Luna	PUC-SP	Programa de Pós-Graduação em Educação (Psicologia da Educação)
Yara Lúcia Espósito	FCC	-

Quadro 9 – Membros do conselho editorial da revista *Estudos em Avaliação Educacional* e respectivo vínculo institucional

Fonte: a autora.

De acordo com análise realizada, a grande maioria (68,4%) dos membros do comitê e do conselho editorial da revista *Estudos em Avaliação Educacional* está vinculada a instituições localizadas na Região Sudeste do país. A Região Sul é representada por 21% dos membros e as Regiões Centro-Oeste e Nordeste, por 5,2%. Não há nenhum membro vinculado a instituições localizadas na Região Norte do país.

³ Os nomes das instituições por extenso podem ser consultados na Lista de Siglas, no início deste trabalho.

O comitê e o conselho editorial da revista em questão contam com 19 membros, sendo que 11 deles (57,8%) são formadores de mestres e doutores, estando vinculados a programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Criada em 1990, a revista em questão iniciou suas atividades com periodicidade semestral e em 2006 passou para quadrimestral, estando, na data da realização da pesquisa, em sua 47^a edição, referente ao período de agosto/dezembro de 2010.

A Fundação Carlos Chagas caracteriza-se como sendo uma instituição privada sem fins lucrativos e reconhecida como de utilidade pública nos âmbitos federal, estadual e municipal. Sua criação teve início na década de 1960, com a iniciativa do Prof. Dr. Walter Sidney Pereira Leser, professor aposentado da antiga Faculdade Paulista de Medicina. Segundo Sousa (2005, p. 10), “falar da origem da Fundação, é retomar, mesmo que sucintamente, os moldes como se realizavam os exames vestibulares”.

Os exames de seleção de candidatos eram planejados por comissões de professores nomeados pelas faculdades. Membro da comissão da Faculdade Paulista de Medicina, Leser introduziu os testes de múltipla escolha, e a técnica estatística para sua análise, nos processos de seleção dos candidatos que estariam aptos a frequentar a faculdade, fato considerado como importante evolução na realização de tais exames (RAW, 2000).

Em 1963, o então responsável pela realização dos exames vestibulares da Faculdade de Medicina da USP, Isaías Raw, discutiu, juntamente com Leser, a possibilidade da realização de um vestibular unificado nas áreas biomédicas da USP e da Faculdade Paulista de Medicina. A proposta foi aceita e assim foi criado, em 1964, o Centro de Seleção de Candidatos às Escolas Médicas (Cescem), com a participação de outras cinco faculdades⁴.

De acordo com Raw (2000), o Cescem trouxe inovações na realização dos vestibulares, como a utilização do computador para correção e classificação, em

⁴ Faculdade de Medicina da PUC-SP, Faculdade de Medicina da Unicamp, Faculdade de Medicina de Botucatu, Faculdade de Farmácia da USP e Faculdade de Medicina Veterinária da USP.

uma época em que a tecnologia era muito rudimentar e os programas de informática, praticamente inexistentes.

Segundo Raw (2000), esse fato trouxe enorme credibilidade ao Cescem, que passou a receber pedidos de apoio técnico para a formulação de vestibulares. Diante disso,

[...] o Cescem converteu-se numa Fundação, que empregaria os recursos não apenas para pagar os custos do vestibular, mas para realizar pesquisas, imprimir os primeiros guias que explicavam aos candidatos o que eles poderiam esperar não apenas na vida profissional, mas nos 4-6 anos enquanto estavam cursando e novas iniciativas. Os professores contratados para preparar os testes, poucos funcionários e fiscais eram pagos. Os diretores, como reza a lei das Fundações, nada recebiam. (RAW, 2000, p. 184)

Assim, em 1968 a FCC passou a atuar no campo de seleção de recursos humanos por meio da prestação de serviço técnico especializado a órgãos públicos e empresas privadas, objetivando a realização de processos seletivos para uma grande quantidade de candidatos (RAW, 2000).

Nesses 45 anos de existência, a FCC realizou mais de 2.600 concursos e avaliou mais de 33 milhões de candidatos em todo o território nacional (RAW, 2000).

Além desse serviço, desde 1971 a FCC tem-se dedicado à pesquisa educacional. Para tanto, conta com o Departamento de Pesquisas Educacionais, composto por pesquisadores especializados vocacionados à produção de conhecimento. O Departamento de Pesquisas Educacionais também presta assessoria e treinamento a outras instituições de pesquisa, a órgãos públicos e privados nacionais e internacionais.

A FCC possui quatro linhas de pesquisa: Avaliação Educacional; Educação Infantil; Políticas e Práticas de Educação Básica e de Educação Profissional; Socialização, Relações de Gênero e Raça/Etnia.

Os trabalhos e pesquisas desenvolvidos pelos pesquisadores da fundação e de outras instituições são divulgados por intermédio das revistas *Cadernos de Pesquisa* e *Estudos em Avaliação Educacional* e, também, pela Coleção Textos FCC, todos publicados e distribuídos regularmente pela própria fundação. Convém

ressaltar que a revista *Cadernos de Pesquisa*, com periodicidade quadrimestral, foi criada em 1971 e tem por objetivo divulgar a produção acadêmica sobre educação, gênero e etnia, buscando propiciar o debate e o aprofundamento das principais questões da área e de temas emergentes.

Em 1980 foi criada a revista *Educação e Seleção*, que manteve essa denominação até 1989, quando passou a se chamar *Estudos em Avaliação Educacional*. Além disso, a FCC conta com a biblioteca Ana Maria Poppovic, com acervo de cerca de 20 mil títulos, entre livros, periódicos e artigos relacionados à área educacional e que se constitui num pólo de distribuição da Reduc.

3.3 A *Estudos em Avaliação Educacional* como objeto de estudo

Até o encerramento do presente trabalho, pode-se afirmar que duas pesquisas do tipo estado da arte dedicaram-se à análise dos artigos publicados pela revista *Estudos em Avaliação Educacional*. Uma delas, *Avaliação na educação básica (1990-1998)*, realizada por Barreto e Pinto (2001), já foi mencionada no capítulo anterior.

Outra pesquisa que focou o periódico *Estudos em Avaliação Educacional*, na linha dos estudos sobre o estado da arte, foi o trabalho de Sousa (2005), intitulado “40 anos de contribuição a avaliação educacional”. Nessa pesquisa, a autora buscou analisar as publicações dos pesquisadores da FCC acerca do tema avaliação educacional, no período de 1972 a 2003, demarcando seu percurso histórico, destacando seus focos mais expressivos e procurando estabelecer relações com a trajetória de produção de conhecimento em avaliação educacional no país.

Sousa (2005) identificou 259 títulos⁵ dos pesquisadores da Fundação Carlos Chagas referentes a avaliação educacional, sendo a maior parte do material coletado (55,5%) constituído de artigos publicados em *Estudos em Avaliação Educacional* e *Cadernos de Pesquisa*.

A autora destaca que essas produções focaram os mais diversos aspectos no âmbito da avaliação, abarcando da avaliação do rendimento escolar até sistemas

⁵ Dez livros, 18 capítulos de livros, 163 artigos, 64 relatórios técnicos de pesquisa, 3 teses e uma dissertação.

educacionais, passando por projetos, programas e políticas educacionais, material instrucional e questões que envolvem conceitos e metodologias acerca de medida e avaliação da educação.

Segundo Sousa (2005), a FCC foi criada em um período em que se intensificavam no país estudos e pesquisas acerca da medida educacional. Desta forma, os estudos iniciais tratavam da questão da medida e da avaliação educacional, abrangendo desde a elaboração de instrumentos de medida, critérios para julgamento de sua validade e fidedignidade, até análise das relações entre desempenho em testes e variáveis de indivíduos e grupos.

Na década de 1980 iniciou-se um movimento de diferenciação de medida e avaliação. Nesse sentido, a autora destaca que foi possível observar, em um mesmo número da revista *Educação e Seleção*, tanto o tratamento da medida como sinônimo de avaliação quanto a preocupação em diferenciar esses conceitos.

A autora ressalta que foi possível observar duas tendências de estudos e pesquisas que ganharam igual visibilidade no conjunto da produção nesses 40 anos: avaliação de programas e projetos educacionais e avaliação de rendimento escolar.

No que diz respeito à avaliação de programas e projetos educacionais, a autora destaca que os trabalhos realizados por Goldberg (1973), Goldberg e Sousa (1979) e Goldberg e Franco (1980), relativos à avaliação de currículo, ganharam destaque na década de 1970, pois concebiam a avaliação como atividade inerente ao processo de planejamento educacional e tomavam como foco, para avaliação educacional, o currículo escolar. Na produção direcionada a programas educacionais é possível observar a apropriação de abordagens avaliativas de autores estrangeiros.

Segundo Sousa (2005), os estudos que se dedicaram a realizar uma retrospectiva da produção em avaliação educacional no Brasil, apoiados na trajetória da pesquisa em educação, como Barreto e Pinto (2001) e Sousa (1994), apontam a produção científica dos anos 1970 e início da década de 1980 como respaldada em pressupostos positivistas que tratam a avaliação como forma de controle do planejamento no âmbito curricular, sendo uma atividade técnica.

Já a partir da década de 1990, a produção da FCC a respeito de avaliação de projetos e programas educacionais direciona-se para a análise dos resultados e impactos das iniciativas governamentais no âmbito das políticas públicas. Porém, ressalta-se que tais pesquisas não se propõem a uma avaliação política, mas sim à discussão de seu desenvolvimento, resultados e impactos.

Desta forma, evidenciou-se uma mudança de foco nas produções nessa vertente, passando da avaliação de currículo para a avaliação de programas e projetos implementados no âmbito das políticas educacionais.

Quanto às publicações acerca da avaliação do rendimento escolar, a autora identificou duas grandes abordagens: a primeira, sobre as avaliações de rendimento dos alunos realizadas pelo governo para aferir o nível de desempenho em testes aplicados a uma amostra ou à totalidade da população estudantil de um sistema de ensino; a segunda, quanto à realização de avaliações de sistemas escolares ou avaliações em larga escala; e, com produção menos expressiva, estudos focalizados na análise e compreensão do desempenho escolar à luz de condicionantes internos e externos.

Sousa (2005) destaca que, a partir das análises feitas, da perspectiva de desenvolvimento de instrumentos de medida de rendimento escolar desdobram-se as outras duas abordagens tendo como alvo aferir qualidade do ensino.

O projeto de avaliação do Programa de Expansão e Melhoria da Educação do Meio Rural (Edurural) constitui-se num marco no desenvolvimento da avaliação do rendimento escolar para aferir qualidade do ensino. Esse projeto, financiado pelo Banco Mundial e realizado pela Fundação Cearense de Pesquisa, contou com a colaboração da FCC e foi desenvolvido em 250 municípios da Região Nordeste do país, no período de 1980-1985. Seus objetivos centrais eram ampliar o acesso à escola, aumentar a eficiência do processo de escolarização e melhorar a qualidade de ensino e rendimento dos alunos.

O Edurural foi a primeira experiência abrangente de avaliação de rendimento escolar realizada no Brasil. Nessa experiência já se constatava a combinação de procedimentos de medida de rendimento escolar e o desenvolvimento de estudo de caso.

Outro abrangente estudo de avaliação do rendimento escolar ocorreu nos anos de 1987 a 1989 e foi realizado pelo MEC, por meio Inep, com a colaboração da FCC para o desenvolvimento dos procedimentos de medida. Esse estudo consistiu na avaliação de alunos de 1ª, 3ª, 5ª e 7ª séries do ensino fundamental, em 69 cidades, nas disciplinas de Matemática, Português e Ciências.

As experiências adquiridas pela FCC na Edurural e no estudo acima citado serviram de base para sua participação na primeira iniciativa do MEC voltada para a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), em 1990.

Sousa (2005) destaca que desde então a FCC teve participação em diversas iniciativas do MEC para avaliação externa em diferentes níveis de ensino, bem como tem colaborado com iniciativas de governos estaduais. A autora destaca a importância das reflexões de pesquisadores da fundação acerca de implicações dos delineamentos que vêm sendo tomados nas avaliações de sistemas, as quais se constituem em contribuição relevante para eventuais redirecionamentos nas iniciativas em curso no país.

As produções com enfoque sobre o rendimento escolar do aluno, buscando analisar e problematizar concepções e práticas de avaliação da aprendizagem, aparecem em número reduzido em comparação às que tem por finalidade a análise de sistemas educacionais.

Após a pesquisa, Sousa (2005) identificou quatro tendências dominantes ao longo do tempo:

- 1) das primeiras publicações até 1980 a maioria dos trabalhos trata da medida educacional em processos seletivos;
- 2) de 1970 ao início da década de 1980 há, simultaneamente, publicações acerca da avaliação de programas e projetos, no campo da avaliação de currículo;
- 3) em meados de 1985 surgem publicações relativas à avaliação de políticas educacionais;

4) a partir dos anos 1980 têm início as publicações sobre avaliação do rendimento escolar, sendo a maioria associada à avaliação de sistemas educacionais.

3.4 Uma revista com predominância na educação básica

Durante o período considerado na presente pesquisa (1990 a 2010), foram publicados no periódico *Estudos em Avaliação Educacional* 381 artigos sobre os mais diversos temas relacionados a avaliação educacional, distribuídos em 47 números. Não foi observada regularidade quanto ao número de artigos publicados em cada um dos volumes, oscilando entre 4 a 13 artigos por edição.

Desse total, constata-se que 199 tratam de temas relacionados à educação básica, 97 à educação superior e 85 a outros assuntos, conforme Tabela 1. Os artigos foram enquadrados em apenas uma das categorias, a partir da análise do título dos artigos, as palavras-chave e os resumos.

Tabela 1 – Distribuição dos artigos em níveis de ensino

Nível de ensino	Nº de artigos	Percentual (%)
Educação básica	199	52,4
Educação superior	97	25,0
Outros assuntos	85	22,6
Total	381	100

Fonte: a autora.

Constata-se também que a educação básica constitui-se como foco predominante do periódico estudado, sendo responsável por 52,4% das publicações. Já a educação superior é tema de 25,0% dos artigos pesquisados. Na categoria “outros assuntos”, responsável por 22,6% dos artigos, foram enquadrados aqueles que tratavam da avaliação educacional em seus aspectos teóricos e conceituas, não dissertando especificamente a respeito de um dos dois níveis.

Os artigos referentes à educação básica e à superior foram separados de acordo com seu foco predominante, tomando como referência os três níveis ou modalidades da avaliação educacional adotada por Freitas et al. (2009): “avaliação

da aprendizagem”, “avaliação de sistemas” e “avaliação institucional”⁶. Aqueles que não se enquadravam em nenhuma dessas modalidades foram agrupados na categoria “outros assuntos”.

Convém ressaltar que existem outras formas de classificar os estudos enquadrados na área da Avaliação Educacional. Por exemplo, Barreto e Pinto (2001), ao fazerem um estudo sobre estado da arte acerca da avaliação na educação básica no período de 1990 a 1998, utilizam quatro categorias de análise: “referenciais teóricos e metodológicos da avaliação”; “avaliação da escola e na escola”; “avaliação de políticas educacionais”; e “avaliação de monitoramento”. Por sua vez, ao pesquisar as produções dos pesquisadores da Fundação Carlos Chagas acerca do tema avaliação educacional no período de 1972 a 2003, Sousa (2005) classifica os artigos em: “avaliação do rendimento escolar e avaliação de sistemas educacionais”; “material instrucional”; “avaliação de projetos e programas educacionais”; e “aspectos conceituais, sociopolíticos e/ou metodológicos a respeito de avaliação educacional”.

Neste estudo, adotam-se as três categorias propostas por Freitas et al. (2009), por se acreditar que refletem três modalidades predominantes no âmbito educacional contemporâneo, num período de amadurecimento, pós-criação dos grandes sistemas de avaliação na década de 1990. As categorias “referenciais teóricos e metodológicos da avaliação” e “avaliação de políticas educacionais”, adotadas por Barreto e Pinto (2001), englobam aspectos que podem permear tanto a avaliação institucional quanto a avaliação da aprendizagem e de sistemas. A categoria denominada por Barreto e Pinto (2001) como “avaliação da escola e na escola”, vista a partir do quadro teórico de Freitas et al. (2009), desdobrar-se-ia em duas: avaliação da escola, que se enquadraria na avaliação institucional; e avaliação na escola, na avaliação da aprendizagem. Já a avaliação de monitoramento adotada por Barreto e Pinto (2001) teria seu equivalente na avaliação de sistemas.

⁶ Conforme mencionado na introdução deste trabalho, Freitas et al. (2009) compreendem avaliação da aprendizagem como aquela que ocorre no âmbito da sala de aula sob responsabilidade do professor; avaliação de sistemas como avaliações de larga escala realizadas em redes de ensino pelos sistemas federais, estaduais ou municipais; e avaliação institucional como aquelas realizadas em cada escola pelo seu coletivo.

Analisando comparativamente a categorização adotada por Sousa (2005) e a que se adota neste estudo (FREITAS et al., 2009), pode-se afirmar que a categoria “avaliação do rendimento escolar e avaliação de sistemas educacionais”, adotada por Sousa (2005), vista sob a ótica de Freitas et al. (2009), desdobrar-se-ia em duas: “avaliação do rendimento escolar”, referindo-se à avaliação da aprendizagem, e “avaliação de sistemas educacionais”, à avaliação de sistemas. Quanto à categoria “material instrucional”, seria englobada em avaliação da aprendizagem. Já as categorias “avaliação de projetos e programas educacionais” e “aspectos conceituais, sociopolíticos e/ou metodológicos a respeito da avaliação educacional” poderiam ser enquadradas nas três categorias propostas por Freitas et al. (2009): “avaliação da aprendizagem”, “avaliação institucional” e “avaliação de sistemas”.

Assim, adotando as três categorias de Freitas et al. (2009), conforme se observa na Tabela 2, constata-se no total de artigos sobre educação básica uma predominância, equivalente a 35,6%, na avaliação da aprendizagem, enquanto 28,6% debruçam-se sobre a avaliação de sistemas e 1,5% enquadram-se na avaliação institucional. Fica visível o elevado percentual – 34,2% – de artigos pertencentes à categoria “outros assuntos”, nos quais foram englobados textos que apresentavam teorias a respeito da avaliação, bem como ideias e reflexões, revisões teóricas e discussões a respeito da qualidade da educação.

Destaca-se que na categoria “avaliação da aprendizagem” foram enquadrados artigos que tinham como foco a discussão de aspectos relativos ao desempenho escolar dos estudantes, formas de avaliação de rendimento escolar e repetência. Na categoria “avaliação de sistemas” foram contemplados os artigos que buscavam discutir os resultados das avaliações de larga escala, tendo como foco as políticas públicas. Já na categoria “avaliação institucional” estão os artigos que pretendiam discutir aspectos relativos à autoavaliação institucional e à construção do projeto político-pedagógico.

Tabela 2 – Categorização dos artigos sobre educação básica a partir dos níveis da avaliação educacional

Modalidade de avaliação	Nº de artigos	Percentual (%)
Avaliação da aprendizagem	71	35,6
Outros assuntos	68	34,2
Avaliação de sistema	57	28,6
Avaliação institucional	3	1,5
Total	199	100

Fonte: a autora.

Os artigos sobre educação superior, que totalizam 97, distribuem-se, de acordo com a Tabela 3, na seguinte proporção: 36,1% deles estão focados na avaliação da aprendizagem, 28,9% na avaliação institucional e 7,2% na avaliação de sistemas. Na categoria “outros assuntos” enquadram-se 27,8% dos artigos, englobando textos sobre os assuntos mais variados, tais como análises do perfil socioeconômico dos alunos do ensino superior brasileiro, evasão, inclusão social, condições de acesso à universidade, extensão universitária.

Cabe ressaltar que na categoria “avaliação da aprendizagem” foram englobados artigos que diziam respeito à avaliação do desempenho dos alunos e mecanismos para sua realização. Na categoria “avaliação de sistemas” foram enquadrados trabalhos que tratavam das avaliações de larga escala, como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), respeitando o caráter macroestrutural deste tipo de avaliação. Já na categoria “avaliação institucional”, foram incluídos os artigos que tratavam da autoavaliação institucional e das avaliações realizadas pelo governo com o objetivo de aferir a qualidade das instituições de ensino superior, como também é o caso do Sinaes, mas resguardando-se o fato de serem artigos focados nos aspectos específicos do âmbito das microestruturas das organizações.

Tabela 10 – Categorização dos artigos sobre educação superior a partir dos níveis da avaliação educacional

Modalidade de avaliação	Nº de artigos	Percentual (%)
Avaliação da aprendizagem	33	34,7
Avaliação Institucional	28	29,6
Aspectos gerais	27	28,4
Avaliação de sistemas	7	7,3
Total	95	100

Fonte: a autora.

A análise dos dados coletados permite visualizar que a avaliação da aprendizagem é o foco predominante dos artigos publicados em ambos os níveis de ensino. Esse fato comprova a afirmação de Saul (2001) de que a avaliação da aprendizagem é frequente objeto de análise dos estudiosos em avaliação.

Quanto à avaliação de sistemas, percebe-se que este é um tema mais abordado na educação básica, com 28,6%, do que na educação superior, com 7,3% dos artigos pesquisados.

Como pode ser observado, a avaliação institucional aparece como tema predominantemente direcionado ao ensino superior, representando 29,6% das publicações. Nos artigos sobre a avaliação na educação básica, a avaliação institucional é tema de apenas dois artigos, representando 1,5% das produções.

Os achados desta pesquisa vão ao encontro dos estudos de Moraes (2008), que, em sua dissertação de mestrado, ressalta a escassez de trabalhos que tratem da avaliação institucional das escolas da educação básica. Em sua pesquisa, o autor encontrou no Banco de Teses da Capes 264 trabalhos relativos à avaliação institucional, sendo que apenas 8 referiam-se à avaliação institucional no âmbito escolar. Como diz Freitas (2006, p. 16), “a avaliação institucional é um desafio para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, visto que no Ensino Superior, a avaliação institucional já está consolidada pelo Sinaes [...]”.

3.5 A produção científica sobre avaliação da aprendizagem na educação básica

Neste item apresentam-se os resultados do mapeamento do conhecimento científico produzido pela revista *Estudos em Avaliação Educacional* no que se refere à avaliação da aprendizagem na educação básica.

Ao longo dos 20 anos de existência da revista pesquisada neste trabalho foram publicados 71 artigos que trataram do tema em questão. A apresentação da análise desses artigos será feita em duas etapas. Primeiramente, apresenta-se a origem e procedência institucional e regional dos artigos publicados e, posteriormente, os autores que mais publicaram na revista, bem como os autores mais referenciados nos artigos estudados, destacando sua obra mais citada na lista de referências.

3.5.1 Origem e procedência institucional e regional

Do universo de 71 artigos publicados sobre avaliação da aprendizagem na educação básica (Apêndice A), constata-se que 5 deles foram produzidos por autores estrangeiros, sendo 2 de origem chilena, 2 de origem estadunidense e um de origem portuguesa. Desta forma, constata-se, conforme Tabela 4, que a revista *Estudos em Avaliação Educacional* é uma publicação que se dedica predominantemente à divulgação de artigos de autores brasileiros.

Tabela 11 – Distribuição dos artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação básica, por país de origem, divulgados na revista *Estudos em Avaliação Educacional* (1990-2010)

País	Nº de artigos	Percentual (%)
Brasil	66	92,9
Chile	2	2,8
Estados Unidos	2	2,8
Portugal	1	1,5
Total	71	100

Fonte: a autora.

Também se buscou identificar a procedência institucional dos artigos publicados, por meio da vinculação dos autores a universidades/instituições de ensino superior ou a institutos/centros de pesquisa. Cabe ressaltar a diferença, na

Tabela 5, quanto ao número total de artigos, visto que há artigos que foram escritos por mais de um autor, que, por vezes, são provenientes de instituições diferentes.

Tabela 12 – Distribuição dos artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação básica divulgados na revista *Estudos em Avaliação Educacional* por instituições universitárias e instituições não universitárias, fundações ou centros de pesquisa

Tipo de instituição	Nº de artigos	Percentual (%)
Universitária	49	64,5
Não universitária, fundação ou centro de pesquisa	27	35,5
Total	76	100

Fonte: a autora.

A Tabela 5 permite visualizar uma predominância de artigos de instituições universitárias, representando 64,5% do total, embora se deva destacar que o percentual global das instituições não universitárias, 35,5%, é considerável.

Tabela 13 – Distribuição dos artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação básica por universidades na revista *Estudos em Avaliação Educacional* (1990-2010)

Universidade⁷	Nº de artigos	Percentual (%)
USP	7	9,2
UEL	6	7,8
Unesp	6	7,8
UEM	5	6,5
UFMG	4	5,2
UFRJ	3	3,9
Unicamp	2	2,6
Ufpe	2	2,6
PUC-SP	2	2,6
PUC-RJ	1	1,3
Unesa	1	1,3
UFPR	1	1,3
Uesc	1	1,3
Uniban	1	1,3
Uece	1	1,3

⁷ Os nomes das universidades por extenso podem ser consultados na Lista de Siglas, no início deste trabalho.

UCB	1	1,3
UFC	1	1,3
Universidade de Tulane (EUA)	1	1,3
Universidade de Michigan (EUA)	1	1,3
Universidade de Lisboa	1	1,3
Total	48	100

Fonte: a autora.

Como se pode observar na Tabela 6, registra-se a procedência institucional de 19 universidades. O maior número de artigos foi produzido por pesquisadores vinculados à USP, com 9,2% dos artigos, seguida pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), com 7,8%, a Universidade Estadual Paulista (Unesp), também com 7,8%, e a Universidade Estadual de Maringá (UEM), com 6,5% do total de artigos.

Nesta análise, chama a atenção o reduzido percentual (2,6%) de pesquisadores procedentes da PUC-SP e da Unicamp, principalmente de grupos de pesquisa que se destacam na produção científica a respeito da avaliação educacional e que contam com docentes de projeção nacional na área, conforme pesquisas do estado da arte em avaliação da aprendizagem já produzidas (SOUSA, 1994; ULER, 2010). A tese de Sousa (1994) menciona que a PUC-SP constitui-se como um espaço promissor no desenvolvimento de pesquisas sobre avaliação da aprendizagem; por sua vez, a pesquisa de Uler (2010) destaca a PUC-SP como a universidade brasileira que mais produziu teses e dissertações a respeito do tema.

Uma questão que merece destaque é a produção de pesquisadores procedentes da UEM (6,5%), universidade que não tem tradição na área da pesquisa em avaliação educacional nem é mencionada nos estudos sobre o estado da arte destacados na segunda seção deste trabalho. A pesquisa identifica, assim, o Programa de Mestrado em Educação para a Ciência e a Matemática como centro de pesquisa que tem realizado estudos relacionados à avaliação da aprendizagem na educação básica, no que tange, especificamente, ao ensino da matemática.

Outro dado importante é que na lista de instituições universitárias encontram-se duas instituições de massa (SAMPAIO, 2000), privadas, sem tradição na área da pesquisa científica: Universidade Estácio de Sá (Unesa) e Universidade Bandeirantes de São Paulo (Uniban). Concretamente, são artigos vinculados ao

Programa de Pós-Graduação em Educação e ao Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, respectivamente.

Na Tabela 7 apresentam-se os artigos publicados pelas instituições não universitárias, fundações e centros de pesquisa, que respondem por 27 artigos publicados.

Tabela 14 – Distribuição dos artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação básica por instituições não universitárias, fundações ou centros de pesquisa divulgados na revista *Estudos em Avaliação Educacional* (1990-2010)

Instituição não- universitária, fundação ou centro de pesquisa ⁸	Nº de artigos	Percentual (%)
FCC	12	15,7
SEE-MG	8	10,5
SEE-SP	2	2,6
CNPq	1	1,3
Unesco	1	1,3
FDE	1	1,3
FB	1	1,3
Colégio Glória para Deus	1	1,3
Total	27	100

Fonte: a autora.

No que diz respeito às instituições não universitárias, fundações ou centros de pesquisa que mais publicaram sobre avaliação da aprendizagem na educação básica na revista *Estudos em Avaliação Educacional*, percebe-se que a maior contribuição (15,7%) é advinda da própria FCC, responsável pela publicação do periódico em questão. Merece destaque, também, a Secretaria Estadual de Educação do Estado de Minas Gerais (SEE-MG), que publicou 10,5% do total de artigos.

Quanto à produção dos artigos segundo as regiões do país, constata-se a maior concentração das publicações na Região Sudeste, conforme Tabela 8. A divergência do número total de artigos da tabela, 76 artigos, com relação ao número

⁸ Os nomes das instituições por extenso estão disponíveis para consulta na Lista de Siglas, no início deste trabalho.

total de artigos mencionado deve-se ao fato de que alguns artigos foram escritos por mais de um autor, que, por vezes, estão ligados a instituições de regiões diferentes.

Tabela 15 – Distribuição dos artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação básica por regiões do país divulgados na revista *Estudos em Avaliação Educacional*

Região	Nº de artigos	Percentual (%)
Sudeste	53	72,6
Sul	12	16,4
Nordeste	5	6,8
Centro-Oeste	3	4,2
Norte	0	0,0
Total	73	100

Fonte: a autora.

A Região Sudeste reuniu 72,6% do total de artigos publicados sobre avaliação da aprendizagem na educação básica, sendo que o estado de São Paulo teve maior destaque. Esse fato pode ser explicado pelos resultados de levantamento realizado pela Capes, no qual ficou comprovado que a Região Sudeste é a que concentra o maior número de cursos de pós-graduação no Brasil, equivalente a 53,4% dos 4 mil cursos avaliados (BRASIL, 2010).

A Região Sul vem em segundo lugar, com 16,4% do total de artigos, sendo o estado do Paraná o que concentrou maior número de produções. No Nordeste, responsável por 6,8% dos artigos, o estado com maior número de produções foi Pernambuco, com dois artigos. Já o Centro-Oeste, com 4,2% dos artigos, foi representado pelo Distrito Federal, que concentrou os três artigos publicados naquela região.

Destaca-se que não foi encontrado nenhum artigo procedente da Região Norte do país, embora o levantamento da Capes aponte que essa foi a região que registrou o maior crescimento no número de cursos de pós-graduação (BRASIL, 2010).

3.5.2 Principais autores e obras mais citadas

Em um universo de 71 artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação básica, 91 foi o número de autores responsáveis por essa produção. Na Tabela 9 estão listados os autores que mais publicaram sobre o tema na revista *Estudos em Avaliação Educacional*. Foram enquadrados nessa análise aqueles que publicaram dois ou mais artigos.

Tabela 16 – Distribuição dos artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação básica por autores que mais publicaram na revista *Estudos em Avaliação Educacional* (1990-2010)

Autor	Nº de artigos	Vínculo institucional	Vinculação a programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i>	Bolsista produtividade
Heraldo Vianna	7	FCC	-	-
Nádia Aparecida de Souza	5	UEL	Programa de Pós-Graduação em Educação	Nível 2
Zacarias Jaegger Gama	3	Uerj	Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana	-
Edir P. C. Xavier	2	SEE-MG	-	-
Cláudia Davis	2	FCC/ PUC-SP	Programa de Pós-Graduação em Educação	-
Bernardete Gatti	2	FCC/USP	Programa de Pós-Graduação em Educação da USP (aposentada)	-
Maria Helena B. Mendes	2	SEE-MG	-	-
Maria da Glória Santos	2	SEE-MG	-	-
Léa Depresbiteris	2	Senai	-	-
Adriano Ruiz	2	UEM/ Oeste Paulista	Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Oeste Paulista	-
Regina L. C. de Buriasco	2	UEL	Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática	Nível 2
Suzana dos Santos Gomes	2	UFMG	-	-
Beatriz Pedro Cortese	2	USP	-	-

Fonte: a autora.

São, portanto, 13 os autores que mais publicaram sobre avaliação da aprendizagem na educação básica na revista pesquisada. Destes autores, seis (46%) estão ligados a programas de pós-graduação como formadores de mestres e doutores, sendo dois deles bolsistas produtividade do CNPq.

A pesquisa realizada também permitiu identificar que, dos 71 artigos estudados, 16 apresentam os resultados de teses (6) e dissertações (10). Dados

como nome do autor, título do artigo, título da tese/dissertação, nome do orientador, instituição de ensino, ano de defesa e tipo de financiamento recebido podem ser consultados no Apêndice B.

Buscou-se identificar, também, quais as principais referências bibliográficas utilizadas quando abordada a avaliação da aprendizagem na educação básica. Para isso analisaram-se os autores mais citados e suas obras mais referenciadas nos artigos publicados sobre a temática na revista *Estudos em Avaliação Educacional*. Consideraram-se os autores que obtiveram seu nome referenciado em mais de oito artigos. Os números apresentados na Tabela 10 referem-se aos autores estrangeiros, registrando o número de artigos em que foram citados, bem como a obra com maior destaque.

Tabela 10 – Autores estrangeiros mais citados nos artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação básica divulgados na revista *Estudos em Avaliação Educacional* (1990-2010)

Autor	Nº de artigos em que foi citado	Percentual (%)	Obra mais citada
Philippe Perrenoud	20	28,1	Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas
Charles Hadji	10	14,0	Avaliação desmistificada
Benjamin Bloom	10	14,0	Taxionomia dos objetivos educacionais

Fonte: a autora.

Dos autores estrangeiros, o mais referenciado foi Philippe Perrenoud, citado em 28,1% dos artigos. Sua obra mais citada, *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas*, foi lançado no Brasil no ano de 1999 pela Editora Artmed e reúne diversos textos do autor que buscam discutir os antagonismos e contradições que cercam a avaliação.

Charles Hadji, também citado em 14% dos artigos, foi representado, principalmente, pela obra *Avaliação desmistificada*, na qual discute caminhos e propostas para uma avaliação formativa e eficaz. A obra foi lançada no Brasil em 2001, pela Editora Artes Médicas.

Benjamin Bloom, referenciado em 14% dos artigos, teve como obra mais citada *Taxionomia dos objetivos educacionais*, em que propõe uma estruturação

para a organização dos objetivos educacionais baseada no desenvolvimento cognitivo. A obra encontra-se dividida em dois volumes. O primeiro discute a taxionomia dos objetivos educacionais perante o domínio cognitivo; o segundo foca o domínio afetivo. A obra foi lançada no Brasil em 1956 pela Editora Globo em conjunto com a UFRGS.

Chama a atenção o fato de Ralph Tyler, considerado o pai da avaliação, ter sido referenciado apenas uma vez, na medida em que, no estudo de Sousa (1994), evidenciou-se que a quase totalidade das teses e dissertações produzidas durante a década de 1980 baseavam-se no enfoque da “avaliação por objetivos”, sistematizado por Tyler e considerado de caráter positivista. Contudo, pode-se explicar tal fato na medida em que os estudos de Barreto e Pinto (2001) e de Uler (2010) mostram que se caminha para uma nova concepção de avaliação, chamada emancipatória, e que as concepções positivistas, calcadas no tecnicismo, perderam força. As obras citadas dos três autores acima mencionados podem ser visualizadas no Apêndice C.

Dos autores brasileiros mais referenciados pelas publicações sobre avaliação da aprendizagem na educação básica, destaca-se Cipriano Luckesi, citado em 28,1% dos artigos estudados, conforme apresentado na Tabela 11. A obra mais referenciada do autor foi *Avaliação da aprendizagem escolar*, lançada em 1994 pela Editora Cortez e que, até o fechamento desta pesquisa, estava em sua 20ª edição. Nesse livro o autor reúne diversos artigos seus publicados ao longo dos anos e que tratam da avaliação da aprendizagem na escola, suas proposições e encaminhamentos.

Tabela 11 – Autores brasileiros mais citados nos artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação básica divulgados no periódico *Estudos em Avaliação Educacional* (1990-2010)

Autor	Nº de artigos em que foram citados	Percentual (%)	Obra mais citada
Cipriano Luckesi	20	28,1	Avaliação da aprendizagem escolar
Jussara Hoffman	14	19,7	Avaliação mito & desafio: uma perspectiva construtivista
Heraldo Vianna	12	16,9	Avaliação educacional e o avaliador

Cláudia Davis	8	11,2	O papel e a função do erro na avaliação escolar
Marli André	8	11,2	Etnografia da prática escolar

Fonte: a autora.

Jussara Hoffmann vem como segunda autora brasileira mais citada, tendo sido referenciada em 19,7% dos artigos, sendo que sua obra *Avaliação mito & desafio: uma perspectiva construtivista* foi a que mais apareceu na lista de referências dos artigos estudados. Tal obra teve sua primeira edição lançada em 1991 pela Editora Mediação, estando, no presente momento, em sua 41ª edição. Nessa obra a autora apresenta sua teoria de avaliação mediadora, buscando desafiar o mito da avaliação classificatória.

Em seguida de Jussara Hoffmann destaca-se Heraldo Vianna, citado em 16,9% dos artigos. Seu trabalho mais referenciado é o livro *Avaliação educacional e o avaliador*, resultado de sua tese de doutorado, defendida em 1997, e publicado pela Editora Ibrasa em 2000. É importante destacar que as produções de Heraldo Vianna citadas pelos autores que publicaram na revista foram bastante diversificadas, sendo a obra supracitada a mais referenciada, com cinco citações. Ao todo foram citadas 18 obras de Vianna, entre artigos e livros.

Cláudia Davis, citada em 11,2% dos artigos, tem como obra mais referenciada um artigo lançado juntamente com Yara Espósito, pela revista *Cadernos de Pesquisa*, no ano de 1990. Já Marli André, referenciada também em 11,2% dos artigos, tem como obra de maior destaque nas referências o livro *Etnografia da prática escolar*, que, lançado em 1995, está atualmente na 16ª edição. Nesta obra a autora busca discutir os fundamentos da pesquisa etnográfica, destacando estudos sobre o cotidiano escolar.

Percebe-se que os autores que publicaram na revista privilegiaram autores e produções nacionais, mostrando uma preocupação com a avaliação no contexto brasileiro.

Com o objetivo de contribuir para futuras pesquisas e com a construção do conhecimento na área da Avaliação da Aprendizagem, apresentam-se, no Apêndice D, todas as obras referenciadas de autoria dos autores acima mencionados.

3.6 A produção científica sobre avaliação da aprendizagem na educação superior

O mapeamento da produção científica sobre avaliação da aprendizagem na educação superior, divulgada na revista *Estudos em Avaliação Educacional* no período considerado nesta pesquisa, seguiu os mesmos caminhos do mapeamento realizado sobre as produções acerca da avaliação da aprendizagem na educação básica. Desta forma, busca-se apresentar a origem e procedência institucional e regional dos 33 artigos publicados ao longo desses 20 anos sobre a temática, bem como os principais autores e obras mais citadas nos artigos em questão.

3.6.1 Origem e procedência institucional e regional

Foram 33 os artigos publicados em *Estudos em Avaliação Educacional* sobre avaliação da aprendizagem na educação superior ao longo da existência da revista. Desse universo total de artigos, 96,8% foram produzidos por autores nacionais, sendo que apenas um artigo, representando 3,2% do total, foi publicado por autores estrangeiros, oriundos do Chile, conforme Tabela 12.

Tabela 12 – Distribuição dos artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação superior, por país de origem, divulgados na revista *Estudos em Avaliação Educacional* (1990-2010)

País	Nº de Artigos	Percentual (%)
Brasil	32	96,8
Chile	1	3,2
Total	33	100

Fonte: a autora.

Percebe-se, desta forma, que, assim como nos artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação básica, há grande predominância de artigos nacionais na revista, o que confirma sua preocupação com as questões de âmbito nacional.

Pela pesquisa foi possível evidenciar que 92,5% dos artigos foram publicados por autores vinculados a instituições universitárias e 7,5% por autores vinculados a instituições não universitárias, fundações ou centros de pesquisa, como pode ser observado na Tabela 13. Ressalta-se que a diferença no número total de artigos

apresentados na tabela deve-se ao fato de que há artigos que foram escritos por mais de um autor, que por vezes são vinculados a diferentes instituições.

Tabela 13 – Distribuição dos artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação superior divulgados na revista *Estudos em Avaliação Educacional* por instituições universitárias e instituições não universitárias, fundações ou centros de pesquisa

Tipo de Instituição	Nº de artigos	Percentual (%)
Universitária	37	92,5
Não universitária, Fundação ou Centro de Pesquisa	3	7,5
Total	40	100

Fonte: a autora.

Na Tabela 14 apresentam-se as instituições universitárias às quais os autores dos artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação superior estão vinculados.

Tabela 14 – Distribuição dos artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação superior por universidades na revista *Estudos em Avaliação Educacional* (1990-2010)

Universidade	Nº de artigos	Percentual (%)
UEL	7	17,5
USP	6	15,0
UFRGS	4	10,0
UnB	3	7,5
Unesa	2	5,0
Unifil	2	5,0
UFMG	2	5,0
PUC-RJ	1	2,5
PUC-SP	1	2,5
UTP	1	2,5
UEM	1	2,5
Ufes	1	2,5
Uniube	1	2,5
Fafi-BH	1	2,5
PUC-MG	1	2,5
PUC-RS	1	2,5
Ufba	1	2,5
Universidad Concepción (Chile)	1	2,5
Total	37	100

Fonte: a autora.

Assim como no mapeamento realizado a respeito da avaliação da aprendizagem na educação básica, a UEL e a USP aparecem com o maior número de autores vinculados, com 17,5% e 15,0%, respectivamente.

A UFRGS aparece em terceiro lugar, com 10% dos autores. Tal universidade não possui autores vinculados que escreveram a respeito da avaliação da aprendizagem na educação básica, porém aparece com destaque no que tange à temática da avaliação da aprendizagem na educação superior.

A PUC-SP aparece com número pouco expressivo, 2,5% dos autores, sendo que a Unicamp não apresenta autores com artigos a respeito da avaliação da aprendizagem na educação superior publicados na revista.

A Tabela 15 apresenta as instituições não universitárias, fundações ou centros de pesquisa aos quais os autores dos artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação superior estão vinculados.

Tabela 15 – Distribuição dos artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação superior por instituições não universitárias, fundações ou centros de pesquisas divulgados na revista *Estudos em Avaliação Educacional* (1990-2010)

Instituição não universitária, fundação ou centro de pesquisa	Nº de artigos	Percentual (%)
FCC	3	7,5
Total	3	100

Fonte: a autora.

A FCC aparece como a única instituição não universitária que possui autores vinculados que publicaram na *Estudos em Avaliação Educacional* sobre avaliação da aprendizagem na educação superior. Ao contrário da temática da avaliação da aprendizagem na educação básica, que contou com 36,4% dos autores vinculados a instituições não universitárias, fundações ou centros de pesquisa, na educação superior tais instituições tiveram pouco destaque, com 7,5% dos autores.

Pode-se concluir que a produção do conhecimento sobre avaliação da aprendizagem na educação superior ocorre, mais comumente, nas universidades,

que se apresentam como local privilegiado para a construção de conhecimento científico.

Quanto à distribuição dos artigos segundo as regiões do país onde foram produzidos, identifica-se que a maior parte (45,4%) concentra-se na Região Sudeste do país, conforme Tabela 16.

Tabela 16 – Distribuição dos artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação superior por regiões do país divulgados na revista *Estudos em Avaliação Educacional* (1990-2010)

Região	Nº de artigos	Percentual (%)
Sudeste	15	45,4
Sul	13	39,3
Centro-Oeste	3	9,2
Nordeste	1	3,3
Norte	0	0,0
Total	33	100

Fonte: a autora.

No mapeamento realizado a respeito dos artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação básica, a Região Sudeste havia comparecido com a grande maioria dos artigos publicados (72,6%); já na educação superior, percebe-se que, apesar de aparecer como a região que mais concentrou artigos, não obteve percentual tão elevado, contando com apenas 5% a mais de artigos do que a Região Sul, segunda na tabela, com 39,3% dos artigos.

Destaca-se que a Região Sul apresentou crescimento de 18,6% nos cursos de doutorado (MOROSINI; CUNHA; FERNANDES, 2005), o que intensificou o número de produções científicas realizadas na região.

A Região Centro-Oeste apresentou 9,1% dos artigos e a Região Nordeste, 3,2%. Assim como na temática avaliação da aprendizagem na educação básica, na educação superior a Região Norte também não apresentou artigos publicados por autores de sua localidade.

3.6.2 Principais autores e obras mais citadas

Em um universo de 33 artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação superior, 46 foi o número de autores responsáveis por essa produção. Na tabela a seguir estão listados os autores que mais publicaram sobre o tema na revista *Estudos em Avaliação Educacional*. Foram enquadrados nessa análise aqueles que publicaram dois ou mais artigos.

Tabela 17 – Distribuição dos artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação superior por autores que mais publicaram na revista *Estudos em Avaliação Educacional* (1990-2010)

Autor	Nº de artigos	Vínculo institucional	Vinculação a programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i>	Bolsista produtividade
Fernando Lang da Silveira	5	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Ensino de Física	-
Nádia Aparecida de Souza	4	UEL	Programa de Pós-Graduação em Educação	Nível 2
Georfravia Montoza Alvarenga	4	UEL	Aposentada do Programa de Pós-Graduação em Educação	-
Zilda Rossi Araújo	4	UEL/ Faculdade Norte Paranaense de Ensino	-	-
Alceu Gonçalves de Pinho Filho	3	USP/ PUCRJ	Programa de Pós-Graduação em Física	-
Benigna Maria de Freitas Villas Boas	3	UnB	Programa de Pós-Graduação em Educação	-

Fonte: a autora.

Fernando Lang da Silveira, vinculado à UFRGS, aparece como o autor que mais publicou na revista, com cinco artigos. Em seguida estão Nádia Aparecida de Souza, Georfravia Montoza Alvarenga e Zilda Rossi Araújo, todas vinculadas à UEL, com quatro artigos cada. Já Alceu Gonçalves de Pinho Filho e Benigna Maria de Freitas Villas Boas aparecem com três artigos cada.

Dos seis autores que mais publicaram na revista *Estudos em Avaliação Educacional*, cinco deles, ou 83,3%, estão vinculados a programas de pós-graduação *stricto-sensu* como formadores de mestres e doutores, sendo que um deles é bolsista produtividade.

A pesquisa realizada também permitiu identificar que, dos 33 artigos estudados, 5 apresentam os resultados de teses e dissertações, sendo 3 originados de dissertações de mestrado e 2 de teses de doutorado. Dados como nome do autor, título do artigo, título da tese/dissertação, nome do orientador, instituição de

ensino, ano de defesa e tipo de financiamento recebido podem ser observados no Apêndice E.

Na Tabela 18 apresentam-se os autores estrangeiros mais citados nos artigos que tratam da avaliação da aprendizagem na educação superior. Foram considerados aqueles citados em mais de quatro artigos.

Tabela 18 – Autores estrangeiros mais citados nos artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação superior divulgados na revista *Estudos em Avaliação Educacional* (1990-2010)

Autor	Nº de artigos em que foram citados	Percentual (%)	Obra mais citada
Philippe Perrenoud	5	15,1	Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas
Charles Hadji	5	15,1	Avaliação desmistificada
Tom Crockett	4	12,2	The portfolio journey: a creative guide to keeping student-managed portfolios in the classroom
Lee J. Cronbach	4	12,2	Coefficient alpha and the internal structure of tests
Robert Wherry	4	12,2	Contributions to correlational analysis

Fonte: a autora.

Assim como nos artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação básica, Philippe Perrenoud aparece como o autor mais citado também nos artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação superior, tendo sido *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas* sua obra mais referenciada. Perrenoud começa a ser referenciado nos artigos a partir de 2003, talvez pelo fato de sua obra mais expressiva ter sido publicada no Brasil pela primeira vez em 1999.

Charles Hadji tem a mesma quantidade de referências que Perrenoud, aparecendo em 15,1% dos artigos. Hadji, que também foi um dos autores mais referenciados nos artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação básica, teve como obra mais citada *Avaliação desmistificada*. Assim como ocorre com Perrenoud, Hadji começa a ser referenciado nos artigos publicados a partir de 2003.

Tom Crockett, Lee J. Cronbach e Robert Wherry foram referenciados em 12,2% dos artigos. Suas obras mais citadas estão publicadas em inglês, não havendo versão em língua portuguesa de tais trabalhos.

Tom Crockett teve apenas uma obra citada, intitulada *The portfólio journey: a creative guide to keeping student-managed portfolios in the classroom*. O autor passou a ser referenciado nos artigos publicados a partir do ano de 2006.

Já Lee J. Cronbach teve como obra mais referenciada *Coefficient alpha and the internal structure of tests*, na qual apresenta o chamado coeficiente alfa, que, segundo Hora et al. (2010, p. 89).

[...] foi apresentado por Lee J. Cronbach, em 1951, como uma forma de estimar a confiabilidade de um questionário aplicado em uma pesquisa. O alfa mede a correlação entre respostas em um questionário através da análise do perfil das respostas dadas pelos respondentes.

Quanto a Robert Wherry, o autor teve como obra mais citada o trabalho intitulado *Contributions to correlational analysis*.

Todas as obras dos autores acima mencionados que foram citadas nas referências bibliográficas dos artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação superior podem ser visualizadas no Apêndice F.

No que diz respeito aos autores brasileiros mais citados nos artigos estudados, Heraldo Vianna aparece com o maior número de referências em seu nome, estando presente em 24,2% dos artigos, conforme Tabela 19. Vianna, que teve como obra mais expressiva o livro *Testes em educação*, lançado pela Editora Ibrasa em 1978, também foi um dos autores mais referenciados nos artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação básica. É interessante ressaltar que Vianna é citado nos artigos publicados no período de 1990 a 1997, sendo que após esse espaço temporal não há mais obras suas referenciadas nos trabalhos analisados.

Tabela 19 – Autores brasileiros mais citados nos artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação superior divulgados no periódico *Estudos em Avaliação Educacional* (1990-2010)

Autor	Nº de artigos em que foram citados	Percentual (%)	Obras mais citadas
Heraldo Vianna	8	24,2	Testes em Educação
Cipriano Luckesi	6	18,1	Avaliação da aprendizagem escolar

Benigna Villas Boas	6	18,1	Avaliação formativa: em busca do desenvolvimento do aluno, do professor e da escola
Jussara Hoffman	5	15,1	Avaliação: mito e desafio
Sérgio Costa Ribeiro	4	12,2	Desigualdade social e acesso à universidade: dilemas e tendências
Fernando Lang da Silveira	4	12,2	Coefficiente beta: estimativa do coeficiente de fidedignidade de uma variável compósita

Fonte: a autora.

Cipriano Luckesi foi referenciado em 18,1% dos artigos publicados sobre avaliação da aprendizagem na educação superior, tendo como obra mais citada o livro *Avaliação da aprendizagem escolar*. Ressalte-se que Luckesi começa a ser referenciado nos artigos publicados a partir de 2004, fato interessante, considerando-se que sua obra que apresentou maior expressividade nos artigos estudados foi lançada em 1994.

Assim como Luckesi, Benigna Villas Boas aparece referenciada em 18,1% dos artigos analisados, e sua obra mais citada foi o artigo intitulado *Avaliação formativa: em busca do desenvolvimento do aluno, do professor e da escola*, em que discute os fundamentos da chamada avaliação formativa.

Jussara Hoffman, que havia sido a segunda autora mais referenciada nos artigos que tratam da avaliação da aprendizagem na educação básica, aparece em 15,1% dos artigos que dizem respeito à avaliação da aprendizagem na educação superior, tendo como obra mais citada o livro *Avaliação: mito e desafio*.

Já Sergio Costa Ribeiro e Fernando Lang da Silveira foram referenciados em 12,2% dos artigos, tendo como obras mais citadas *Desigualdade social e acesso à universidade: dilemas e tendências* e *Coefficiente beta: estimativa do coeficiente de fidedignidade de uma variável compósita*, respectivamente. É importante ressaltar que, assim como Vianna, Costa Ribeiro é referenciado nos artigos publicados até o ano de 1997, não havendo mais citações em seu nome nas publicações dos anos seguintes.

Todas as obras citadas nos artigos estudados pertencentes aos autores acima mencionados podem ser consultadas no Apêndice G.

3.7 Observações finais

A revista *Estudos em Avaliação Educacional* apresenta-se como uma publicação de grande relevância para a área da Avaliação Educacional, fato demonstrado pelas pesquisas analisadas nesta seção.

A pesquisa realizada demonstra que, desde sua criação em 1990 até a presente data, a revista *Estudos em Avaliação Educacional* tem mantido como foco predominante as discussões sobre avaliação na educação básica, especificamente sobre avaliação da aprendizagem. Deve-se destacar que tal direcionamento diz respeito a uma abordagem global de todo o período estudado, podendo ter havido flutuações de direcionamento, ao estudar a produção disseminada ano a ano.

No aprofundamento realizado acerca da avaliação da aprendizagem na educação básica e na educação superior na revista em questão (1990-2010), destaca-se, entre outros fatos, o caráter essencialmente nacional da produção disseminada, na medida em que, ao longo de sua existência, 92,9% dos artigos sobre educação básica e 96,8% dos artigos que tratam da educação superior foram produzidos por autores brasileiros.

A pesquisa realizada permitiu constatar que os autores que publicaram na referida revista privilegiaram, em suas referências, autores e obras nacionais, evidenciando o crescimento teórico e intelectual da produção científica brasileira na área da Avaliação. Destaca-se, também, que a maioria dos artigos publicados é proveniente de IES localizadas na Região Sudeste do país (72,6% dos artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação básica e 45,4% dos artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação superior).

No que diz respeito às principais referências citadas, teve destaque o intelectual suíço Philippe Perrenoud, referenciado em 20 dos 71 artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação básica e em 5 dos 33 artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação superior. Esse dado vai ao encontro dos resultados da pesquisa de Gonçalves Filho (2003), em que Perrenoud aparece como autor mais citado na revista *Ensaio*, no universo dos artigos que discutem políticas educacionais.

Um fato que chama a atenção no momento da análise dos dados é que nas duas revistas supracitadas ganha destaque um autor, docente da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Genebra, amplamente criticado por aqueles intelectuais que se enquadram nas chamadas teorias críticas da educação, de base marxista (DUARTE, 2001; FACCI; SILVA; SILVA, 2008). Para esses autores, Perrenoud, estudioso da chamada Pedagogia das Competências, segue os preceitos do escolanovismo, considerado por Saviani (1987) como teoria não crítica, e apresenta uma “concepção liberal de educação e de sociedade sob aparência de uma perspectiva crítica e progressista” (PASQUALINI; MARTINS, 2008, p. 2).

Perrenoud (2000) acredita que a função da escola é construir competências que permitam ao aluno mobilizar recursos cognitivos para enfrentar as diversas situações que o mundo impõe. Além disso, enfoca o caráter autônomo da aprendizagem, ou seja, o conhecimento é entendido como algo a ser construído pelo próprio indivíduo, permeado pelas situações de aprendizagem, e não a ser transmitido pelo professor, o que, para Facci, Silva e Silva (2008), contribui para a desvalorização do trabalho deste profissional.

Para Duarte (2001), essa teoria possui caráter adaptativo, ou seja, busca criar competências para que os indivíduos se adaptem à condição de desempregados, mães solteiras, deficientes etc. Não visa a uma crítica à sociedade, mas sim encontrar formas de adaptar os indivíduos aos ditames da sociedade capitalista. Desta forma, para os autores críticos Perrenoud contribui para a manutenção da ordem social e não para sua superação (PASQUALINI; MARTINS, 2008).

Apesar dessas críticas, deve-se destacar que a Pedagogia das Competências permeia as políticas educacionais do país e é usada como referência para a definição dos currículos das escolas brasileiras. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), por exemplo, têm sua base nessa teoria (DUARTE, 2001; FACCI, SILVA; SILVA, 2008).

Outra realidade constatada a partir da análise dos dados resultantes da pesquisa realizada diz respeito ao fato de que pesquisadores tidos como referência na construção de uma visão crítico-transformadora, baseada em um paradigma

emancipatório, na área da Avaliação – como José Dias Sobrinho, Luís Carlos Freitas, Ana Maria Saul, Thereza Penna Firme, Mere Abramowicz, Pedro Demo, Isabel Cappelletti, entre outros –, além de terem sido pouco referenciados pelos autores, não possuem artigos publicados na revista em questão. Esta constatação pode ser questionada, na medida em que a pesquisa também demonstra terem sido referenciados pesquisadores que podem ser enquadrados nessa visão crítico-transformadora, tais como Cipriano Luckesi, Marli André e Jussara Hoffman. Contudo, estes autores diferenciam-se dos outros, de certa forma, por não possuírem uma ênfase político-militante em sua produção teórica, focando menos uma discussão no campo ideológico e mais uma discussão teórica do fazer.

As realidades levantadas a partir da pesquisa permitem traçar um perfil da revista *Estudos em Avaliação Educacional* que sinaliza para o distanciamento das discussões de caráter político-ideológico da avaliação, priorizando o campo da operacionalização das políticas públicas, do aprimoramento, do fazer, do cotidiano, da dimensão técnica da avaliação. A existência deste perfil pode também explicar a baixa porcentagem (2,7%) de artigos oriundos da PUC-SP e da Unicamp, instituições em que predominam grupos de pesquisa com uma produção altamente politizada em torno da Educação.

4 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: TENDÊNCIAS TEMÁTICAS E CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS

4.1 Observação preliminar

A presente seção tem por objetivo apresentar os resultados da análise da produção científica disseminada pela revista *Estudos em Avaliação Educacional* no que diz respeito às publicações sobre avaliação da aprendizagem na educação básica e na educação superior, buscando identificar as principais tendências temáticas presentes nos estudos, bem como as contribuições teóricas que eles trazem à comunidade científica.

Com o objetivo de identificar as principais tendências temáticas, construíram-se fichas de leitura dos artigos pesquisados, no intuito de destacar os seguintes aspectos: tema principal, objetivo, conceitos e resultados. Inicialmente, serão analisados os eixos temáticos referentes à avaliação da aprendizagem na educação básica e, posteriormente, aqueles que se referem à avaliação da aprendizagem na educação superior.

4.2 Avaliação da aprendizagem na educação básica: eixos temáticos

Conforme mencionado na seção anterior, foram 71 artigos que trataram da avaliação da aprendizagem na educação básica publicados em um período de 20 anos de existência da revista *Estudos em Avaliação Educacional*. Esses artigos foram agrupados em dez eixos temáticos, conforme Tabela 20. Cada um deles foi enquadrado em um único eixo temático. Deve-se registrar que essa opção metodológica apresenta alguns riscos, como a possibilidade de restringir a riqueza temática e de enquadramento arbitrário de artigos que apresentam componentes que poderiam enquadrar-se em mais de duas categorias (CALDERÓN; FERREIRA, 2011). Porém, é uma forma de evitar dispersões, possibilitando maior concentração e visualização dos eixos temáticos, permitindo maior concretude para trabalhar os dados de maneira quantitativa.

Tabela 20 – Eixos temáticos: avaliação da aprendizagem na educação básica

Eixo temático	Nº de artigos	Percentual (%)
Desempenho escolar	24	33,9
Práticas de avaliação	11	15,5
Avaliação da aprendizagem e políticas públicas	8	11,2
Teoria da avaliação da aprendizagem	8	11,2
Representações sobre avaliação da aprendizagem	7	9,8
Avaliação da aprendizagem e formação de professores	5	7,0
Avaliação da aprendizagem e fracasso escolar	4	5,7
Avaliação da aprendizagem e a relação professor-aluno	2	2,9
Avaliação da aprendizagem de alunos com deficiência	1	1,4
Aspectos sociológicos da avaliação da aprendizagem	1	1,4
Total	71	100

Fonte: a autora.

O eixo temático “desempenho escolar” agrupou o maior número de artigos, representando 33,9% do total. Neste eixo temático foram englobados artigos que fazem uma análise a respeito do desempenho escolar de um grupo específico de alunos em determinadas disciplinas e do desempenho escolar e influência de variáveis como grau de escolaridade dos pais, regiões do país, entre outros. O eixo temático “práticas de avaliação”, responsável por 15,5% dos artigos, reúne artigos que discutem instrumentos de avaliação da aprendizagem dos alunos. Já o eixo temático “avaliação da aprendizagem e políticas públicas” engloba 11,2% do total de artigos que tratam de aspectos relativos à avaliação da aprendizagem em determinados programas instituídos por governos municipais, estaduais ou nacionais. Quanto ao eixo temático “teoria da avaliação da aprendizagem”, que agrupou 11,2% dos artigos, enquadraram artigos que discutem pressupostos teóricos relativos à avaliação da aprendizagem.

O eixo temático “representações sobre avaliação da aprendizagem” representa 9,8% dos artigos, os quais dissertam a respeito das visões e percepções que alunos e professores possuem da avaliação da aprendizagem. O eixo “avaliação da aprendizagem e formação de professores”, que contou com 7% dos artigos, inclui artigos que tratam das visões de avaliação da aprendizagem que os cursos de formação de professores oferecem, bem como aqueles que discutem a influência dos cursos de formação na prática do professor no que diz respeito à avaliação. O eixo temático “avaliação da aprendizagem e fracasso escolar” contou com 5,7% dos artigos e enquadraram aqueles que discutem a influência que

determinadas práticas avaliativas exercem no fracasso escolar e repetência de alguns alunos.

O eixo temático “avaliação da aprendizagem e a relação professor-aluno” contou com poucos artigos: foram apenas dois, que tratam das influências que as práticas de avaliação da aprendizagem podem exercer na relação que se estabelece entre professores e alunos. No eixo temático “avaliação da aprendizagem de alunos com deficiência”, foi englobado apenas um artigo, que discute a avaliação da aprendizagem voltada para um grupo específico de alunos com algum tipo de deficiência. Finalmente, o eixo temático “aspectos sociológicos da avaliação da aprendizagem” também conta com apenas um artigo, focando a avaliação e a escola como mecanismos de controle da ordem social.

O Gráfico 1 apresenta as tendências temáticas distribuídas ao longo dos anos analisados neste trabalho.

Gráfico 1 – Distribuição dos eixos temáticos sobre avaliação da aprendizagem na educação básica ao longo dos anos



Fonte: a autora.

Ao analisar o Gráfico 1 tendo como referência principal os quatro eixos temáticos com maior incidência, é perceptível que o eixo temático “desempenho escolar” obteve grande concentração de artigos no período de 1990 a 1994, quando começou um declínio das produções, sendo que entre 2007 e 2010 retomou mais uma vez um grande número de produções, com pico em 2010. Deve-se afirmar que o pico ascendente (1990-1994) englobou estudos sobre experiências específicas em âmbito estadual, principalmente em Minas Gerais (CARDOSO, 1994; ALVES, 1994; SILVA, 1994; SILVÉRIO; XAVIER; PORTINHO, 1994; SANTOS, 1994; MENDES; SANTOS; MALLETT, 1994; VIANNA, 1994), bem como estudos a respeito de práticas avaliativas na educação infantil (LEITE; EWBANK, 1995). O segundo pico (2007 a 2010) concentrou artigos que analisam o desempenho escolar de estudantes de estados específicos, como é o caso do Paraná (BURIASCO; SOARES, 2007) e da Bahia (SANTANA; CAZORLA; CAMPOS, 2007), bem como que dissertam a respeito do desempenho escolar de alunos do ensino médio (VIANA, 2010). Há também artigos que ressaltam a questão do analfabetismo (RIBEIRO; FONSECA, 2010), do desempenho escolar de crianças contaminadas por chumbo (CAPELLINI et al., 2008), do projeto Educa+Ação (NEUBAUER et al., 2010) e de aspectos metodológicos da análise do desempenho escolar (LEE, 2010).

Em relação ao segundo eixo temático, “práticas avaliativas”, teve maior número de produções entre 2002 e 2010. Embora neste período tenha havido pequenas quedas e flutuações, pode-se afirmar que foi uma temática que apresentou um *continuum* ao longo do período citado, revelando tratar-se de um tema atual enquanto campo de pesquisa.

Ao analisar o terceiro e o quarto eixos temáticos, “avaliação da aprendizagem e políticas públicas” e “teorias da avaliação”, respectivamente, constatam-se processos semelhantes: maior número de produções na segunda metade da década de 1990, declínio e retomada da produção no final da primeira década do novo milênio, especificamente entre 2008 e 2009.

Dos outros eixos temáticos, com visível menor produção se comparados com os quatro primeiros mencionados, chamam a atenção três fatos concretos:

a) O quinto eixo temático, “representações sobre avaliação da aprendizagem”, embora não tivesse uma quantidade maior, como foi o caso do primeiro eixo temático, “desempenho escolar”, caracteriza-se por ter uma temática presente na revista ao longo do período de 1996 a 2010. Pode-se afirmar que é a única temática que apresenta este *continuum* ao longo de 14 anos dos 20 anos de existência da revista.

b) O eixo temático “avaliação da aprendizagem e formação de professores” também está dentro das preocupações teóricas atuais dos pesquisadores, tendo maior concentração entre 2002 e 2008.

c) O Gráfico 1 permite constatar a existência de temas que tiveram maior ênfase na primeira metade da década de 1990, como é o caso do eixo temático “avaliação da aprendizagem e a relação professor-aluno”, que teve concentração dos artigos entre os anos de 1992 a 1996, havendo nesse período um declínio da produção por volta dos anos de 1994 e 1995.

4.2.1 Desempenho escolar

O eixo temático “desempenho escolar” reuniu o maior número de artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação básica, o equivalente a 33,9% do total, ou seja, 24 artigos.

Para melhor análise desses artigos, foram elaborados subeixos temáticos construídos a partir das fichas de leitura mencionadas nas observações preliminares desta seção, conforme Tabela 21.

Tabela 21 – Desempenho escolar: subeixos temáticos

Subeixos temáticos	Nº de artigos	Percentual (%)
Desempenho escolar em disciplinas	15	62,5
Desempenho escolar e influência de variáveis	3	12,5
Desempenho escolar e políticas públicas	2	8,3
Desempenho escolar e práticas educativas	2	8,3
Desempenho escolar e rede privada	1	4,2
Desempenho escolar e valor agregado	1	4,2
Total	24	100

Fonte: a autora.

4.2.1.1 Desempenho escolar em disciplinas

O subeixo temático “desempenho escolar em disciplinas” englobou 15 dos 24 artigos a respeito do desempenho escolar. Trata-se de artigos que analisam o desempenho escolar de grupos de alunos em determinadas disciplinas, como Geografia (CARDOSO, 1994), Matemática (SILVÉRIO; XAVIER; PORTINHO, 1994; BURIASCO; SOARES, 2007; SANTANA; CAZORLA; CAMPOS, 2007; VIANA, 2010), História (ALVES, 1994), Ciências (SILVA, 1994), Português (SANTOS, 1994; DAVIS; ESPÓSITO; NUNES, 2002) e Redação (MENDES, 1993; MENDES; SANTOS; MALLET, 1994; VIANNA, 1994; SIMÕES et al., 1998).

No ano de 1994 foram produzidos sete artigos a respeito do desempenho escolar de alunos da 8ª série da rede estadual de Minas Gerais, cada um deles abordando uma disciplina específica.

Cardoso (1994) avaliou o desempenho escolar de alunos da 8ª série do ensino fundamental no estado de Minas Gerais no que diz respeito à disciplina de Geografia, por meio de uma prova que procurou verificar o posicionamento dos alunos dessa série como pessoas críticas no processo de organização do espaço geográfico. A autora chegou à conclusão de que a aprendizagem de Geografia encontra-se em nível razoável, embora a capacidade de pensar criticamente a realidade brasileira seja reduzida. O ensino apresentou-se fragmentado e reduzido à memorização; sendo assim, a autora evidencia a necessidade de maior capacitação dos professores.

Alves (1994) avaliou o desempenho escolar de alunos da 8ª série do ensino fundamental no estado de Minas Gerais no que diz respeito à disciplina de História. Teve por objetivo verificar se os alunos dessa série compreenderam o processo histórico brasileiro e mundial. Em seus resultados, a autora destaca que a capacidade crítica apresentada pelos alunos está aquém da necessária à compreensão dos conteúdos referentes à 8ª série. A autora ressalta a necessidade de os professores trabalharem os conceitos básicos necessários à compreensão do processo histórico.

O desempenho na disciplina de Ciências foi analisado por Silva (1994), que buscou verificar se os alunos da 8ª série do ensino fundamental dominavam

determinados conceitos, possuíam informações gerais relativas à iniciação científica e compreendiam a atuação do homem sobre o meio ambiente. A autora chegou à conclusão de que o desempenho dos alunos na prova foi aceitável, porém percebeu dificuldades de inter-relacionamento de aspectos teóricos com a prática cotidiana, limitação da visão globalizante de organização do mundo, dificuldade de correlacionar saúde e nutrição com melhores condições de vida. Em face disso, a autora destaca a necessidade de aprimoramento dos professores.

O desempenho em Matemática foi analisado por Silvério, Xavier e Portinho (1994), que avaliaram se os alunos assimilaram os conceitos matemáticos básicos e indispensáveis a situações de sua vida diária. Os autores concluíram ser necessário que os cursos de Matemática sejam repensados, tenham uma nova estrutura e ofereçam conteúdos que atendam às necessidades de uma sociedade em transição, uma vez que é importante que o ensino da Matemática leve o aluno a resolver os problemas da vida real.

Santos (1994) analisou o desempenho escolar dos alunos da 8ª série em Língua Portuguesa, avaliando o domínio da língua materna quanto à habilidade em leitura e compreensão e quanto ao uso de conhecimentos gramaticais básicos. A autora chegou à conclusão de que número considerável de alunos chegou ao fim do ensino fundamental sem alcançar um domínio razoável da língua materna e que as escolas, em geral, apresentam dificuldade para lidar com os diferentes registros da língua. Para a autora, é importante que se dê aos professores uma oportunidade de aprimoramento no que se refere ao instrumental teórico necessário ao bom desempenho docente.

O desempenho desses alunos quanto a Redação foi analisado de duas formas: qualitativamente (MENDES; SANTOS; MALLETT; 1994) e quantitativamente (VIANNA, 1994). Mendes, Santos e Mallet (1994), que avaliaram textos escritos pelos alunos a respeito de temáticas relativas à sua faixa etária e às suas situações de vida cotidiana, apontaram que houve um primatismo das ideias, dificuldade de argumentação e falta de originalidade, bem como deficiência vocabular e dificuldade em utilizar de maneira correta os elementos relacionais entre orações, períodos e parágrafos. Para os autores, há necessidade de aprimoramento dos professores, com o objetivo de garantir-lhes maior segurança na orientação dos alunos. Por sua

vez, ao analisar as redações, Vianna (1994) destacou que a situação da capacidade de expressão escrita dos alunos é bastante precária e que os jovens concluintes do ensino fundamental não adquiriram perfeito domínio da capacidade de expressão escrita, de acordo com os valores numéricos analisados.

Nesses artigos, produzidos em 1994, que analisaram o desempenho escolar dos alunos concluintes do ensino fundamental de Minas Gerais nas mais diversas disciplinas, ficou evidenciado que tal desempenho foi aceitável, porém os autores concordam que há a necessidade de aprimoramento da formação dos professores daquele estado.

Especificamente sobre os estudos focados na redação no estado de Minas Gerais convém registrar a existência, além dos artigos de Mendes, Santos e Mallet (1994) e de Vianna (1994), de outros dois estudos sobre a mesma questão. Mendes (1993) analisou qualitativamente 307 textos escritos por alunos da 3ª série do ensino fundamental de três cidades mineiras: Diamantina, Teófilo Otoni e Almenara. O objetivo do trabalho foi verificar tendências na expressão escrita dos alunos, no intuito de auxiliar os professores na reflexão sobre suas práticas pedagógicas. Segundo a autora, problemas graves foram identificados, o que evidencia a urgência em formar uma consciência crítica a respeito da língua e do papel do alfabetizador, bem como a necessidade de capacitação do corpo docente e de aperfeiçoamento das técnicas de alfabetização. Além disso, a autora julgou essencial melhorar as condições materiais das escolas. Por sua vez, Simões et al. (1998) analisaram o desempenho escolar de alunos da 8ª série do ensino fundamental em Redação. Para a avaliação, foi solicitado aos alunos que escrevessem uma dissertação envolvendo o problema do preconceito. Os autores concluíram que o padrão de qualidade das redações estava abaixo do desejável. Os alunos demonstraram pouca preparação para realizar discurso pessoal, baixa capacidade de observação, comparação e generalização e de estruturação de textos dissertativos. De acordo com os autores, além desses problemas, foi perceptível o baixo hábito da leitura.

Tomando como referência os artigos sobre Língua Portuguesa e Redação a respeito da realidade do estado de Minas Gerais, percebeu-se que os autores destacaram o baixo desempenho dos alunos, sendo que os problemas mais ressaltados foram a falta de argumentação nas redações, evidenciando baixa

capacidade de elaborar um discurso pessoal, bem como deficiências na área vocabular.

No que diz respeito a estudos sobre redação e Língua Portuguesa, além dos artigos publicados a respeito da realidade do estado de Minas Gerais localizou-se outro artigo, sobre a realidade do estado de São Paulo (DAVIS; ESPÓSITO; NUNES, 2002), que teve por objetivo avaliar o desempenho escolar de alunos da 3ª, 4ª e 5ª séries da rede estadual paulista no que diz respeito à Língua Portuguesa, visando a confrontar tais resultados com o desempenho previsto pelos PCN dessa disciplina. As autoras destacaram que o percentual de alunos que alcançaram um patamar aceitável foi muito baixo; desta forma, sugerem que os PCN dessa disciplina sejam retomados e, à luz dos dados disponíveis sobre o desempenho real dos alunos em cada uma das séries, sejam realizadas modificações que levem em conta a faixa etária, o nível de desenvolvimento cognitivo e a complexidade do processo de aprendizagem da leitura e da escrita.

Da mesma forma que a disciplina de Língua Portuguesa e seus múltiplos aspectos, que teve um total de seis artigos publicados, constatou-se a acentuada preocupação teórica pela área de Matemática. Além do estudo realizado por Silvério, Xavier e Portinho (1994) sobre a realidade do estado de Minas Gerais, foram publicados estudos sobre a realidade de outros dois estados: Paraná e Bahia.

A respeito da realidade do Paraná, Buriasco e Soares (2007) analisaram o desempenho escolar dos alunos da 4ª e 8ª séries do ensino fundamental do Paraná na área de Matemática, tomando como referência de análise os dados de prova realizada em 2002 como parte da Avaliação do Rendimento Escolar do Paraná. Em suas conclusões, as autoras ressaltaram que os baixos índices de acerto nas questões propostas reforçam a imagem de que a matemática ensinada nas escolas é tomada como algo incompreensível e quase inacessível. Para as autoras, os problemas não podem reduzir-se à mecanização, na medida em que envolvem processos como visualização, associação, abstração, compreensão, argumentação, análise, síntese e generalização. Sobre a realidade da Bahia, Santana, Cazorla e Campos (2007) realizaram um diagnóstico do desempenho de estudantes na solução de problemas das estruturas aditivas de uma mesma classe, porém em diferentes situações, utilizando a linguagem pictórica e outras representações do

conceito de número. Para tal, foram avaliados 1.021 estudantes de escolas públicas de seis municípios do sul da Bahia que estavam cursando o 1º e 2º ciclos do ensino fundamental. As autoras concluíram que os estudantes resolveram mais facilmente os problemas quando as situações utilizavam a linguagem natural e quando todos os componentes do problema estavam explícitos. Os resultados indicaram que situações que envolvem representações figurais não são trabalhadas pelos professores, mostrando a necessidade de sua ampliação em sala de aula.

Ainda sobre a avaliação da disciplina de Matemática, registra-se a existência de um único artigo sobre o ensino médio. Trata-se do estudo de Viana (2010), que, com base em pressupostos teóricos da Psicologia da Educação Matemática, buscou analisar o desempenho escolar dos alunos da 9ª série do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio do estado de Minas Gerais, focando, especificamente, a geometria espacial. O autor chegou à conclusão de que o desempenho dos alunos nas questões relativas à geometria espacial foi pouco satisfatório, tendo sido possível identificar baixo nível de formação conceitual quanto às figuras geométricas espaciais.

Finalmente, destaca-se a existência de um único artigo que se debruça sobre a avaliação do domínio de habilidades do alfabetismo, especificamente o letramento e o numeramento. Trata-se do estudo de Ribeiro e Fonseca (2010), na qual se aborda uma matriz de referência desenvolvida para o Indicador de Analfabetismo Funcional (Inaf), analisando dados sobre as habilidades de alfabetismo da população brasileira de 15 a 64 anos desde 2001. A proposta baseia-se na integração de dois domínios do alfabetismo – o letramento e o numeramento – nos mesmos conjuntos de habilidades. Tal matriz de referência, segundo as autoras, pretende oferecer aos educadores um quadro conceitual que organize o trabalho pedagógico sobre as capacidades de alfabetismo, instrumento principal para aprendizagens nos mais diversos campos do saber, em torno do qual se pode constituir um projeto pedagógico integrado para toda a educação básica.

4.2.1.2 Desempenho escolar e influência de variáveis

O subeixo temático “desempenho escolar e influência de variáveis” englobou três artigos, ou seja, 12,5% do total de 24 a respeito de desempenho escolar. Neste

subeixo temático foram enquadrados artigos que dissertam a respeito de influências internas ou externas à escola que podem interferir no desempenho escolar dos alunos. Dois desses artigos sustentam a influência de variáveis socioeconômicas no desempenho escolar (VIANNA, 1991; NOVAES, 1997) e um se debruça sobre uma questão muito específica, que é a influência da contaminação por chumbo no desempenho escolar (CAPELLINI et al., 2008).

A respeito da influência das variáveis socioeconômicas no desempenho escolar, Vianna (1991) analisou o desempenho escolar na disciplina de Português e Matemática de alunos do 3º ano do ensino médio de quatro cidades brasileiras, a saber: São Paulo, Fortaleza, Curitiba e Salvador. O autor buscou, em sua análise, verificar a influência de variáveis socioeconômicas no desempenho destes estudantes e concluiu que fatores como nível de instrução dos pais, renda familiar, idade e ocupação dos pais apresentaram influências significativas no desempenho escolar dos alunos em Português e Matemática. Além disso, o autor destaca que as atividades trabalhadas em sala de aula são condicionadas pelos vestibulares. Numa perspectiva bastante semelhante, Novaes (1997), partindo da concepção de Vigotsky de que o pensamento é determinado pela linguagem e de que o crescimento intelectual da criança depende dos meios sociais com os quais convive, estuda o desempenho escolar de alunos da 8ª série do ensino fundamental do Vale do Jequitinhonha (MG) no que diz respeito à linguagem escrita, pesquisando as variáveis que atuam de forma a favorecer ou não o desempenho desses alunos. Analisando os resultados, a autora chegou à conclusão de que as crianças com melhor desempenho tinham condições familiares, culturais e oportunidades educacionais mais favoráveis.

A respeito da contaminação com chumbo, Capellini et al. (2008) analisam o desempenho escolar de crianças contaminadas por esse metal, que em níveis acima dos permitidos pela legislação pode causar rebaixamento permanente da inteligência e outros distúrbios associados ao baixo desempenho escolar. Participaram da pesquisa dois grupos de 25 crianças entre 6 e 13 anos, sendo que um grupo era formado por crianças contaminadas e o outro com contaminação zero. Os resultados mostraram melhor desempenho para o de crianças não contaminadas e pior para o grupo de crianças contaminadas. Os autores ressaltam que um

ambiente estimulante pode reverter os prejuízos ocasionados pelo chumbo e ajudar a superar o déficit de aprendizagem.

4.2.1.3 Desempenho escolar e políticas públicas

No subeixo temático “desempenho escolar e políticas públicas” foram englobados dois artigos, referentes a 8,3% do total. Nesta categoria foram incluídos artigos que buscaram analisar o desempenho escolar de alunos participantes de políticas ou projetos específicos. Antunes, Xavier e Freitas (1992b) apresentam um projeto que visa a analisar o desempenho escolar de alunos da 3ª série do ensino fundamental, final do chamado ciclo básico de alfabetização (CBA), das escolas estaduais de Minas Gerais. O projeto abarca a análise do desempenho desses alunos no que diz respeito às disciplinas de Português, Matemática e Ciências. Já Neubauer et al. (2010) analisam os resultados da avaliação do projeto piloto Educa+Ação, desenvolvido em escolas públicas municipais de oito municípios do Vale do Ribeira (SP). O projeto piloto Educa+Ação era uma parceria entre a Fundação Bradesco, o Banco Bradesco e as prefeituras das cidades participantes e objetivava integrar a iniciativa privada e o setor público municipal no esforço de elevar o padrão educacional dos alunos nas primeiras séries do ensino fundamental. Os resultados indicam que o desempenho dos alunos nas diferentes provas ficou acima da média das avaliações estaduais e nacionais recentes.

4.2.1.4 Desempenho escolar e práticas educativas

O subeixo temático “desempenho escolar e práticas educativas”, assim como o anterior, englobou dois artigos, que tratam da relação entre o desempenho escolar e as práticas educativas utilizadas nas escolas. Vianna (1992) apresenta resultados de uma pesquisa que analisou o desempenho escolar em Matemática e Ciências de alunos de 13 anos de São Paulo e Fortaleza. A pesquisa é parte de um estudo de maior projeção, que analisou o desempenho de estudantes de 20 países. A pesquisa teve por objetivo central identificar práticas educacionais associadas a um alto desempenho; além disso, apresenta elementos indicativos do grau de influência de variáveis ligadas à escola e à família que determinariam o desempenho das crianças nas provas de escolaridade. Leite e Ewbank (1995) procuraram demonstrar que uma proposta pedagógica, na área da Alfabetização, a ser desenvolvida na pré-

escola, só pode ser analisada ou avaliada em função das concepções sobre leitura e escrita subjacentes. Os autores ressaltaram que, numa perspectiva de formação do aluno leitor/produtor de textos, a utilização do modelo tradicional tende a ser efetivamente prejudicial.

4.2.1.5 Desempenho escolar na rede privada

O subeixo temático “desempenho escolar na rede privada” contou com apenas um artigo. Neste item pretenderam-se agrupar artigos que analisassem o desempenho escolar de alunos de escolas particulares. Diante do baixo número de artigos, constata-se que a grande preocupação dos pesquisadores volta-se à qualidade de ensino oferecido aos alunos das escolas públicas municipais e estaduais. No único artigo enquadrado neste subeixo temático, Vianna e Franco (1993) apresentam resultados de pesquisa que avaliou o desempenho escolar de alunos das 1ª, 3ª, 5ª e 7ª séries do ensino fundamental matriculados na rede particular de 12 capitais de estados, possibilitando a identificação de pontos críticos da aprendizagem. Os autores destacaram que, mesmo não tendo por objetivo a comparação entre os sistemas particulares e públicos de ensino, pela pesquisa foi possível constatar que há uma quase equivalência entre os desempenhos médios de alunos que cursam esses dois sistemas de ensino.

4.2.1.6 Desempenho escolar e valor agregado

O subeixo temático “desempenho escolar e valor agregado” contou com apenas um artigo, no qual Lee (2010) discute uma metodologia de análise de desempenho escolar de alunos que se utiliza da coleta de dados de maneira longitudinal, tomando como exemplo o projeto Estudo Longitudinal da Geração Escolar (Geres), que vem sendo realizado no Brasil por um conjunto de instituições universitárias e de pesquisa. Nesse projeto, os dados foram coletados anualmente durante cinco anos com as mesmas crianças, de modo a verificar seu desempenho ao longo do ensino fundamental. O autor afirma que os dados longitudinais são cruciais para medir o “valor agregado”, ou seja, a evolução da criança durante determinado período, em termos de desempenho cognitivo.

4.2.2 Práticas de avaliação

No eixo temático “práticas de avaliação” foram englobados 11 artigos, o equivalente a 15,5% do número total de artigos selecionado. A partir das fichas de leitura foi possível a elaboração de cinco subeixos temáticos para melhor análise desses artigos, conforme Tabela 22.

Tabela 22 – Práticas de avaliação: subeixos temáticos

Subeixos temáticos	Número de artigos	Percentual (%)
Avaliação formativa	4	36,4
Práticas avaliativas em disciplinas	3	27,2
Práticas avaliativas na educação infantil	2	18,2
Práticas avaliativas na escola pública	1	9,1
Práticas avaliativas e novas tecnologias	1	9,1
Total	11	100

Fonte: a autora.

4.2.2.1 Avaliação formativa

O subeixo temático “avaliação formativa” apresentou-se como o mais numeroso no que diz respeito às práticas de avaliação, englobando quatro artigos, o equivalente a 36,4% do total. Nele foram enquadrados os artigos que trataram das práticas avaliativas ligadas à concepção da avaliação formativa.

Esses estudos são de duas naturezas: uma primeira mais voltada à compreensão teórica de processos e estratégias avaliativas, a partir de dados empíricos, como, por exemplo, o estudo sobre a relação entre avaliação e aprendizagem (NUNES, 2003) e a pesquisa sobre a função pedagógica do erro numa perspectiva formativa (RUY; SOUZA, 2006); e outra, de cunho mais experimental, direcionada ao estudo de experiências concretas, seja objetivando a identificação e análise de práticas avaliativas (GOMES, 2003), seja na análise de experiências de avaliação formativa, tendo alunos como tutores (SILVA; RODRIGUES JÚNIOR, 2009).

Buscando analisar as relações entre avaliação e aprendizagem dos conteúdos sistemáticos propostos pela escola, Nunes (2003), tendo como referência pesquisa qualitativa entrevistando 25 professores, 3 coordenadores e 99 alunos de quatro escolas municipais do Rio de Janeiro, identificou como a forma de avaliar

e/ou os procedimentos de avaliação podem influenciar no processo de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos. Além disso, a autora analisou as modalidades de avaliação implementadas no ensino fundamental no contexto dos PCN, explicitando sua contribuição para o desenvolvimento da autonomia do sujeito. Segundo Nunes (2003), em suas falas os professores participantes expressaram compreender a relação entre o processo de aprender e o de avaliar, assumindo procedimentos que enfatizam o processo e não os resultados. Contudo, foi notório que os professores apresentaram dificuldades em analisar o desempenho dos alunos a partir dos instrumentos que avaliam seu nível de autonomia.

A respeito da função pedagógica do erro, Ruy e Souza (2006) buscaram compreender como vem sendo desenvolvida a avaliação formativa, referenciando-se na abordagem do erro e na conseqüente regulação das aprendizagens. A pesquisa foi realizada em uma escola da rede particular de ensino, em bairro próximo à região central de Londrina, Paraná. Participaram da investigação cinco professores que atuam nas áreas de Ciências, Geografia e História do ensino fundamental II. O estudo dos dados revelou que os professores vêm implementando práticas avaliativas formativas nas quais o erro assume função pedagógica, balizando e orientando o trabalho docente, ao sinalizar para as “inconcretudes e inacabamentos” ainda presentes no processo de aprendizagem.

No que tange ao estudo de experiências concretas, Gomes (2003) analisou a prática docente e os processos de avaliação escolar construídos pelos professores, tendo em vista a implementação da avaliação formativa. Participaram da pesquisa duas escolas de ensino fundamental de 3º ciclo de formação da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte. O autor destacou que as principais práticas de avaliação adotadas pelos professores concentram-se nas seguintes formas: observação em sala de aula, exercícios e registro no caderno, participação, e compromisso com os deveres escolares. Além disso, a pesquisa evidenciou que os docentes têm consciência da necessidade de mudar o foco da avaliação, tornando-a mais formativa. Por sua vez, Silva e Rodrigues Júnior (2009) estudaram os efeitos da avaliação formativa com suporte de alunos tutores na aprendizagem de Matemática na 1ª série do ensino médio. De acordo com os autores, a tutoria por alunos é um procedimento de ensino centralizado no professor, o qual, no comando da instrução, utiliza como auxiliares alguns alunos que ajudam outros que apresentam dificuldade

em aprender. Em suas conclusões os autores ressaltaram que a prática da avaliação formativa com suporte de alunos tutores beneficia a aprendizagem, pois torna o ambiente em sala de aula mais agradável e dinâmico.

4.2.2.2 Práticas avaliativas em disciplinas

No subeixo temático “práticas avaliativas em disciplinas” foram enquadrados três artigos. Buscou-se englobar neste subeixo temático artigos que tratassem de práticas de avaliação da aprendizagem em disciplinas específicas, tais como Matemática (VIANNA, 1993; BRITO, 1997) e Ciências (NEVES; RESQUETTI, 2006).

No que tange à área de Matemática, Vianna (1993) problematiza as práticas de avaliação tendo como foco a referida disciplina, destacando aspectos da prática pedagógica que estariam contribuindo para um analfabetismo matemático. Para o autor, são necessários novos procedimentos de avaliação na disciplina de Matemática que reflitam uma nova postura em relação a um ensino mais conceitual e relacionado às exigências do mundo moderno, que demanda maior capacidade de reflexão. Numa perspectiva comparativa, Brito (1997) estudou tipos diferenciados de avaliação e suas influências nos resultados da aprendizagem em Matemática, tomando como referência de análise o curso de Mecânica da escola do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) situada em Santo Amaro, distrito de São Paulo. Além de verificar a possibilidade de sistematização e aplicação de um processo completo de avaliação da aprendizagem na escola regular, a autora destaca duas formas de analisar dados sobre rendimento dos alunos: por critérios e por normas. O tipo de medida referenciada a critérios é tido como uma medida de padrão absoluto, cuja base é o desempenho individual. Já a medida referenciada a normas baseia-se no desempenho do grupo, seguindo um padrão relativo. Em suas conclusões, a autora ressalta que a avaliação baseada em critérios é considerada a mais adequada para proporcionar bases coerentes a decisões pedagógicas com vistas à melhoria do ensino.

Objetivando compreender o processo de avaliação do ensino de Ciências na rede pública do Estado do Paraná no período de 1996 a 2000, Neves e Resquetti (2006) estudam os resultados das avaliações do rendimento escolar realizadas pela Secretaria Estadual do Paraná nos anos de 1996 a 2000 no que se refere à

disciplina mencionada. Para os autores, prevalece no ensino fundamental uma visão utilitarista da ciência, no sentido de buscar no “fazer da ciência” sua compreensão efetiva, concepção que acabou por impregnar a organização da matriz de avaliação. Além desse fator, os autores apontam que falta maior empenho do governo estadual em disponibilizar os resultados das avaliações de maneira democrática.

4.2.2.3 Práticas avaliativas na educação infantil

No subeixo temático “práticas avaliativas na educação infantil” foram enquadrados dois artigos que discutem formas de realização da avaliação da aprendizagem em nível escolar de crianças de 0 a 6 anos.

Steinle e Souza (2007) abordam os processos de avaliação da aprendizagem desenvolvidos na educação infantil, a partir da identificação, descrição e análise das concepções e práticas que os direcionam. A pesquisa, um estudo de caso etnográfico, foi realizada em uma escola particular situada em Londrina (PR), reconhecida como referência pelo trabalho que desenvolve. As autoras destacam que as palavras e ações dos professores investigados revelam grande compromisso com a consecução de uma avaliação formativa, uma vez que sustentam a ideia de que a avaliação da aprendizagem é a análise e a reflexão acerca do processo e não do produto final.

Ciasca e Mendes (2009) apresentam um ensaio teórico no qual analisam pesquisas na área da educação infantil que focalizam o desempenho dos alunos de 0 a 5 anos por meio de diversas modalidades de avaliação. As autoras destacam que existem diferentes formas de avaliação, que recebem nomenclaturas de acordo com sua estruturação e, em geral, referem-se à organização de uma coletânea de registros sobre o desenvolvimento da aprendizagem da criança que auxilia professores, alunos e família a construir uma visão evolutiva do processo de ensino-aprendizagem. Em suas conclusões, as autoras ressaltam que são muitas as alternativas para acompanhar o desenvolvimento da criança, relacionando-a em diferentes aspectos de sua realidade física e social. Contudo, independentemente do modelo escolhido por quem se propõe a avaliar, é necessário entender que a prática avaliativa compreende, entre outros aspectos pedagógicos, trabalhar todas as dimensões do ser humano (emocional, corpórea, política, espiritual e ética).

4.2.2.4 Práticas avaliativas na escola pública

O subeixo temático "práticas avaliativas na escola pública" enquadró apenas um artigo, no qual Gatti (1993) reflete e discute a respeito das práticas de avaliação do rendimento escolar no âmbito da escola e no do governo. A autora destaca que a avaliação de rendimento escolar nas práticas da escola pouco mudou: é feita à base de provas, elaboradas sem grandes cuidados quanto aos critérios que presidem sua construção, tendo como baliza uma espécie de consenso sobre o que o aluno deve saber. Além disso, para a autora as práticas avaliativas do rendimento escolar, bem como as práticas de ensino, têm-se mostrado no cotidiano escolar como seletivas e não construtivas e exercem um papel social deletério, principalmente quando exercidas sobre as camadas menos favorecidas da população.

4.2.2.5 Práticas avaliativas e novas tecnologias

Este subeixo temático, assim como o anterior, contou com apenas um artigo, em que Ruiz (2007) faz uma análise teórica sobre a avaliação de aprendizagem como importante recurso para a formação de hábitos intelectuais que acenem para relações criativas na busca de conhecimentos. O autor aponta para a necessidade de que a avaliação, nos contratos didáticos em construção, seja ressignificada a partir de olhares atentos à paciência para aprender, ao zelo em distanciar-se da massificação, ao desapego às respostas, ao olhar carinhoso às perguntas e à multiplicidade de opções na escolha de caminhos para aprendizagens.

4.2.3 Avaliação da aprendizagem e políticas públicas

O eixo temático contou com oito artigos, representando 11,2% do total. Para a análise desse universo foram elaborados subeixos temáticos, conforme Tabela 23.

Tabela 23 – Avaliação da aprendizagem e políticas públicas: subeixos temáticos

Subeixo temático	Número de artigos	Percentual (%)
Legislação	4	44,5
Escolas padrão	2	33,3
Ciclos de formação	1	22,2
Progressão continuada	1	11,1
Total	8	100

Fonte: a autora.

4.2.3.1 Legislação

O subeixo temático “legislação” contou com a maior parte dos artigos enquadrados neste eixo temático. Foram oito artigos, o equivalente a 44,5% do total, que tratam, basicamente, de dois assuntos: análise de documentos oficiais visando a identificar as orientações governamentais e as determinações legais a respeito da avaliação da aprendizagem (VALENTE, 2003; SOUSA, 2009) e análise da interferência da legislação e da visão de avaliação preconizada na educação brasileira no desempenho cognitivo dos alunos (VIDAL; FARIAS, 2008; ANDRADE; SOARES, 2008).

Em seu artigo, Valente (2003) buscou analisar como a avaliação é compreendida nos documentos oficiais, principalmente no que diz respeito à avaliação em larga escala (Saeb e Enem), no Referencial Curricular para a Educação Infantil e nos Parâmetros Curriculares Nacionais dos Ensinos Fundamental e Médio. A partir de sua análise, a autora considerou que os PCN do ensino fundamental e o Referencial Curricular para a Educação Infantil partem da perspectiva da avaliação por objetivos; já nos PCN do ensino médio a avaliação da aprendizagem assume as características do desenvolvimento de competências e habilidades. Numa perspectiva bastante semelhante, Sousa (2009) analisa a legislação educacional, promulgada em âmbito federal, relativa à avaliação da aprendizagem, com o propósito de explicitar concepções de avaliação presentes nos documentos. Sousa (2009) chegou à conclusão de que até 1961 era preconizada a finalidade classificatória da avaliação, sendo acrescida, a partir de 1971, a função de retroinformação, prescrevendo-se propósitos que realçam o potencial educativo da avaliação. Já em algumas políticas mais atuais, como, por exemplo, o parecer CNE nº 12/97 e a LDB nº 9.394/96, há a clara intenção de não associar avaliação a uma função classificatória, que vise a subsidiar a decisão de promoção ou retenção do aluno.

No que tange à forma de interferência das políticas públicas de avaliação no desenvolvimento dos alunos, Andrade e Soares (2008) caracterizaram de duas maneiras distintas o efeito das escolas de educação básica brasileira sobre o desempenho cognitivo de seus alunos. Para isso foram utilizados dados do Saeb referentes aos ciclos de 1995, 1997, 1999, 2001 e 2003, da 4ª e 8ª séries do ensino

fundamental e da 3ª série do ensino médio, tanto em Matemática como em Língua Portuguesa. Os autores concluíram que existem escolas com efeito diferenciado e que, portanto, detêm informações sobre a gestão pedagógica de seus recursos humanos e físicos que, se usados em maior número de escolas, podem melhorar o sistema brasileiro de educação básica. Também analisando os resultados do Saeb no decênio 1995-2005, Vidal e Farias (2008) discutem os significados que os indicadores produzidos pelo Saeb permitem extrair sobre a aprendizagem discente no ensino brasileiro, bem como suas implicações na definição de uma agenda política que vise a assegurar o direito à educação, compreendido como o direito de aprender. A partir da análise dos resultados do Saeb no período de 1995-2005, os autores ressaltam que a melhoria do ensino está para além do esforço individualizado dos docentes, evidenciando que o repensar dos rumos da agenda educativa para os próximos anos é um passo necessário para que o direito à educação não seja um privilégio de poucos.

4.2.3.2 Escolas-padrão

Neste subeixo temático, que contou com dois artigos, foram incluídos aqueles textos que buscaram discutir aspectos da avaliação da aprendizagem na política específica das escolas-padrão, desenvolvida pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

No primeiro artigo, escrito por Mandel e Maluf (1994), discutem-se os problemas da avaliação educacional executada pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo envolvendo alunos das 8ª séries das escolas-padrão. As autoras concluíram que há falta de planejamento do sistema de ensino no que diz respeito à avaliação e fragmentação das informações. No segundo, Bernardot (1996) discute o documento que cria o sistema de avaliação do rendimento escolar que visa a avaliar as escolas-padrão do estado de São Paulo. A autora aponta algumas melhorias para que não se gere segregação, ou seja, para que todas as crianças tenham acesso a boas escolas. Além disso, resalta a importância da criação de um sistema de disseminação dos resultados das avaliações, para saber como esses resultados chegam às escolas e às salas de aula e como são trabalhados.

4.2.3.3 Ciclos de formação

O subeixo temático “ciclos de formação” contou com apenas um artigo, cujo objetivo é discutir aspectos relativos à avaliação no que diz respeito à política específica dos ciclos de formação. Gama (2006) analisa os ciclos de formação⁹ e a avaliação da aprendizagem de estudantes matriculados em escolas públicas municipais do Rio de Janeiro, indagando sobre o que são, como se constituem, a que regras obedecem, que mudanças são introduzidas e que direções são estabelecidas pela Resolução SME nº 776/2003 aos ciclos e à avaliação educacional. A referida resolução estabelece novas diretrizes para a avaliação do sistema de ensino da cidade do Rio de Janeiro. Para o autor, tal resolução caracteriza-se como conservadora e reintroduz elementos característicos do neotecnismo. Além disso, retoma a pedagogia e a avaliação com referência a objetivos como elementos importantes, que parecem prenunciar um imediato processo de monitoramento e avaliação do desempenho dos alunos, da ação docente e da gestão escola.

4.2.3.4 Progressão continuada

O subeixo temático “progressão continuada” contou apenas com o artigo de Oliveira (1998), no qual se analisam os problemas relacionados com a progressão continuada, criada pela Lei nº 9.394/96, esclarecendo a questão e desfazendo mal-entendidos, mostrando que esse procedimento exige avaliações diárias e contínuas, complementadas por diferentes formas de recuperação para a garantia do direito de aprender, que é um direito de todos os cidadãos. Para a autora, a progressão continuada não se alia a um possível rebaixamento do ensino e envolve pensar sempre em diversas formas de prover aprendizagens essenciais, por meio de um projeto consistente de trabalho pedagógico, elaborado e desenvolvido em equipe.

⁹ Segundo Gama (2009), os ciclos de formação são uma nova maneira de organizar o ensino, visando ao respeito ao tempo de desenvolvimento dos estudantes. Nessa nova organização, os alunos não são agrupados por séries, mas conforme seus tempos de ser criança, pré-adolescente e adolescente, ou seja, respeitam-se os ciclos da vida humana e as características e significados próprios de cada tempo.

4.2.4 Teoria da avaliação da aprendizagem

O eixo temático “teoria da avaliação da aprendizagem” obteve oito artigos, o equivalente a 11,2% do universo total. Para a análise desses artigos, foram criados quatro subeixos temáticos, conforme Tabela 24.

Tabela 24 – Teoria da avaliação da aprendizagem: subeixos temáticos

Subeixos temáticos	Número de artigos	Percentual (%)
Avaliação qualitativa/quantitativa	2	25
Avaliação e planejamento	2	25
Teoria da avaliação em disciplinas	2	25
Avaliação formativa	2	25
Total	8	100

Fonte: a autora.

4.2.4.1 Avaliação qualitativa/quantitativa

Neste subeixo temático foram englobados dois artigos, o equivalente a 25% do total, que dizem respeito aos aspectos qualitativos e/ou quantitativos da avaliação da aprendizagem. Raphael (1995) discutiu a avaliação sob duas faces: técnica e política, mostrando que estes dois aspectos são complementares e não maniqueístas, como normalmente são apresentados. A autora destaca que não se pode cumprir a meta da educação sem a utilização de uma avaliação que esteja de acordo com esses dois aspectos. Para ela, a proposta de avaliação qualitativa não despreza o aspecto técnico e, da mesma forma, a técnica sem a qualidade política leva a uma ideologia de desqualificação do processo de ensino-aprendizagem. Numa perspectiva emancipatória, Gama (2009) discute a unilateralidade objetivista e subjetivista que persiste na avaliação educacional e desenvolve argumentos favoráveis a uma nova forma de avaliar a aprendizagem dos estudantes da escola básica, considerando que as práticas objetivistas e subjetivistas são insuficientes em face de um projeto de uma sociedade emancipada. Para o autor, nossas práticas avaliativas – provas, testes, exercícios, trabalhos em grupo etc. – merecem ser repensadas. Para ele, não se trata de abandoná-las, mas de subordiná-las à objetividade social essencial para a construção da sociedade emancipada.

4.2.4.2 Avaliação e planejamento

Este subeixo temático – que, assim como o anterior, conta com dois artigos – engloba textos que discutem a função da avaliação da aprendizagem sob outros aspectos além da averiguação do rendimento e das aprendizagens dos alunos. São artigos que ressaltam a importância dessa avaliação para o planejamento educacional. Depresbiteris (1997) aborda o potencial da avaliação da aprendizagem em promover macroavaliações das instituições. Para a autora, a avaliação da aprendizagem não se limita à simples verificação do desempenho dos alunos, mas também auxilia no planejamento do ensino com vistas a promover a aprendizagem dos alunos. Ressalta que a avaliação da aprendizagem não se esgota em si mesma, mas serve de ponto de partida para uma avaliação mais ampla. Em concordância com esta visão, Mildner (1999) analisa criticamente o fato de que planejamento, processamento do ensino-aprendizagem e avaliação da aprendizagem são elementos constituintes do processo pedagógico, os quais interagem em seus efeitos simultâneos e integrados, por intermédio de íntimas relações de reciprocidade e de complementaridade, sobre e para a ocorrência efetiva da aprendizagem para todos.

4.2.4.3 Teoria da avaliação em disciplinas

O presente subeixo temático – também com dois artigos – enquadra textos que discutem teorias de avaliação da aprendizagem ligadas a disciplinas específicas. Bellin e Ruiz (1999) buscam discutir possíveis abordagens no ensino e na avaliação da Matemática na escola fundamental, criticando a problemática de uma “epistemologia de fixação” que, para os autores, é a manifestação de uma crença bastante saliente da cultura escolar: a aprendizagem é decorrente de um processo de sucessivas repetições. Os autores ressaltam que é preciso reinventar a avaliação da aprendizagem, partindo do princípio de que a Matemática é um instrumento para a compreensão da realidade, sobretudo na interação entre os sujeitos e o universo. Também com relação à avaliação em Matemática, Pavanello e Nogueira (2006) analisam sua trajetória, partindo da constatação de que há diferentes modos de conceber a Matemática, paradigmas que se filiam a sistemas filosóficos existentes desde a Antiguidade. Para os autores, tais paradigmas influenciam o fazer matemático, o fazer pedagógico em Matemática e, por

consequente, a avaliação. Os autores ressaltam que tradicionalmente a avaliação tem-se centrado nos conhecimentos específicos e na contagem de erros, visando não só a selecionar os estudantes, mas a compará-los entre si e destiná-los a determinado lugar numérico, em função das notas obtidas.

4.2.4.4 Avaliação formativa

O subeixo temático “avaliação formativa” engloba dois artigos, que tratam, especificamente, dos aspectos teóricos relativos à avaliação formativa. Deve-se registrar que tais artigos se complementam com os textos de Nunes (2003), Ruy e Souza (2006), Gomes (2003) e Silva e Rodrigues Júnior (2009), classificados no eixo temático “práticas de avaliação”, mais especificamente no subeixo temático “avaliação formativa”, que se debruçam sobre práticas de avaliação de cunho formativo.

Os artigos enquadrados neste subeixo temático abordam discussões teóricas a respeito da avaliação formativa. Gama (2004) discute a elaboração de uma arqueologia do discurso da avaliação formativa, considerando-se os enunciados mais recorrentes no âmbito da escola pública do estado do Rio de Janeiro. Além disso, o autor examina a existência de um discurso que seja o mesmo em qualquer acepção, e investiga que tipos de leis obedecem e correspondem, de fato, à avaliação formativa. Em suas conclusões, o autor pontua que o discurso da avaliação formativa apresenta o caráter de não ser o mesmo em qualquer acepção. Além disso, a análise dos enunciados favorece a visão da regulação como domínio comum e contínuo no discurso da avaliação formativa. Diferentemente de Gama (2004), que estuda as diversas concepções existentes, Fernandes (2008) discute a conceituação da chamada avaliação formativa alternativa, integrando as contribuições de diferentes tradições teóricas, bem como as relações entre a avaliação somativa e a avaliação formativa alternativa. O autor sugere a adoção da designação “avaliação formativa alternativa” para que fique claro que se trata de uma avaliação realmente formativa, alternativa quer à avaliação formativa de matriz psicométrica, behaviorista e algo técnica, quer a todo o tipo de avaliações ditas formativas, mas que, na verdade, não passam de avaliações de intenção ou de vontade formativa.

4.2.5 Representações sobre avaliação da aprendizagem

O eixo temático “representações sobre avaliação da aprendizagem” englobou sete artigos, o equivalente a 9,8% do total de artigos sobre avaliação da aprendizagem. Para a análise desses artigos, foram elaborados três subeixos temáticos, conforme Tabela 25.

Tabela 25 – Representações sobre avaliação da aprendizagem: subeixos temáticos

Subeixo temático	Número de artigos	Percentual (%)
Representações dos professores	4	57,2
Representações dos alunos	2	28,5
Representações de professores e alunos	1	14,3
Total	7	100

Fonte: a autora.

4.2.5.1 Representações dos professores

O subeixo temático “representações dos professores” contou com o maior número de artigos, o equivalente 57,2% do total. Neste subeixo temático foram englobados aqueles artigos que discutem a visão dos professores quanto à avaliação da aprendizagem. Depresbiteris (1998) refletiu a respeito do entendimento da avaliação por meio da retomada de sua própria trajetória como professora. O texto revela momentos de sua formação e indica autores nacionais e estrangeiros que influenciaram seu pensamento docimológico, expondo alguns de seus posicionamentos teóricos. A autora também refletiu a respeito de algumas questões que colocou a si mesma, como: qual a diferença entre avaliar o ensino e avaliar a aprendizagem? O que são critérios de avaliação? Qual a diferença entre teste e prova? Que outros tipos de instrumentos e técnicas existem para avaliar o desempenho dos alunos? Como se avaliam os resultados da avaliação da aprendizagem?

Buriasco (2000) busca refletir a respeito da avaliação e de como sua prática acontece nas escolas, tendo se utilizado das falas dos professores. Para a autora, a avaliação do rendimento escolar tem sido utilizada como parte de uma ação política que objetiva discriminar, por intermédio do processo educativo, aqueles que já se mantêm discriminados socioeconômica e culturalmente. Ressalta que a avaliação

desvia-se de sua função diagnóstica e se volta quase exclusivamente para a função classificatória, que é incentivada no modo de vida de uma sociedade que valoriza a competição. Em suas conclusões a autora destaca que, para ela, uma concepção de avaliação diferenciada está ainda longe de ser alcançada. Numa perspectiva bastante semelhante, Pereira e Souza (2004) pretendem analisar e desvelar a concepção de avaliação da aprendizagem que se manifesta no discurso dos professores. As autoras destacam que o discurso e a prática avaliativa dos professores ainda estão amarrados a forças muito conservadoras. Para elas, os professores não têm conseguido promover progressos significativos, ficando em uma espécie de círculo vicioso que não lhes permite avançar em busca de mudanças.

Da mesma forma que Depresbiteris (1998), Rosa-Silva e Júnior (2007) realizam um estudo tomando como referência a análise das representações a partir das ideias de uma única professora. Depresbiteris (1998) faz uma pesquisa dentro do que se pode chamar de estudo autobiográfico; já Rosa-Silva e Júnior (2007) desenvolvem reflexões teóricas sobre avaliação escolar a partir da opinião de uma professora de Ciências do ensino fundamental. Os autores estabeleceram com a professora uma relação de parceria colaborativa, que consistiu em assessorá-la em suas dificuldades pedagógicas por meio de ações que a levassem a uma reflexão conjunta dos assuntos da prática educativa. De acordo com os autores, a pesquisa possibilitou que a professora refletisse acerca da avaliação da aprendizagem, sobre sua própria ação e externasse suas emoções, receios, dúvidas, percepções, expectativas, discutindo sobre avaliação e aguçando sua criticidade. As reflexões da professora demonstram que a avaliação escolar é um tema do currículo que lhe permite reconsiderar ações, a fim de promover mudanças, necessárias ou oportunas, em sua prática educativa.

4.2.5.2 Representações dos alunos

Este subeixo temático contou apenas com dois artigos, ambos escritos pela mesma autora, Beatriz Cortese. Em um deles (CORTESE, 2006b), a autora busca compreender os significados que os alunos criam a respeito da avaliação a partir da entrevista de alunos do 4º ano do ensino fundamental. A autora conclui que a maioria dos alunos relaciona a palavra avaliar à explicitação de ideias e de opiniões.

Além disso, mesmo relacionando a palavra avaliação à prova escrita, os alunos acreditam que estão sendo avaliados o tempo todo. A autora também destaca que, pelas respostas dos alunos, foi possível perceber que as crianças sentem-se autorizadas a avaliar apenas pessoas hierarquicamente inferiores ou similares a elas, e as representações dos alunos a respeito do impacto da avaliação para sua vida variam conforme seu desempenho escolar. No segundo artigo, numa perspectiva complementar, Cortese (2006a) discute os sentidos produzidos pelos alunos sobre a avaliação escolar a partir da realização de entrevistas. A autora destacou que foi possível encontrar, nas vozes dos alunos, o desenvolvimento do sentimento de vergonha. Essa vergonha sentida pelos alunos costuma impedi-los de qualquer movimento, gerando a diminuição do “valor de si” que, por sua vez, pode promover um baixo desempenho escolar. Para a autora, as representações construídas pelos professores e pelos colegas sobre cada um dos alunos podem influenciar a aprendizagem dessas crianças.

4.2.5.3 Representações de professores e alunos

O subeixo temático “representações de alunos e professores” objetivou englobar artigos que tratassem das visões que alunos e professores têm a respeito da avaliação da aprendizagem. Apenas um artigo enquadrou-se neste subeixo temático. O texto, de Almeida, Perón e Desidério (2009), abordou as concepções de avaliação da aprendizagem de professores de Matemática e de alunos das séries finais do ensino fundamental da rede pública do estado do Paraná. Os autores concluíram que as concepções frequentemente se associaram à verificação da aprendizagem, servindo prioritariamente ao professor. Além disso, destacam que a avaliação não tem sido utilizada como elemento que auxilie de fato no processo de ensino e aprendizagem, perdendo-se em mensurar e quantificar o saber, deixando de identificar e estimular os potenciais individuais e coletivos dos educandos.

4.2.6 Avaliação da aprendizagem e formação de professores

O eixo temático “avaliação da aprendizagem e formação de professores” englobou cinco artigos, o equivalente a 7% do universo total. Os cinco artigos podem ser divididos em dois grupos: o primeiro aborda as fragilidades dos programas de

formação dos professores, no que tange a uma avaliação formativa (GATTI, 2003; BONESI; SOUZA, 2006). O segundo foca artigos que se debruçam na análise e socialização de experiências na área da formação continuada de professores (SOUZA, 2004; ANDRÉ, 2005b; GOMES, 2005).

No artigo de Gatti (2003), discute-se a avaliação educacional como uma das formas de acompanhamento das atividades do aluno com o objetivo de promover sua progressão. A autora procura suprir deficiências apresentadas nos cursos de formação de professores e mostra a importância da avaliação para fins de orientação, planejamento e replanejamento do ensino. Além disso, Gatti (2003) destaca a responsabilidade dos professores como avaliadores, ressalta a avaliação em processo e faz considerações sobre a relação ensino/avaliação. A autora conclui que o exercício da docência com propósitos claros e consensuais alimenta um processo de avaliação mais consistente e mais integrado na direção de uma perspectiva formativa, voltada para o desenvolvimento dos alunos e não para cumprir uma formalidade burocrática.

No artigo de Bonesi e Souza (2006) buscou-se identificar fatores que dificultam a prática avaliativa no interior da escola. O estudo constatou que os professores têm grande dificuldade em diferenciar a avaliação da aprendizagem das ações de testar e medir, bem como de compreender a avaliação da aprendizagem em uma perspectiva diagnóstico-formativa. Constatou também que os docentes apresentam grande dificuldade em atuar coletivamente, respeitando as individualidades e balizando suas ações e intervenções pedagógicas nas necessidades e dificuldades manifestas pelos alunos. Os autores ressaltam que os professores necessitam aprofundar-se teoricamente na temática para melhor orientar as novas formas de avaliar, tornando o ato de avaliar mais participativo e dinâmico.

No estudo da formação continuada, Souza (2004) analisa uma experiência realizada em uma escola pública estadual visando à construção de uma nova concepção e prática avaliativa pelas professoras, tendo como base a reflexão no e sobre o próprio fazer, em constante interação teoria-prática. A autora destaca que a experiência de formação continuada das professoras evidenciou-se como caminho promissor na construção de uma prática avaliativa comprometida com a

aprendizagem do aluno e com a promoção de alternativas pedagógicas destinadas à melhoria do processo de ensino. Os conhecimentos relativos ao processo de avaliação da aprendizagem ampliaram-se e suscitaram transformações na prática avaliativa desenvolvida, bem como alterações profundas na atitude das professoras.

André (2005b), seguindo na mesma perspectiva de Souza (2004), buscou mostrar mudanças nos saberes sobre avaliação educacional de professoras da rede estadual paulista que participaram de um processo de formação continuada nos anos de 1997 e 1998. A autora conclui que, depois da formação continuada, as professoras mudaram suas práticas de avaliação, o que revela que também houve uma mudança em sua concepção de avaliação. Ainda com relação à formação continuada, Gomes (2005) identifica a relação existente entre a implementação de práticas de avaliação formativa e a formação continuada dos professores no cotidiano do trabalho escolar. A pesquisa foi desenvolvida em duas escolas de 3º ciclo da educação fundamental. A autora destaca que as discussões realizadas pelos professores nos encontros de capacitação ajudaram-nos a refletir sobre a prática docente de avaliação formativa.

4.2.7 Avaliação da aprendizagem e fracasso escolar

O eixo temático “avaliação da aprendizagem e fracasso escolar” contou com quatro artigos, sendo o equivalente a 5,7% do total. Os artigos debruçaram-se basicamente sobre o estudo da repetência escolar, tentando entender as razões dos altos índices existentes. Trata-se de artigos produzidos na primeira metade da década de 1990, na grande maioria textos que potencializam uma dimensão mais analítica e teórica (RIBEIRO, 1991; VIANNA, 1991; SCHIEFELBEIN; WOLFF, 1993), embora exista um único texto com uma dimensão empírico-descritiva, a respeito da implantação do Ciclo Básico de Alfabetização em dois estados: São Paulo e Minas Gerais (SILVA; DAVIS, 1993).

Ribeiro (1991) buscou analisar os índices de evasão e repetência por meio do modelo matemático Profluxo, cruzando os dados com aspectos geográficos e socioeconômicos divulgados pelo censo. Buscando explicação para os altos índices de repetência em todos os extratos sociais, o autor concluiu que a repetência estaria

ligada à pedagogia do sistema em sua globalidade. É como se fizesse parte integral da pedagogia, afetando todos os agentes do processo de forma natural.

Vianna (1991) visa a problematizar a questão da evasão, repetência e rendimento escolar por meio de dados coletados nas escolas de primeiro grau da rede pública. Em concordância com Ribeiro (1991), Vianna (1991) observa que a questão da reprovação revelou-se grave, sobretudo nas primeiras séries, por ser ligada a uma filosofia da reprovação que parece orientar a ação pedagógica dos professores em sua ação docente, gerando estatísticas altas que colocam em crise a dinâmica do processo de escolarização.

Já Silva e Davis (1993) buscam descrever e analisar a implantação do Ciclo Básico de Alfabetização em dois estados: São Paulo e Minas Gerais, tendo em vista discutir, sobretudo, a cultura da repetência, com todas as suas graves implicações. Assim como Ribeiro (1991) e Vianna (1991), as autoras destacam a existência de uma cultura da repetência e ressaltam a necessidade de enfrentar essa situação por meios legais. Contudo, destacam que não se trata de promover ano após ano de forma automática, correndo o risco de não garantir educação de qualidade, mas sim tomar providências enérgicas na implantação de propostas que tenham por objetivo reverter o quadro de repetências.

Schiefelbein e Wolff (1993) abordam a questão dos altos índices de repetência nos países da América Latina, identificando grupos de risco e causas da repetência, examinando as relações entre repetência e desempenho escolar, analisando as alternativas e estratégias para a redução desse problema e o aumento da aprendizagem. Os autores destacam que a repetência é maior nos primeiros níveis de ensino e atinge, principalmente, alunos das classes sociais mais baixas.

4.2.8 Avaliação da aprendizagem e a relação professor-aluno

São dois os artigos enquadrados no eixo temático “avaliação da aprendizagem e a relação professor-aluno”, produzidos na primeira metade da década de 1990. No primeiro, Vianna (1993) busca refletir sobre a avaliação nas escolas brasileiras – que, para o autor, é de caráter somativo e pouco contribui para que as crianças e adolescentes superem suas dificuldades. Para Vianna (1993), é

necessária uma mudança radical na avaliação, eliminando-se a competitividade e a comparação entre os alunos, focando a adoção de uma avaliação individualizada, com o emprego de vários recursos e a utilização de um processo interativo aluno/professor. O autor ressalta que a avaliação deve ter um sentido construtivo, evitando-se que acabe incidindo sobre construtos psicológicos. Conclui que, sendo a avaliação de desempenho um instrumento para que o aluno tenha conhecimento de suas dificuldades, não faz sentido a comparação. No segundo artigo, Santos (1995) discute a relação professor/aluno nas situações de avaliação, desvelando o jogo de poder existente por trás. Propõe repensar o processo ensino-aprendizagem-avaliação visando a propiciar ao aluno possibilidades de conhecimento de suas próprias capacidades e/ou dificuldades dentro do processo de aprendizagem. A autora destaca a existência de sentimentos negativos, pelos alunos, nas situações de avaliação. Para os alunos, a avaliação assume uma função disciplinadora, uma vez que é utilizada como instrumento de manipulação.

4.2.9 Avaliação da aprendizagem de alunos com deficiência

O presente eixo-temático contou apenas com um artigo, no qual Oliveira e Campos (2005) discutem a prática da avaliação do aproveitamento escolar do aluno com deficiência. Para isso, foi realizada uma investigação sobre a prática concreta da avaliação educacional, verificando, junto ao professor especializado, quais os critérios e estratégias que caracterizam o processo de avaliação utilizado para subsidiar o trabalho pedagógico e as decisões sobre o destino escolar do aluno com deficiência. As autoras distribuíram questionário com questões fechadas a professores habilitados e atuantes em uma das quatro áreas de educação especial (deficiência auditiva, física, mental e visual), em classes especiais, salas de recursos, classes comuns inclusivas do ensino fundamental e da escola especial da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae). Em seus resultados, as autoras destacam que não ocorreram diferenças significativas entre os diversos professores. Isto permite inferir que, independentemente de se tratar de instituições especializadas, classes especiais ou classes comuns, ao avaliar os alunos as preocupações dos professores parecem transitar sobre os mesmos aspectos, como atender a suas necessidades específicas, salvo pequenas diferenças marcadas pelos objetivos próprios dos recursos educacionais dos quais os alunos são

usuários. As autoras ressaltam que na educação especial a avaliação deveria assumir características diferentes, uma vez que a proposta é atender às necessidades específicas de cada aluno, tendo como objetivo facilitar, garantir e oferecer oportunidades de escolarização para os alunos que não acompanham, por diversas razões, o ensino comum.

4.2.10 Aspectos sociológicos da avaliação da aprendizagem

No eixo temático “aspectos sociológicos da avaliação da aprendizagem”, assim como no anterior, apenas um artigo foi contemplado. Trata-se de um texto de Lüdke (1991), no qual a autora analisa a avaliação no contexto social atual, tomando-a como mecanismo de controle da ordem social. O trabalho presta-se a debates sobre a validade da avaliação no contexto social da escola e apresenta inúmeras indagações discutidas em suas múltiplas dimensões, tendo em vista as consequências de uma visão estreita do processo de avaliação. Para a autora, é importante que o professor e a equipe administrativa da escola estejam conscientes das implicações sociais do processo de avaliação, bem como é preciso destrinchar como eles ocorrem na prática. A autora finaliza o artigo com a seguinte indagação: gostaríamos de contribuir com a educação e a avaliação para a manutenção da sociedade tal qual se encontra, ou gostaríamos que elas se voltassem para a sua transformação em uma sociedade mais justa e igualitária?

4.3 Avaliação da aprendizagem na educação superior: eixos temáticos

Os 33 artigos referentes à temática avaliação da aprendizagem na educação superior foram produzidos de 1990 a 2010. No intuito de identificar as principais tendências temáticas presentes nos estudos, por meio da ficha de leitura, foram elaborados eixos temáticos acerca dos principais assuntos tratados pela produção científica da revista *Estudos em Avaliação Educacional*, conforme Tabela 26, a seguir.

Tabela 26 – Eixos temáticos acerca da avaliação da aprendizagem na educação superior, divulgados na revista *Estudos em Avaliação Educacional*

Eixo temático	Nº de artigos	Percentual (%)
Vestibular	16	48,4
Práticas avaliativas	14	42,4
Teoria da avaliação	2	6,1
Avaliação da aprendizagem e diversidade cultural	1	3,1
Total	33	100

Fonte: a autora.

Conforme a Tabela 26, na temática “avaliação da aprendizagem e diversidade cultural” enquadrou-se um único artigo, no qual Assis (2006) apresentou reflexões a respeito da experiência da UEM com alunos indígenas que passaram a frequentar alguns de seus cursos, após a instalação do vestibular indígena no Paraná.

O eixo temático “teoria de avaliação”, da mesma forma que o eixo temático acima mencionado, foi objeto de estudo de poucos artigos, considerando-se a totalidade de artigos selecionados: foram dois únicos artigos enquadrados neste eixo, no qual foram discutidos aspectos teóricos da avaliação da aprendizagem na educação superior. Souza (2005) discute a chamada avaliação por competência; Garcia (2009) apresenta uma análise teórica sobre as relações entre avaliação e aprendizagem na educação superior.

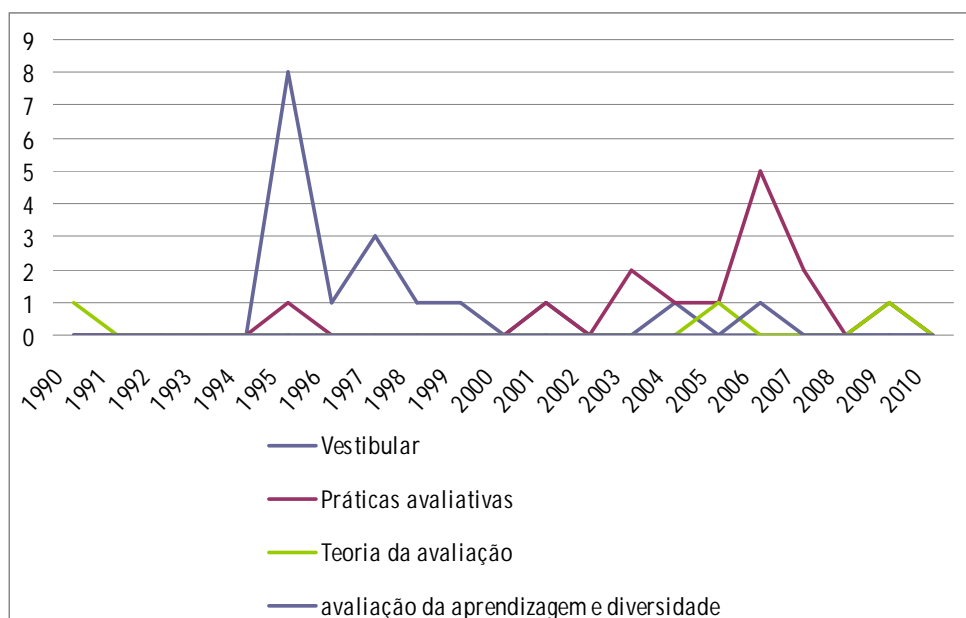
Duas foram as grandes temáticas-alvo da preocupação teórica dos pesquisadores que publicaram artigos na revista *Estudos em Avaliação Educacional*, com foco na avaliação da educação superior: “práticas avaliativas” e “vestibular”.

No que diz respeito ao eixo temático “práticas avaliativas”, foram produzidos 14 artigos, o equivalente a 42,4% do total de artigos publicados na revista. Trata-se de artigos que discutem instrumentos de avaliação da aprendizagem dos alunos. Para a análise desses artigos foram elaborados subeixos temáticos, sendo eles: avaliação formativa, portfólio, práticas avaliativas em Educação Física.

Quanto ao eixo temático “vestibular”, foram enquadrados 16 artigos que tratam de aspectos relativos aos diversos modelos de vestibular, ao desempenho dos candidatos, a aspectos socioeconômicos, à redação e à relação entre os exames vestibulares e o ensino médio.

Analisando as produções na perspectiva da linha do tempo, o Gráfico 2 apresenta os eixos temáticos sobre avaliação da aprendizagem na educação superior ao longo dos anos.

Gráfico 2 – Distribuição dos eixos temáticos sobre avaliação da aprendizagem na educação superior ao longo dos anos



Fonte: a autora.

Por meio do Gráfico 2 é possível perceber que a temática “vestibular” obteve forte produção no ano de 1995. Este ano foi marcado pela mudança de formato do vestibular da Fundação Universitária para o Vestibular (Fuvest), que gerou grande debate no meio acadêmico acerca dos diversos modelos de vestibular. Após esse período, as produções sobre essa temática declinaram.

Quanto ao eixo temático “práticas avaliativas”, obteve maior número de produções entre os anos de 2000 a 2009, tendo sido os anos de 2005, 2006 e 2007 os que agruparam maior número de artigos. Foi nesse período que começaram a surgir com maior intensidade as discussões a respeito das práticas avaliativas voltadas para uma avaliação formativa na educação superior.

O eixo temático “teoria da avaliação” obteve maior concentração de produções nos períodos de 2004 a 2006 e entre 2008 a 2010, enquanto o eixo

temático “avaliação da aprendizagem e diversidade cultural” teve concentração somente no ano de 2006.

4.3.1 Vestibular

A partir da leitura e análise dos artigos foi possível elaborar seis subeixos temáticos para melhor compreensão dos assuntos abordados pelos 16 artigos localizados a respeito do tema “vestibular”, conforme Tabela 27.

Tabela 27 – Vestibular: assuntos abordados

Subeixos temáticos	Nº de artigos	Percentual (%)
Modelo	5	31,3
Desempenho	3	18,7
Vestibular e aspectos socioeconômicos	3	18,7
Índice de discriminação	2	12,5
Redação	2	12,5
Vestibular e ensino médio	1	6,3
Total	16	100

Fonte: a autora.

4.3.1.1 Modelo

O subeixo temático “modelo” foi o que apresentou o maior número de artigos, respondendo por 31,3% do universo total de 16 artigos que tratam do vestibular. Nesta categoria foram enquadrados cinco artigos, produzidos no ano de 1995, que tratam das diversas formas de realização do exame vestibular. Os autores confrontam-se teoricamente, problematizando a respeito de modelos adotados por universidades específicas, fazem reflexões a respeito de provas objetivas ou dissertativas e sobre os vestibulares que possuem duas fases, uma com questões em forma de teste e outra com questões dissertativas. As discussões giram em torno do confronto teórico entre Leser (1995), Pinho Filho (1995b) e Beisiegel (1995), envolvendo também a posição de Vianna (1995) e Sossa, Sossa e Carvalho (1995).

Leser (1995), um dos primeiros a realizar testes de múltipla escolha para exame de vestibular, defende esse modelo em seu texto “O início dos testes de múltipla escolha no acesso à universidade”. O autor combate algumas críticas normalmente feitas a esse tipo de exame, como, por exemplo, o fato de que podem ocorrer acertos casuais de questões por meio de “chutes”. Para Leser, esses acertos casuais são reduzidos e não constituem motivo de preocupação. O autor também

critica o fato de algumas universidades adotarem o modelo de vestibular em duas fases, sendo uma com testes e a segunda com questões discursivas. Para ele, é desnecessária a realização dessa segunda fase, uma vez que a prova de múltipla escolha tem maior grau de precisão quanto à correção das questões (LESER, 1995, p. 21).

No artigo “O vestibular da Universidade de São Paulo: modelo adotado em 1995”, Pinho Filho (1995b) disserta a respeito do novo modelo de vestibular da Fuvest, adotado no mesmo ano. O exame é composto por duas fases: a primeira com os testes de múltipla escolha, totalizando 160 questões, e a segunda com questões dissertativas e a redação. Apresentando uma opinião diferente da de Leser (1995), Pinho Filho (1995b) defende esse modelo composto por duas provas afirmando que os testes de múltipla escolha são instrumentos eficazes para avaliar conhecimentos e capacidade de raciocínio, mas não avaliam outros aspectos igualmente importantes, como a capacidade de redigir corretamente em língua portuguesa, a capacidade de organizar ideias, de argumentar e de expor analiticamente o raciocínio.

Em seu artigo “Os novos modelos de vestibular: preocupações metodológicas”, Vianna (1995) posiciona-se contra o novo modelo de vestibular adotado pela Fuvest. Mais próximo de Leser (1995), o autor considera que o exame em duas fases é repetitivo e não tem sentido e critica as questões dissertativas, uma vez que, segundo Vianna (1995), é impossível uma correção objetiva, em que cada candidato seja avaliado sem prejuízos. O autor rebate as críticas de que o teste não leva à capacidade de expressão escrita.

No artigo “Uma política de vestibulares para a Universidade de São Paulo”, Beisiegel (1995) justifica as mudanças realizadas no vestibular da Fuvest durante sua gestão, de 1990 a 1993. Tendo como referência as críticas de Leser (1995) e Vianna (1995), o autor ressalta que as mudanças no modelo do vestibular se deram devido ao exame realizado em 1990, em que diversas vagas não foram preenchidas por conta da exigência de nota 3 em cada disciplina abordada. Acreditando que a realização de apenas uma prova objetiva de caráter eliminatório possa deixar de discriminar alunos que efetivamente tinham condições de ingressar na universidade, foi suprimida a exigência de nota mínima 3 nas disciplinas.

Contribuindo para as discussões sobre os vestibulares em duas fases, Sossa, Sossa e Carvalho (1995), no artigo “Provas objetivas e dissertativas nos vestibulares: a experiência da Universidade Federal do Espírito Santo”, relatam a experiência da Ufes que, em 1989, teve grande número de reprovações em seu vestibular, resultando em vagas ociosas nos mais diversos cursos. Segundo os autores, as discussões sobre o problema giraram em torno do pressuposto de que tais reprovações estariam ocorrendo devido ao fato de estar-se dando mais relevância à prova dissertativa (considerada mais difícil) do que à objetiva. Para investigar essa afirmação, os autores compararam o desempenho dos alunos na primeira e na segunda fases e concluíram que o argumento não é válido.

4.3.1.2 Desempenho

Neste subeixo temático foram enquadrados três artigos, o equivalente a 18,7% do total de artigos sobre o vestibular, os quais focam a questão do desempenho de alunos em diversos contextos históricos.

Silveira, docente da UFRGS, publicou dois artigos, o primeiro sozinho (SILVEIRA, 1996) e o segundo em co-autoria (SILVEIRA; PRÁ, 1999), tendo como objeto de estudo o desempenho de alunos no vestibular da UFRGS em dois momentos históricos: 1994-1995 (SILVEIRA, 1996) e 1999 (SILVEIRA; PRÁ, 1999).

No período de 1994 e 1995, Silveira (1996) busca investigar o poder explicativo que diversas variáveis – escolaridade, pré-vestibular, socioeconômica, sexo, vestibular em universidade anterior e idade – tiveram sobre o desempenho de candidatos ao vestibular da UFRGS naqueles anos. Por meio de seus estudos, o autor evidenciou que todas as variáveis analisadas, em conjunto, tiveram algum poder explicativo sobre o desempenho dos alunos, sendo que a escolaridade foi a dimensão mais importante. No que tange ao ano de 1999 (SILVEIRA; PRÁ, 1999), foi investigado o poder explicativo que diversas variáveis tiveram sobre o desempenho em Ciências de 23.009 candidatos ao concurso vestibular de 1998 da UFRGS. O estudo demonstrou que as variações de escolaridade destacaram-se como as mais importantes, pois somente elas explicaram 34,3% da variância do desempenho, enquanto as variáveis socioeconômicas explicaram apenas 16,6%.

Além desses dois artigos, tomando como referência a UFRGS, Moraes (1997) procurou estudar o grau de correlação entre o desempenho em provas objetivas e de redação em Língua Portuguesa aplicadas em concurso vestibular de uma universidade estadual, não identificada pela autora; esta chegou à conclusão de que as notas obtidas nas provas objetivas e nas redações não permitem afirmar que a prova de redação, no presente caso, possibilite verificar o conhecimento aferido na prova objetiva.

4.3.1.3 Redação

No subeixo temático “redação” foram englobados dois artigos que tratam do papel que as redações desempenham nos exames vestibulares.

No artigo “O vestibular e a prova de redação: mais concordâncias, menos controvérsias”, Rocco (1995) afirma que a prova de redação tem contribuído para a melhoria da qualidade da expressão escrita dos alunos e critica autores que pontuam a falta de fidedignidade na correção dessas provas. A tese defendida por Rocco (1995) contrapõe-se ao explícito questionamento da validade das questões dissertativas realizada por Leser (1995) e Vianna (1995).

Aproximando-se às teses de Leser (1995) e Vianna (1995), distanciando-se da tese defendida por Rocco (1995), encontra-se o artigo produzido por Silveira e Pinent (2001). O texto apresenta análises de validade da questão de redação nos concursos vestibulares da UFRGS e da PUC-RS. Os autores defendem a ideia de que a questão de redação possui baixa validade, uma vez que sua fidedignidade é menor com relação às demais provas do concurso.

4.3.1.4 Índice de discriminação

Foram enquadrados neste subeixo temático dois artigos que discutem o grau de discriminação de questão de alguns vestibulares, bem como sua fidedignidade. A respeito desta questão, Pinho Filho (1995a) busca investigar o comportamento dos alunos em relação às respostas apresentadas nos quartis extremos da distribuição dos escores nas provas de Física e Matemática, especialmente a atração exercida pela resposta errada, com o objetivo de analisar a discriminação dos itens. O autor

destaca que o índice de discriminação de Física e Matemática foram baixos e que foi perceptível que os alunos sabiam usar as fórmulas dessas disciplinas, porém não compreendiam as questões em seu cerne; segundo o autor, isso é um fato revelador da situação do ensino na escola de segundo grau. Por sua vez, Silveira (1997), a partir dos resultados do concurso vestibular da UFRGS em 1997, faz um estudo empírico sobre o argumento de concorrência usado pela universidade, com base na média harmônica ponderada dos escores padronizados, e a partir da qual é decidida a classificação dos candidatos por uma vaga nos vários cursos. O estudo mostra, entre outros aspectos, que a fidedignidade dos argumentos de concorrência apresenta pequena vantagem quando empregada a média aritmética.

4.3.1.5 Vestibular e aspectos socioeconômicos

Neste subeixo temático, responsável por 18,7% dos artigos sobre vestibular, foram reunidos artigos que tratassem de questões socioeconômicas dos vestibulandos. São artigos que abordam, basicamente, duas temáticas: a relação entre as carreiras mais procuradas e a procedência social dos estudantes (SANTOS, 1997; AVENA, 2004) e a relação da procedência social dos alunos com o ingresso em determinadas universidades (SOARES; MARTINS; ASSUNÇÃO, 1998).

Santos (1997) discutiu a seletividade social associada ao perfil de determinadas carreiras profissionais. Realizando pesquisa por meio da análise dos vestibulares da USP, o autor ressalta que há predominância de alunos com melhor poder aquisitivo em determinados cursos e concentração de alunos de classes mais baixas em outros. Apesar de ser feita pelo indivíduo, a escolha da carreira segue determinantes socioeconômicos. Já Avena (2004) procurou comprovar empiricamente a hipótese de que o indivíduo realiza uma autosseleção ao escolher o curso para o qual se candidata. Os indivíduos pobres, que têm escassez de tempo para estudar porque trabalham, selecionam os cursos menos concorridos, de modo a aumentar suas chances de ingressar no ensino superior, uma vez que a concorrência é maior quanto maior for a renda vitalícia promovida pela profissão escolhida. Para o autor, isso demonstra a discriminação do vestibular contra os pobres, configurando-se em um mecanismo de seleção que promove ainda mais a desigualdade social.

Quanto a Soares, Martins e Assunção (1998), buscaram comprovar de maneira empírica que os alunos admitidos na PUC-MG em 1995 tinham menor habilidade acadêmica e menor índice de posição social que aqueles admitidos na UFMG no mesmo ano e mesmo curso. Diante disso, os autores constataram que os alunos que se matriculam nas diferentes universidades não são homogêneos nem em relação a suas habilidades acadêmicas nem a suas condições socioeconômicas. Consequentemente, as notas médias das universidades obtidas pelos respectivos alunos no Exame Nacional de Cursos não podem ser usadas para comparar instituições de ensino, como a divulgação dos resultados sugere.

4.3.1.6 Vestibular e ensino médio

No subeixo temático “vestibular e ensino médio” foram enquadrados artigos que discutem a influência que o vestibular pode exercer no ensino médio. Foi englobado nesta categoria um artigo elaborado por Ribeiro (1995), no qual se defende a tese de que o ensino médio no Brasil nada mais é do que um curso preparatório para o vestibular e que a ideia de que o vestibular vai influir de maneira positiva nesse grau de ensino não passa de um erro, pois “[...] o que precisamos ter no mundo moderno é toda a população com 2º grau completo, não necessariamente todos preparados para uma universidade de ensino indissociavelmente ligado à pesquisa, isso não faria sentido” (RIBEIRO, 1995, p. 43).

4.3.2 Práticas avaliativas

O eixo-temático “práticas avaliativas” enquadrou 14 artigos, ou seja, 42,4% do total, constituindo-se a segunda temática mais abordada quanto à avaliação da aprendizagem na educação superior. Para melhor análise e compreensão desses 14 artigos, foram elaborados três subeixos temáticos, conforme apresentado na Tabela 28.

Tabela 28 – Práticas avaliativas: subeixos temáticos

Subeixos temáticos	Número de artigos	Percentual (%)
Portfólio	10	71,4
Avaliação formativa	3	21,4
Práticas avaliativas em Educação Física	1	7,2
Total	14	100

Fonte: a autora.

4.3.2.1 Portfólio

O subeixo temático “portfólio” contou com o maior número de artigos a respeito das práticas avaliativas na educação superior, mantendo uma grande diferença com relação aos demais. Buscou-se enquadrar, neste subeixo temático, artigos que tratam do uso do portfólio como instrumento para avaliar a aprendizagem dos alunos dos cursos superiores.

Villas Boas elaborou dois artigos, ambos a partir de experiências concretas realizadas no curso de Pedagogia da Universidade de Brasília. No primeiro, Villas Boas (2001) ressaltou a importância do portfólio por este ser um procedimento de avaliação capaz de contribuir para a organização do trabalho pedagógico em que o aluno realmente participa da tomada de decisões, fazendo escolhas e avaliando continuamente seu desempenho. Para a autora, o portfólio possibilita a prática da corresponsabilidade (professora e alunos) no desenvolvimento das atividades e das práticas avaliativas. É um exemplo de que a avaliação pode ser um processo prazeroso e construtivo para o aluno, servindo-lhe, inclusive, como ferramenta para se autoavaliar. No segundo artigo, Villas Boas (2003) complementa a análise realizada, defendendo a tese de que o portfólio não é apenas um procedimento de avaliação, mas também eixo organizador do trabalho pedagógico, devido à importância que ele passa a ter durante todo o processo.

No campo da pesquisa empírica, de cunho analítico, destacam-se os estudos de Rangel (2003), o qual analisa uma experiência no curso de Odontologia da Universidade Estácio de Sá; de Solar, Silva e Fuentealba (2005), que apresentam os resultados de uma experiência na Universidad de Concepción do Chile; e de Valente e Rezende (2006), que relatam a experiência de utilização do portfólio na Universidade Estadual de Londrina.

No que diz respeito ao estudo de Rangel (2003), convém destacar que o autor buscou refletir sobre o sentido da avaliação, a partir de uma experiência sobre o uso de portfólio no ensino superior como uma alternativa de avaliação do processo de aprendizagem. A pesquisa foi realizada junto às turmas de 1º período de Odontologia, matriculadas na disciplina de Metodologia Científica, na Universidade Estácio de Sá. Assim como Villas Boas (2001), a autora destaca que a construção do portfólio pelo aluno não é apenas mais um instrumento de avaliação, mas sim um

eixo norteador de um modo de aprender a aprender que permite ao estudante investigar seu processo de construção do conhecimento. A autora conclui que o uso do portfólio no ensino superior é um dos recursos possíveis para colocar o aluno como responsável pelo seu processo de aprendizagem, favorecendo, assim, a postura reflexiva.

Solar, Silva e Fuentealba (2005) apresentam os resultados de uma pesquisa centrada no processo de avaliação no qual se utiliza o uso do portfólio como instrumento avaliativo. A pesquisa foi realizada na Universidad de Concepción, do Chile. Os autores ressaltam que foi possível observar avanços das atitudes dos estudantes frente ao fracasso, dando maior estabilidade em seu processo de aprendizagem e mais autoconfiança.

Vallente e Rezende (2006) relatam a experiência de utilização do portfólio como ferramenta de avaliação no contexto do projeto de pesquisa “Leitura-paixão: o impacto de uma situação diferenciada”, desenvolvida no período de fevereiro de 2003 a fevereiro de 2005 na Universidade Estadual de Londrina. Os autores destacam que a escolha do portfólio como instrumento de avaliação se deu por este ter o potencial de contemplar as produções dos alunos em um largo período de tempo, e de traduzir não somente sua maneira de pensar (dimensão cognitiva), como também seus sentimentos e atitudes (dimensão afetiva) e sua maneira de agir (dimensão procedimental). Os autores concluíram que foi possível identificar nos alunos manifestações de motivação e prazer ao realizarem as tarefas que compuseram o portfólio.

De todos os artigos publicados sobre portfólio, a dupla Alvarenga e Araújo foi a que publicou o maior número de artigos. Foram três textos, sendo que no primeiro, Alvarenga e Araújo (2006b) apresentam um breve referencial teórico cujo objetivo é identificar a importância do uso desse instrumento de avaliação como amostra de evidência das habilidades, atitudes e/ou conhecimentos e aquisições obtidas pelo estudante durante um espaço de tempo. Para as autoras, o portfólio demonstra a *performance* do estudante em determinado momento, tendo como base documentos coletados em cenários reais, selecionados e justificados quanto aos conhecimentos previstos, exigindo que o professor crie situações para que o aluno reflita sobre o que está explorando, para elaborá-lo adequadamente. As autoras ressaltam que a

construção do portfólio demanda tempo e, por vezes, é trabalhosa; contudo, os benefícios de seu uso superam essas limitações. Nos outros dois textos, as autoras apresentam experiências concretas do uso do portfólio como instrumento de avaliação. Em um deles, Alvarenga e Araújo (2006a) relatam e discutem dados referentes a uma pesquisa-ação realizada em um minicurso para professores atuantes no ensino superior, cujo objetivo era discutir e analisar as práticas de avaliação. Os autores destacam a importância e a riqueza do uso dos portfólios como ferramenta de avaliação, bem como as dificuldades que devem ser superadas para sua utilização. Para os autores, a utilização do portfólio é o momento de compartilhar resultados, apresentar aos outros a realização dos objetivos pretendidos, das competências e habilidades adquiridas e defender seus pontos de vista, conteúdos ali expressos e o formato escolhido para exibição. No outro artigo, Araújo e Alvarenga (2006) analisaram a utilização do portfólio em um curso superior de formação de professores de uma instituição pública do Paraná. Os autores destacaram que o uso do portfólio permitiu ao próprio aluno “olhar” aquilo que fez, de forma que tomasse consciência do processo e do resultado e melhorasse a eficácia de sua ação. Além disso, permitiu desenvolver a capacidade de autoavaliar seus conhecimentos e esforços, capacitando o estudante a monitorar a própria aprendizagem.

Existem dois artigos que se caracterizam por realizar abordagens que chamam a atenção do analista. O primeiro deles é de autoria de Nunes (2007), que aborda a construção de portfólios a partir do uso das novas tecnologias, o chamado portfólio digital. A pesquisa foi realizada em disciplina de mestrado em Educação, vinculada à linha de pesquisa Tecnologias da Informação e Comunicação. Foi sugerida aos alunos a elaboração do portfólio digital, que seria entregue ao final do semestre, na perspectiva de implementar uma modalidade alternativa de avaliar. A autora concluiu que a transposição do portfólio para o processo de ensinar-aprender-avaliar configura-se numa experiência significativa para a prática pedagógica, visto que mostra passo a passo como professores e alunos encaminham a construção progressiva dos conhecimentos nos temas abordados na disciplina.

O segundo é o artigo de Vieira e Sousa (2009), que buscaram pesquisar as percepções dos alunos em relação ao uso do portfólio, ou seja, investigaram se a

ideia do portfólio, implantada em uma instituição, vem modificando a forma de pensar a avaliação, no âmbito da formação de educadores. Por meio dos resultados obtidos as autoras identificaram três grupos de alunos: os que aprovam a avaliação realizada por portfólio; os que desaprovam; e os que aprovam, mas com ressalvas. Tais resultados levam as autoras a considerar a necessidade de aprofundar argumentos no sentido de favorecer os processos de ancoragem que irão facilitar não somente a aceitação do portfólio, mas também sua possível utilização quando esses alunos desenvolverem sua prática como professores.

4.3.2.2 Avaliação formativa

O subeixo temático avaliação formativa contou com três artigos, o equivalente a 21,4% do total. Buscou-se enquadrar neste subeixo temático artigos que tratam de discutir as práticas de avaliação formativa no âmbito da educação superior. Nesses artigos evidenciam-se experiências, práticas e análises teóricas que tentam romper com as formas tradicionais de avaliação de caráter classificatório e somatório. Nesses artigos ressalta-se principalmente o caráter participativo, democrático e processual da avaliação formativa.

Abramowicz (1995) analisa a avaliação da aprendizagem de alunos trabalhadores dos cursos superiores noturnos. A autora destaca uma avaliação que tem em seu cerne a participação, na qual o aluno é visto como sujeito do processo, ativo, que não só memoriza e reproduz conhecimento, mas os constrói criticamente. Tal avaliação não foge de seu caráter controlador, porém não é um controle autoritário, mas sim democrático, entendido não como produtos expressos em notas em provas, mas um processo que leva em conta toda a trajetória do aluno. Albertino e Souza (2004) debruçaram-se sobre a formação oferecida nos cursos de Enfermagem, tendo a preocupação de superar práticas avaliativas que pouco contribuem para a formação do profissional de Enfermagem comprometido com o desvelamento, reflexão e superação das dificuldades do cotidiano de trabalho. Os autores buscaram implementar na disciplina Administração da Assistência de Enfermagem formas de avaliação formativa. As autoras destacam que a introdução de uma prática avaliativa diferenciada levou os alunos a participarem ativamente do processo de ensino e aprendizagem. Segundo as autoras, as análises evidenciaram que a avaliação como processo gerou maior comprometimento com a reflexão sobre

a prática e o aperfeiçoamento do processo de trabalho e com a superação das questões emersas do cotidiano. Tomando como referência a aprendizagem nos cursos de licenciatura, Berbel, Oliveira e Vasconcellos (2006) investigaram as práticas de avaliação da aprendizagem, objetivando saber que fatores explicam tais práticas avaliativas e que lições podem ser delas extraídas, referentes aos aspectos didático-pedagógicos. Em seus resultados, os autores afirmam que os cursos de licenciatura valorizam práticas que privilegiam a orientação e o acompanhamento dos alunos visando ao aprendizado destes, à indissociabilidade entre a avaliação e a metodologia de ensino, e à prática de avaliação vinculada a um alto nível de exigência. Além disso, evidenciou-se também um movimento de continuidade/ruptura nos processos de avaliação que os aproximam da avaliação formativa.

4.3.2.3 Práticas avaliativas em Educação Física

O presente subeixo temático contou com apenas um artigo, no qual Gorini e Souza (2007) objetivam construir um novo fazer avaliativo, apontando alternativas para o profissional da disciplina de Ginástica Rítmica do curso de Graduação em Educação Física da Universidade Estadual de Londrina na construção de uma prática avaliativa que assuma a função de subsidiar os processos de ensino e aprendizagem, contribuindo para a formação de um profissional reflexivo. As autoras destacam que avaliação se efetivou de maneira a favorecer que as aprendizagens ocorressem e contribuíssem para o bom desempenho dos alunos; além disso, proporcionou a identificação e superação das dificuldades encontradas, o acolhimento de uma nova concepção de avaliação, entendida como informativa e subsidiária do ensinar e do aprender, a apropriação de conhecimentos indispensáveis à formação do futuro educador, a aproximação entre teoria e prática e a assunção, pelo aluno, de seu papel de corresponsável pelo curso de suas aprendizagens.

4.3.3 Teoria da avaliação

O eixo temático “teoria da avaliação” enquadrado apenas dois artigos referentes à avaliação da aprendizagem na educação superior. No primeiro, Souza (2005) analisa a chamada avaliação por competência, que tem como pressuposto o

desenvolvimento, nos alunos, da capacidade de mobilização dos saberes para a resolução de problemas e para o enfrentamento de imprevistos nas situações laborais. A autora ressalta que avaliação das competências não pode ter finalidade meramente constatativa ou certificativa, mas deve ter em vista o pleno desenvolvimento das potencialidades do ser humano e do profissional, em uma perspectiva de autodesenvolvimento, pela constituição de um compromisso permanente com a formação continuada, principalmente porque uma sociedade que vise à educabilidade não se pode contentar em deixar pessoas “na beira da estrada”. No segundo artigo, Garcia (2009) realizou uma análise teórica sobre as relações entre avaliação e aprendizagem na educação superior. O autor destaca que, tradicionalmente, as práticas de avaliação da aprendizagem na educação superior recaem sobre um conjunto limitado de escolhas. Geralmente, tais estratégias concentram-se no uso de procedimentos da “avaliação somativa”, exercidos ao final de determinado período ou unidade de ensino. Sendo assim, o autor ressalta que repensar a avaliação nesse cenário é um desafio complexo, mas necessário, tendo em vista a necessidade de dar um retorno ao aluno sobre seu desempenho durante o processo de ensino-aprendizagem. Tais aspectos são fundamentais na atualidade, considerando a importância que as práticas de avaliação formativa vêm conquistando.

4.3.4 Avaliação da aprendizagem e diversidade cultural

O eixo temático “avaliação da aprendizagem e diversidade cultural” enquadrou apenas um artigo, no qual Assis (2006) analisa as principais implicações que envolvem o ensino superior para os povos indígenas a partir da análise da proposição de uma avaliação da aprendizagem diferenciada para estudantes indígenas na UEM. Tais alunos entraram da universidade por meio do vestibular indígena realizado nas universidades públicas do estado do Paraná. A autora informa que o problema da avaliação da aprendizagem nas relações interculturais é precedido de problemas nas formas de aprendizagem interculturais, já que a avaliação é um dos componentes desse processo. Para a autora, o principal desafio do convívio com a diferença é o de manter as alteridades, não de tentar suprimi-las ou de torná-las um jogo de oposições, mas sim entendê-las como complementações.

4.4 Observações finais

Quanto à avaliação da aprendizagem na educação básica, a temática mais presente ao longo da existência da revista foi o desempenho escolar. Alguns autores (BALL, 2001; ELLIOT, 2001; SANTOS, 2004) observam que, com o avanço do Estado avaliador, vivencia-se uma cultura do desempenho, que é cada vez mais supervalorizado. Essa perspectiva aponta que a *performance*, tanto individual quanto dos sistemas educacionais, torna-se o ponto central para a ação do Estado avaliador (SANTOS, 2004).

De acordo com Santos (2004), a cultura do desempenho vai redefinindo as formas de trabalho e as relações dos docentes com suas atividades cotidianas. A autora ressalta que a agenda do professor e do aluno quanto ao processo de ensino-aprendizagem é abandonada em função daquilo que foi definido pelas autoridades educacionais como indicadores de bom desempenho. Assim, desde os primeiros anos de escolarização os alunos passam a ser treinados para obter bons resultados em testes e provas em vez de serem educados no sentido mais amplo do termo.

Segundo Ball (apud Santos, 2004, p. 1.152),

A performatividade/desempenhabilidade é uma tecnologia, uma cultura e um modo de regulação que emprega julgamentos, comparações e termina se revelando como meio de controle, de desgaste e de mudanças. Os desempenhos dos sujeitos individuais e/ou das organizações servem como medida de produtividade ou *output*, ou expõe a qualidade, ou “momentos” de promoção ou inspeção.

No que diz respeito à avaliação da aprendizagem na educação superior, o tema mais abordado foi vestibular. Por meio da análise realizada, evidenciou-se que as questões a respeito dos modelos de vestibulares foram as que mais geraram preocupações nos autores publicados pela revista. Um fato interessante com relação ao subeixo temático “modelo” é que todos os artigos nele enquadrados foram publicados no ano de 1995, quando houve mudanças no vestibular da Fuvest devido ao grande número de vagas não preenchidas nos vestibulares dos anos anteriores. As discussões giraram, basicamente, em torno dos vestibulares que adotam o modelo em duas fases, sendo a primeira uma prova objetiva e a segunda uma prova

dissertativa. Alguns autores posicionaram-se a favor deste modelo, enquanto outros foram contra.

O interesse acadêmico-científico sobre a temática vestibular revela uma consonância com a própria história da Fundação Carlos Chagas. Conforme ressalta Sousa (2005, p. 10): “falar da origem da fundação é retomar, mesmo que sucintamente, os moldes como se realizavam os exames vestibulares”. Ao criar o vestibular unificado Cessem e trazer inovações a esses exames com a utilização dos testes de múltipla escolha, Leser recebeu diversos pedidos de apoio técnico para a formulação de vestibulares e, diante disso, o Cessem converteu-se em uma fundação, a Carlos Chagas.

Assim, a fundação possui interesses quanto ao conhecimento teórico sobre vestibulares no sentido da necessidade de aprimoramento de seus serviços de elaboração dos exames. Desta forma, os pesquisadores que publicaram na revista *Estudos em Avaliação Educacional* auxiliaram, de alguma forma, na compreensão do fenômeno diante dos desafios que enfrentava a própria Fundação Carlos Chagas no período em que surgiram as discussões a respeito dos formatos dos vestibulares em duas fases, sendo uma com questões de múltipla escolha e outra com questões discursivas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou analisar os artigos referentes à avaliação da aprendizagem na educação básica e educação superior publicados na revista *Estudos em Avaliação Educacional* ao longo de sua existência, o equivalente a duas décadas (1990-2010).

No início do trabalho, buscou-se apresentar o entendimento a respeito da avaliação educacional, pontuando que o ato de avaliar não é uma atividade neutra, uma vez que traz consigo os valores e a concepção de quem está avaliando.

Ao longo dos anos, a avaliação tomou diversos sentidos, de acordo com o que se entendia por educação, escola e, principalmente, pelo ato de avaliar. Ao longo de anos a avaliação foi entendida como sendo a verificação dos objetivos educacionais, ou seja, buscava-se, por meio da avaliação, analisar se os objetivos educacionais previamente estabelecidos haviam sido alcançados. Tal concepção advém das ideias de Tyler, conhecido como “pai da avaliação”.

Outra concepção de avaliação foi promulgada pelas ideias de Stufflebeam, o qual compreendia que a avaliação era o ponto de partida para que decisões acerca das aprendizagens, currículo, gestão fossem tomadas. Tal concepção é conhecida por “avaliação para tomada de decisão”.

A partir dos anos 1970, novos modelos de avaliação começaram a emergir, sendo que esta passou a ser entendida como um processo de julgamento de valor, no qual o avaliador emite um juízo de valor sobre aquilo que está sendo avaliado.

Considerando que “avaliação educacional” pode ser entendida sob diversos aspectos, neste trabalho entende-se a avaliação educacional a partir de três níveis ou modalidades, de acordo com Freitas et al. (2009), sendo elas: avaliação da aprendizagem, avaliação institucional e avaliação de sistemas.

Tomando como foco a avaliação da aprendizagem, o presente trabalho objetivou analisar a produção científica da revista *Estudos em Avaliação Educacional* no período de 1990 a 2010 sobre a temática, realizando, para isso, um mapeamento em que se buscou identificar aspectos como origem e procedência institucional dos autores dos artigos, bem como os autores que mais publicaram e os mais

referenciados. Além disso, visou a identificar, dentro da avaliação da aprendizagem da educação básica e educação superior, as temáticas mais abordadas e suas contribuições para a comunidade científica.

O trabalho insere-se nos chamados estudos do estado da arte, que contribuem para o conhecimento daquilo que já foi produzido acerca de determinada temática, tomando como referência um espaço de tempo definido, o que permite que novas pesquisas sejam realizadas a partir das lacunas identificadas nesses tipos de pesquisa.

Procurou-se também, nesta pesquisa, identificar trabalhos do estado da arte que abordaram a temática da avaliação da aprendizagem. Identificaram-se três trabalhos centrais, sendo eles de Sousa (1995), Barreto e Pinto (2001) e Uler (2010).

Por meio desses trabalhos, foi possível a elaboração de uma linha do tempo que permite a visualização das tendências e percalços pelos quais as produções acerca da avaliação da aprendizagem passaram. Por meio desses estudos, evidencia-se que na década de 1970 prevalecia nas produções acadêmicas a visão tecnicista da avaliação da aprendizagem. Já nos anos 1980 presencia-se um início de superação do tecnicismo em direção a propostas mais formativas de avaliação, no qual se dá maior importância ao processo de aprendizagem e ao aluno. Nos anos 1990, a grande preocupação dos pesquisadores do tema foi quanto ao esclarecimento de concepções de avaliação. Nos anos 2000, porém, revela-se a superação de paradigmas positivistas de avaliação e a hegemonia da visão de avaliação numa proposta emancipatória.

A partir do mapeamento realizado na presente pesquisa, foi possível traçar um perfil da revista *Estudos em Avaliação Educacional* no que diz respeito à temática da avaliação da aprendizagem. A partir da análise de 107 artigos produzidos ao longo de 20 anos de existência da revista, destaca-se que:

- Tanto nos artigos que tratam da educação básica como da educação superior, a avaliação da aprendizagem mostrou-se foco predominante dentro dos três níveis de avaliação (avaliação da aprendizagem, avaliação institucional e avaliação de sistemas), tendo os percentuais equivalentes a 52,2% e 25,5%, respectivamente;

- A revista é uma publicação que traz artigos provenientes, em sua maioria, de autores brasileiros. A Região Sudeste apresenta-se como a de maior destaque nas produções científicas, tendo sido responsável por 72,6% dos artigos da educação básica e 48,5% da educação superior;
- No que diz respeito à temática abordada, a produção científica da revista foi produzida, em grande parte, por autores vinculados a instituições universitárias. Na educação básica, 64,5% dos artigos provêm de universidades, sendo que a USP obteve maior destaque, com 9,2% dos artigos. Já na educação superior, que contou com 92,5% dos artigos produzidos por autores vinculados a universidades, a UEL foi a universidade de maior destaque, com 17,5% dos artigos;
- Heraldo Vianna foi o autor que mais publicou artigos sobre a avaliação da aprendizagem na educação básica, enquanto Fernando Lang da Silveira publicou maior número de artigos na educação superior;
- Perrenoud foi o autor estrangeiro mais citado nos artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação básica e na educação superior. Quanto aos autores brasileiros, Luckesi foi o mais referenciado nos artigos da educação básica, enquanto Vianna teve maior destaque na educação superior;
- Quanto às temáticas mais abordadas dentro da área da Avaliação da Aprendizagem, o desempenho escolar foi o grande foco nos artigos que tratam da educação básica, fato que revela o avanço das concepções trazidas pelo Estado avaliador, no qual há supervalorização dos desempenhos e *performances* tanto individuais quanto de sistemas de ensino. Já na educação superior, a temática mais abordada foram os vestibulares, o que evidencia a preocupação da revista quanto à discussão e busca de aprimoramento dos vestibulares, uma vez que a história da Fundação Carlos Chagas tem íntima relação com a realização de daqueles.

Por meio da pesquisa foi possível traçar um perfil da revista em análise. Conclui-se que a *Estudos em Avaliação Educacional* possui um caráter mais técnico do que político, fato comprovado por alguns aspectos destacados ao longo da pesquisa, como o fato de não haver publicações de autores

consagrados na área da Avaliação Educacional que possuem como característica discursos mais politizados no sentido militante, nem terem seus nomes referenciados nos artigos analisados.

Trata-se de uma revista que se distancia de discussões teóricas de cunho político-ideológico e que privilegia autores que tratam da avaliação no âmbito do fazer no cotidiano educacional e na execução das políticas públicas.

Conclui-se, por fim, que a revista *Estudos em Avaliação Educacional*, assim como a própria Fundação Carlos Chagas, como já mencionado por outros pesquisadores – como Sousa (2005), Barreto e Pinto (2001) e Gonçalves Filho (2003) –, tem contribuído de modo significativo para as discussões acadêmicas acerca não só da avaliação da aprendizagem, mas da avaliação educacional como um todo.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOWICZ, M. Avaliação da aprendizagem de alunos estudantes: buscando novos caminhos. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 11, p. 113-126, 1995.
- ALBERTINO, F. M. de F.; SOUZA, N. A. de. Avaliação da aprendizagem: o portfólio como auxiliar na construção de um profissional reflexivo. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 29, p. 169-190, 2004.
- ALMEIDA, M. B. de; PERÓN, L. del C.; DESIDÉRIO, R. Concepções de avaliação de professores e alunos da rede pública do Estado do Paraná. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 44, p. 1-22, 2009.
- ALMEIDA, S. M. L. Acesso à educação no Brasil: direito ou privilégio? **Revista Histedbr online**, Campinas, SP, n. 38, p. 169-185, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/38/index.html>>. Acesso em: 16 dez. 2011.
- _____. **Acesso à educação superior no Brasil: uma cartografia da legislação de 1824 a 2003.** Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.
- ALVARENGA, G. M.; ARAUJO, Z. R. Portfólio: aproximando o saber e a experiência. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 34, p. 187-206, 2006a.
- _____. Portfólio: conceitos básicos e indicações para utilização. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 33, p. 135-148, 2006b.
- ALVES, M. L. B. L. Os Alunos da 8ª série do ensino fundamental em Minas Gerais: desempenho em História. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 9, p. 127-136, 1994.
- AMARAL, J. J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica.** Fortaleza, 2007. Disponível em: <<http://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses-1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2011.
- ANDRADE, R. J. de; SOARES, J. F. O efeito da escola básica brasileira. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 41, p. 379-405, 2008.
- ANDRÉ, M. **Etnografia da prática escolar.** São Paulo: Papyrus, 2005a.
- _____. Investigando saberes docentes sobre avaliação educacional. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 31, p. 37-50, 2005b.

ANTUNES, A. L.; XAVIER, E. P. C.; FREITAS, M. A. de. Avaliação do rendimento do aluno da escola estadual de Minas Gerais: o CBA. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 5, p. 95-106, 1992a.

_____. Avaliação do rendimento do aluno da escola estadual de Minas Gerais: o ciclo básico de alfabetização. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 6, p. 29-41, 1992b.

ARAÚJO, Z. R.; ALVARENGA, G. M. Portfólio: uma alternativa para o gerenciamento das situações de ensino e aprendizagem. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 35, p. 187-210, 2006.

ASSIS, V. S. Avaliação de alunos indígenas na Universidade Estadual de Maringá: um ensino adequado à diversidade sociocultural. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 33, p. 77-88, 2006.

AVENA, C. P. Alocação do tempo para estudo e desempenho no vestibular: evidências a partir da Universidade Federal da Bahia. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 29, p. 112-136, 2004.

BALL, S. Performativity and fabrication in the educational economy: towards a performative society. In: HUSBANDS, C. (Ed.). **The performance school: managing, teaching and learning in a performative culture**. New York: Routledge Falmer, 2001. p. 210-226.

BARRETO, E. S. de S.; PINTO, R. P. **Avaliação na educação básica (1990-)**. Brasília, DF: MEC/Inep/Comped, 2001.

BEISIEGEL, C. de R. Uma política de vestibulares para a Universidade de São Paulo (USP). **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 11, p. 9-14, 1995.

BELLIN, L. M.; RUIZ, A. R. Comunidades de conhecimento e comunidades de rendimento: pensando a avaliação do rendimento escolar. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 20, p. 79-94, 1999.

BERBEL, N. A. N.; OLIVEIRA, C. C. de; VASCONCELLOS, M. M. M. Práticas avaliativas consideradas positivas por alunos do ensino superior: aspectos didático-pedagógicos. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 35, p.135-158, 2006.

BERNARDOT, C. J. Comentário sobre o estudo de impacto no sistema de avaliação do rendimento escolar. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 13, p. 115-119, 1996.

BLOOM, B. S. et al. **Taxonomia dos objetivos educacionais**: domínio cognitivo. Porto Alegre: Globo, 1972.

BOCK, R. D. **Multivariate statistical methods**. Chicago: MacGraw-Hill, 1975.

BONESI, P. G.; SOUZA, N. A. de. Fatores que dificultam a transformação da avaliação na escola. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 34, p. 129-154, 2006.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2011.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento de área 2009** (Educação). Brasília, DF: Capes, 2010. Disponível em: <http://qualis.capes.gov.br/arquivos/avaliacao/webqualis/criterios2007_2009/Criterios_Qualis_2008_38.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2011.

BRITO, M. do S. T. Norma e critério de desempenho como parâmetros da avaliação da aprendizagem. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 15, p. 135-198, 1997.

BURIASCO, R. L. C. de. Algumas considerações sobre avaliação educacional. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 22, p. 155-178, 2000.

BURIASCO, R. L. C. de; SOARES, M. T. C. Avaliação do rendimento em Matemática nas escolas do Paraná: estudo descritivo da prova da 4ª e 8ª séries do ensino fundamental. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 38, p. 85-109, 2007.

CALDERÓN, A. I.; FERREIRA, A. G. Administração da educação no Brasil: um diálogo comparativo com as tendências temáticas da Revista Iberoamericana de Educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 27, n. 2, 2011.

CANDAU, V. M.; OSWALD, M. L. M. B. Avaliação no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Cad. Pesq.**, São Paulo, n. 95, p. 25-36, 1995.

CAPELLINI, V. L. M. F. et al. Crianças contaminadas por chumbo: estudo comparativo sobre desempenho escolar. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 39, p. 155-180, 2008.

CARDOSO, T. Z. Os Alunos da 8ª Série do ensino fundamental em Minas Gerais: desempenho em Geografia. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 9, p. 137-146, 1994.

CASTRO, C; RIBEIRO, S. Desigualdade social e acesso à universidade: dilemas e tendências. **Fórum educacional**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 3-23, 1979.

CASTRO, M.; WERLE, F. estado do conhecimento em Administração da Educação: uma análise dos artigos publicados em periódicos nacionais 1982- 2000. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 1.045-1.064, 2004.

CIASCA, M. I. F. L.; MENDES, D. L. L. L. Estudos de avaliação na educação infantil. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 43, p. 293-304, 2009.

CORTESE, B. P. O que dizem os alunos sobre a avaliação escolar. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 35, p. 69-102, 2006a.

_____. Vergonha e práticas avaliativas. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 34, p. 95-128, 2006b.

CROCKETT, T. **The portfolio journey**: a creative guide to keeping studentmanaged portfolios in the classroom. Englewood (CO): Teacher Ideas, 1998.

CRONBACH, L. J. Coefficient Alpha and the internal structure of tests. **Psycometrika**, New York, n. 16, p. 297-335, 1951.

DAVIS, C.; ESPÓSITO, Y. L. Papel e função do erro na avaliação escolar. Temas em Debate. **Cad. Pesq.**, São Paulo, n. 74, p. 71-75, ago. 1990.

DAVIS, C.; ESPÓSITO, Y. L.; NUNES, M. M. R. Leitura e escrita: onde estão os desafios? **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 26, p. 31-26, 2002.

DEPRESBITERIS, L. Avaliação da aprendizagem como ponto de partida para a avaliação de programas. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 15, p. 55-80, 1997.

_____. Confissões de uma educadora: o longo caminho de um aprendizado de avaliação. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 18, p. 33-77, 1998.

DIAS SOBRINHO, J. O campo da avaliação: evolução, enfoques, definições. In: _____. **Avaliação**: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003. p. 13-52.

_____. Campo e caminhos da avaliação: a avaliação da educação superior no Brasil. In: FREITAS, L. C. (Org.). **Avaliação**: construindo o campo e a crítica. Florianópolis: Insular, 2002. p. 13-62.

DUARTE, N. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

ELLIOT, J. Characteristics of performative cultures: their central paradoxes and limitations as resources for educational reform. In: HUSBANDS, C. (Ed.). **The performance school**: managing, teaching and learning in a performative culture. New York: Routledge Falmer, 2001. p. 192-209.

FACCI, M. G. D.; SILVA, L. M de; SILVA, R. G. D. Teorias psicológicas e o trabalho do professor: análise em periódicos a partir da psicologia histórico-cultural. **InterMeio**: revista do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, v. 13, n. 27, p. 79-93, 2008.

FERNANDES, D. **Avaliar para aprender: fundamentos, práticas e políticas.** São Paulo: Edunesp, 2009.

_____. Para uma teoria da avaliação no domínio das aprendizagens. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 41, p. 347-372, 2008.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação e Sociedade**, Campinas, SP, ano XXIII, n. 79, ago. 2002.

FREITAS, L. C. Entrevista. **Pátio Educação Infantil**, Porto Alegre, ano IV, n. 10, p. 15-17, 2006.

FREITAS, L. C. et al. **Avaliação educacional: caminhando pela contramão.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GAMA, Z. J. Avaliação formativa: ensaio e uma arqueologia. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 29, p. 49-65, 2004.

_____. Avaliação nos ciclos de formação: mudanças e novas direções nas escolas municipais do Rio de Janeiro. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 33, p. 105-117, 2006.

_____. Avaliação educacional: para além da unilateralidade objetivista/subjetivista. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 43, p. 187-200, 2009.

GARCIA, J. Avaliação e aprendizagem na educação superior. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 43, p. 201-213, 2009.

GATTI, B. Avaliação educacional no Brasil: pontuando uma história de ações. **EccoS Rev. Cient.:** publicação da Uninove, São Paulo, n. 1, v. 4, p. 19-41, 2002.

_____. O professor e a avaliação em sala de aula. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 27, p. 97-114, 2003.

_____. O rendimento escolar em distintos setores da sociedade. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 7, p. 95-112, 1993.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, S. dos S. Práticas de avaliação da aprendizagem e sua relação com a formação continuada de professores no cotidiano do trabalho escolar. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 32, p. 111-144, 2005.

_____. Tessituras de avaliação formativa: um estudo de práticas docentes em construção. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 28, p. 89-102, 2003.

GOMES NETO, J. B.; ROSENBERG, L. Indicadores de qualidade do ensino e seu papel no Sistema Nacional de Avaliação. **Em Aberto**, Brasília, DF, v. 15, n. 66, p. 13-28, 1995.

GONÇALVES FILHO, F. **Enfoques de avaliação institucional em revista**: um estudo da revista *Avaliação* (1996-2002). Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2003.

GORINI, M. A. G; SOUZA, N. A. de. Avaliação da aprendizagem: a construção de uma proposta em Educação Física. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 36, p. 181-193, 2007.

HADDAD, S. (Org.). **O estado da arte das pesquisas em educação de jovens e adultos no Brasil**: a produção discente da pós-graduação em educação no período 1986 – 1998. São Paulo: Ação Educativa, 2000.

HADJI, C. **Avaliação desmistificada**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

HOFFMANN, J. **Avaliação**: mito e desafio: uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Mediação, 2003.

HORA, H. R. M.; MONTEIRO, G. T. R; ARICA, J. Confiabilidade em questionários para qualidade: um estudo com coeficiente Alfa de Cronbach. **Produto & Produção**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 85-103, jun. 2010.

LEE, V. E. Dados longitudinais em educação: um componente essencial da abordagem de valor agregado no que se refere à avaliação de desempenho escolar. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 47, p. 531-541, 2010.

LEITE, S. A. da S.; EWBANK, M. S. A. Avaliação de concepções sobre a escrita de crianças: a alfabetização na pré-escola. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 11, p. 125-141, 1995.

LESER, W. S. P. O início dos testes de múltipla escolha no acesso à universidade. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 11, p. 15-21, 1995.

LIMA, H. I.; FRANÇA, F. A. de S. O acesso ao ensino superior no Brasil: resgatando a história do vestibular (1925-1961). **Educação Brasileira**, Brasília, DF, v. 24, n. 48-49, p. 125-150, jan./dez. 2002.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2002.

LÜDKE, M. O professor, a escola e a avaliação. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 3, p. 45-47, 1991.

MANDEL, L. M.; MALUF, M. M. B. Avaliação do rendimento de alunos das escolas padrão: o caso de São Paulo. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 10, p. 103-121, 1994.

MARIM, V. **Formação continuada do professor que ensina Matemática nas séries iniciais do ensino fundamental: um estudo a partir da produção acadêmico-científica brasileira 2003-2007.** Tese (Doutorado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

MENDES, M. H. B. Expressão escrita dos alunos do Vale do Jequitinhonha: uma avaliação. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 8, p. 81-107, 1993.

MENDES, M. H. B.; SANTOS, M. da G. A.; MALLET, H. Os alunos da 8ª série do ensino fundamental: desempenho em redação (análise qualitativa). **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 9, p. 75-100, 1994.

MILDNER, T. Avaliação de aprendizagem escolar numa visão de articulação com os processos de planejamento e de implementação de ensino-aprendizagem. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 20, p. 95-128, 1999.

MORAES, S. R. C. de. **Auto-avaliação institucional numa escola pública básica da rede estadual de São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, 2008.

MORAES, Z. H. de. Concurso vestibular, redação, acesso ao ensino superior, avaliação da aprendizagem. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 15, p. 199-226, 1997.

MOROSINI, M. C.; CUNHA, M. I.; FERNANDES, C. M. B. Produção científica sobre educação superior no RS: um estudo das dissertações e teses, periódicos e livros. **Revista Educação**, Porto Alegre, RS, n. 3, p. 487-503, set./dez. 2005.

MULAİK, S. A. **The foundations of factor analysis.** New York: McGraw-Hill, 1972.

NEUBAUER, R. et al. Resultados de um trabalho de parceria da Fundação Bradesco com as escolas públicas no Vale do Ribeira/SP. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 46, p. 297-317, 2010.

NEVES, M. C. D.; RESQUETTI, S. de O. Avaliação sobre a avaliação de Ciências no Paraná (1996-2000). **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 33, p. 43-65, 2006.

NOVAES, G. T. F. Linguagem característica de alunos de 8ª série do ensino fundamental e seu desempenho em redação. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 15, p. 81-134, 1997.

NUNES, L. C. Novos rumos para o processo de avaliar: desafios para os professores do ensino fundamental. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 27, p. 133-154, 2003.

_____. O portfólio na avaliação da aprendizagem no ensino presencial e a distância: a alternativa hipertextual. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 38, p. 157-170, 2007.

OLIVEIRA, A. A. S. O.; CAMPOS, T. E. Avaliação em educação especial: o ponto de vista do professor de alunos com deficiência. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo n. 31, p. 51-78, 2005.

OLIVEIRA, Z. de M. R. de Avaliação da aprendizagem e progressão continuada: bases para construção de uma nova escola. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 18, p. 7-11, 1998.

PASQUALINI, J. C.; MARTINS, F. R. Crítica à pedagogia das competências de Phillipe Perrenoud: sua visão liberal de educação e sociedade e sua afinidade com as demandas do processo produtivo contemporâneo. In: SEMINÁRIO REDESTRADO: nuevas regulaciones en América Latina, 7., 2008, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: Redestrado, 2008. p. 1-20.

PAVANELLO, R. M.; NOGUEIRA, C. M. I. Avaliação em Matemática: algumas considerações. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 33, p. 29-42, 2006.

PEREIRA, L. C.; SOUZA, N. A. de. Concepções e práticas de avaliação: um confronto necessário no ensino médio. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 29, p. 191-208, 2004.

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência á regulação das aprendizagens: entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

_____. **Novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PINHO FILHO, A. G. de. As grandes certezas: análise de itens de duas provas da Fuvest (1996). **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 11, p. 53-91, 1995a.

_____. O vestibular da Universidade de São Paulo: modelo adotado em 1995. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 12, p. 95-101, 1995b.

PUNTES, R. V.; AQUINO, O. F.; FAQUIM, J. P. S. Estado del arte sobre formación de profesores en América Latina: significado, orígenes y fundamentos teórico-metodológicos. **Revista Umbral 2000**, San Juan, n. 17, 2005.

RANGEL, J. N. M. O portfólio e a avaliação no ensino superior. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 28, p.145-160, 2003.

RAPHAEL, H. S. Avaliação: questão técnica ou política? **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 12, p. 33-43, 1995.

RAW, I. As origens e o impacto educacional da Fundação Carlos Chagas. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 21, jan./jun. 2000.

REINHOLD, H. H. Avaliação institucional: para quê? In: PUNTES, R. V.; ORRÚ, S. E. (Org.). **As múltiplas faces da avaliação: teoria e prática na educação**. São João da Boa Vista, SP: EdUnifeob, 2004. p. 33-44.

RIBEIRO, S. C. A pedagogia da repetência. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 4, p. 73-85, 1991.

_____. Reflexões sobre o vestibular para as universidades no Brasil. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 11, p. 41-45, 1995.

RIBEIRO, V. M.; FONSECA, M. da C. F. R. Matriz de referência para a medição do analfabetismo nos domínios do letramento e do numeramento. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 45, p. 147-166, 2010.

ROCCO, M. T. F. O vestibular e a prova de redação: mais concordâncias, menos controvérsias. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 11, p. 23-39, 1995.

ROMANOWSKY, J.; ENS, R. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006.

ROSA-SILVA, P. de O; JÚNIOR, A. L. Análise das reflexões de uma professora de Ciências do ensino fundamental sobre avaliação escolar. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 38, p. 111-136, 2007.

RUIZ, A. R. Avaliação da aprendizagem na era da informação. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 36, p. 31-42, 2007.

RUY, R. C.; SOUZA, N. A. de. Avaliação formativa no ensino fundamental II: possibilidades da atuação docente. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 35, p. 49-68, 2006.

SAMPAIO, H. **Ensino superior no Brasil: o setor privado**. São Paulo: FAPESP: Hucitec, 2000.

SANTANA, E. R. dos S.; CAZORLA, I. M.; CAMPOS, T. M. M. Desempenho de estudantes em diferentes situações no campo conceitual das estruturas aditivas. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 38, p. 137-152, 2007.

SANTOS, C. M. dos. Acesso ao ensino superior no Brasil: aspectos históricos e legais. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, 5., São Cristóvão, SE, 2010. **Anais...** São Cristóvão: Educon, 2010. p. 1-15.

_____. A aparente responsabilidade do vestibular na elitização da Universidade Pública: uma análise dos dados da Universidade Estadual Paulista: Vunesp/1993. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 15, p. 227-254, 1997.

SANTOS, L. L. de C. P. Formação de professores na cultura do desempenho. **Educação e Sociedade**, Campinas, SP, n. 89, p. 1.145-1.157, 2004.

SANTOS, M. A. dos. Desvelando o jogo da avaliação entre professor e aluno. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 12, p. 45-49, 1995.

SANTOS, M. da G. A. Os alunos da 8ª série do ensino fundamental: desempenho em Língua Portuguesa. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 9, p. 55-68, 1994.

SAUL, A. M. Incursionando pela teoria da avaliação educacional. In: _____. **Avaliação emancipatória: desafios à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 25-52.

SAVIANI, D. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.

SCHIEFELBEIN, E.; WOLFF, L. Repetition and inadequate achievement in Latin America's primary school: a review of magnitudes causes relationships and strategies. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 7, p. 45-87, 1993.

SILVA, A. E. da. Os alunos da 8ª série do ensino fundamental: desempenho em Ciências. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 9, p. 115-126, 1994.

SILVA, E. A. da; RODRIGUES JÚNIOR, J. F. Avaliação formativa por meio de alunos tutores: efeitos no desempenho cognitivo e na satisfação do aluno. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 42, p. 29-43, 2009.

SILVA, T. R. N. da; DAVIS, C. É proibido repetir. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 7, p. 5-44, 1993.

SILVEIRA, F. L. da. Coeficiente beta: estimativa do coeficiente de fidedignidade de uma variável compósita. **Educação e Seleção**, São Paulo, v. 11, p. 105-108, 1985.

_____. Comparação entre três argumentos de concorrência para o vestibular da UFRGS. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 16, p. 43-57, 1997.

_____. Relação do desempenho no concurso vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS - com diversas variáveis. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 14, p. 83-103, 1996.

_____; PINENT, C. E. da C. A questão da redação no concurso vestibular à universidade: validade e poder decisório. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 24, p. 147-164, 2001.

SILVEIRA, F. L. da.; PRÁ, J. R. Explicação do desempenho em Ciências no concurso vestibular de 1998 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 20, p. 129-154, 1999.

SILVÉRIO, A. de O.; XAVIER, E. P. C.; PORTINHO, D. de F. Os alunos da 8ª série do ensino fundamental: desempenho em Matemática. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 9, p. 101-113, 1994.

SIMÕES, A. M. et al. Entre as vozes dissonantes e o coro uníssono: a harmonia possível. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 18, p. 111-155, 1998.

SOARES, J. F.; MARTINS, M. I.; ASSUNÇÃO, C. N. B. Heterogeneidade acadêmica dos alunos admitidos na UFMG e PUC-MG. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 17, p. 61-72, 1998.

SOARES, M. B. **Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento**. Brasília, DF: Inep: Reduc, 1989.

SOLAR, G. R. D.; SILVA, A. A.; FUENTEALBA, J. S. El portafolio como prática pedagógica. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 32, p. 145-160, 2005.

SORDI, M. R. L. de; LÜDKE, M. Da avaliação da aprendizagem à avaliação institucional: aprendizagens necessárias. **Avaliação**, Campinas, SP, v. 14, n. 2, p. 313-336, 2009.

SOSSA, J. A.; SOSSA, A.; CARVALHO, D. A. Provas objetivas e dissertativas nos vestibulares: a experiência da Universidade Federal do Espírito Santo. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 12, p. 103-117, 1995.

SOUSA, C. P. **Avaliação do rendimento escolar**. Campinas, SP: Papirus, 2008.

_____. Dimensões da avaliação educacional. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 22, p. 101-118, jul./dez. 2000.

SOUSA, S. Z. L. 40 anos de contribuição à avaliação educacional. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 16, n. 31, p. 7-35, 2005.

_____. **Avaliação da aprendizagem: natureza e contribuições da pesquisa no Brasil no período de 1980 a 1990**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

_____. Avaliação da aprendizagem na legislação nacional: dos anos 1930 aos dias atuais. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 44, p. 1-18, 2009.

_____. Avaliação da aprendizagem nas pesquisas no Brasil de 1930 a 1980. **Cad. Pesq.**, São Paulo, n. 94, p. 43-49, 1995.

_____. Avaliação escolar e democratização: o direito de errar. In: AQUINO, J. R. G. **Erro e fracasso na escola**. São Paulo: Summus, 1997.

SOUZA, N. A. de. Avaliação da aprendizagem e atuação docente. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 29, p. 142-168, 2004.

_____. Avaliação de competências: o aperfeiçoamento profissional na área de Enfermagem. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 32, p. 57-80, 2005.

STEINLE, M. C. B.; SOUZA, N. A. de. Avaliação formativa e o processo de ensino/aprendizagem na educação infantil. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 36, p. 63-74, 2007.

SUASSUNA, L.; BEZERRA, M. B. Avaliação da produção escrita e desenvolvimento de sequências didáticas. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 47, p. 611-621, 2010.

THERRIEN, J.; NÓBREGA-THERRIEN, S. Os trabalhos científicos e o estado da questão: reflexões teórico-metodológicas. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 15, n. 30, 2004.

TYLER, W. R. **Princípios básicos de currículo e ensino**. Porto Alegre: Globo, 1979.

ULER, A. M. **Avaliação da aprendizagem**: um estudo sobre a produção acadêmica dos programas de pós-graduação em Educação (PUC-SP, USP, Unicamp). Tese (Doutorado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

VALENTE, S. M. P. A Avaliação da aprendizagem no contexto da reforma educacional brasileira. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 28, p. 75-88, 2003.

VALENTE, S. M. P.; REZENDE, L. A. de. O uso do portfólio em um projeto de pesquisa. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 33, p. 149-165, 2006.

VIANA, O. A. A avaliação em geometria espacial feita pelo Simave. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 47, p. 506-527, 2010.

VIANNA, H. M. Os alunos da 8ª série do ensino fundamental: desempenho em Redação (análise quantitativa). **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 9, p. 69-74, 1994.

_____. Análise crítica de abordagens do rendimento escolar: o caso da matemática. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 8, p. 57-63, 1993.

_____. Avaliação do desempenho em Matemática e Ciências: uma experiência em São Paulo e em Fortaleza. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 5, p. 107-120, 1992.

_____. Avaliação do rendimento escolar de alunos da 3ª série do 2º grau: subsídios para uma discussão. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 3, p. 71-102, 1991.

_____. Avaliação do rendimento escolar e a interação professor/aluno. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 7, p. 89-93, 1993.

_____. **Avaliação educacional e o avaliador**. São Paulo: Ibrasa, 2000.

_____. Evasão, repetência e rendimento escolar: a realidade do sistema educacional brasileiro. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 4, p. 87-92, 1991.

_____. Os novos modelos de vestibular: preocupações metodológicas. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 11, p. 47-52, 1995.

_____. A prática da avaliação educacional: algumas colocações metodológicas. **Cad. Pesq.**, São Paulo, n. 69, p. 40-47, 1989.

_____. **Testes em Educação**. São Paulo: Ibrasa, 1982.

VIANNA, H. M.; FRANCO, G. T. Avaliação do rendimento de alunos do 1º grau da rede privada: pontos críticos e convergência. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 7, p. 113-131, 1993.

VIDAL, E. M.; FARIAS, I. M. S. de. Avaliação da aprendizagem e política educacional: desafios para uma nova agenda. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 40, p. 223-246, 2008.

VIEIRA, V. M. de O.; SOUSA, C. P. Contribuições do portfólio para a avaliação do aluno universitário. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 43, p. 235-255, 2009.

VILLAS BOAS, B. M. de F. Avaliação formativa: em busca do desenvolvimento do aluno, do professor e da escola. In: VEIGA, I. P. A.; FONSECA, M. (Org.). **As dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios para a escola**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

_____. Repensando a avaliação no curso de pedagogia: o portfólio como uma prática possível. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 27, p. 115-132, 2003.

WHERRY, R. J. **Contributions to correlational analysis**. Orlando: Academic Press, 1984.

WORTHEN, B. R.; SANDERS, J. R.; FITZPATRICK, J. L. **Avaliação de programas: concepções e práticas**. São Paulo: Instituto Fonte: Gente, 2004.

APÊNDICE A

Artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação básica publicados na revista
Estudos em Avaliação Educacional (1990-2010)

Nº	Ano	Título	Autor	Palavras-chave
3	1991	Avaliação do rendimento escolar dos alunos da 3ª série do 2º grau: subsídios para uma discussão	VIANNA, Heraldo M.	Condições Econômicas, Crises da Educação
3	1991	O professor, a escola e a avaliação	LÜDKE, Menga	Currículos, LDB, Professores, Escolas
4	1991	A pedagogia da repetência	RIBEIRO, Sérgio C.	Repetência, Dados Estatísticos, Evasão Escola
4	1991	Evasão, repetência e rendimento escolar: a realidade do sistema educacional brasileiro	VIANNA, Heraldo M.	Rendimento Escolar, Evasão Escolar, Repetência, Sistema de Educação
5	1992	Avaliação do desempenho da Rede Pública Escolar do Estado de Pernambuco na área de Linguagem	BUARQUE, Lair L.; HIGINO, Zélia M.; MIRANDA, Elisabete M. de; DUBEUX, Maria Helena; PEDROSA, Ivani	Avaliação de Desempenho, Rede Pública, Pernambuco, Linguagem
5	1992	Avaliação do desempenho em Matemática e Ciências: uma experiência em São Paulo e em Fortaleza	VIANNA, Heraldo M.	Ensino de Matemática, Avaliação de Desempenho, Ciências, São Paulo, Fortaleza, Prática de Ensino
6	1992	Avaliação do rendimento do aluno da escola estadual de Minas Gerais: o CBA	ANTUNES, Ana Lúcia; XAVIER, Edir P. C.; FREITAS, Maria Auxiliadora de	Rendimento Escolar, Minas Gerais, Escolas Públicas, Ciclo Básico, Avaliação da Aprendizagem
7	1993	Avaliação do rendimento de alunos do 1º grau da rede privada: pontos críticos e convergência	VIANNA, Heraldo M.; FRANCO, Gláucia T.	Avaliação da Aprendizagem, Rede Particular, Ensino de 1º Grau, Repetência, Rede Pública
7	1993	Avaliação do rendimento escolar e a interação professor / aluno	VIANNA, Heraldo M.	Avaliação da Aprendizagem, Relações Professor-Aluno, Dados Estatísticos, Processo de Ensino-Aprendizagem
7	1993	É proibido repetir	SILVA, Teresa Roserley N. da; DAVIS, Cláudia	Fracasso Escolar, Repetência, Ciclo Básico, Políticas Públicas, Políticas Educacionais, Direção, Inovação Educacional, Ensino de 1º Grau, Escolas
7	1993	O rendimento escolar em distintos setores da sociedade	GATTI, Bernardete A.	Pobreza, Avaliação da Aprendizagem, Escolas Particulares, Ciclo Básico, Escolas Públicas
7	1993	Repetition and inadequate achievement in Latin America's primary school: a review of magnitudes causes relationships and strategies	SCHIEFELBEIN, Ernesto; WOLFF, Laurence	Repetência, Condições Sócio-Econômicas, Promoção, América Latina, Pobreza, Nutrição
8	1993	Análise crítica de abordagens do rendimento escolar: o caso da	VIANNA, Heraldo M.	Rendimento Escolar, Ensino de Matemática,

		matemática		Currículos, Mensuração, Avaliação da Educação
8	1993	Expressão escrita dos alunos do Vale do Jequitinhonha: uma avaliação	MENDES, Maria Helena B.	Expressão Escrita, Redação, Avaliação da Aprendizagem, Vale do Jequitinhonha
9	1994	Os ALUNOS DA 8ª SÉRIE DO ENSINO FUNDamental em Minas Gerais: desempenho em Geografia	CARDOSO, Therezinha Z.	Ensino de 1º Grau, Avaliação da Aprendizagem, Geografia, Dados Estatísticos, Minas Gerais
9	1994	Os alunos da 8ª série do ensino fundamental em Minas Gerais: desempenho em História	ALVES, Mary Lúcia B. L.	Ensino de 1º Grau, Avaliação da Aprendizagem, História, Dados Estatísticos, Minas Gerais
9	1994	Os alunos da 8ª série do ensino fundamental: desempenho em Ciências	SILVA, Anacélia E. da	Ensino de 1º Grau, Avaliação da Aprendizagem, Ciências, Dados Estatísticos, Minas Gerais
9	1994	Os alunos da 8ª série do ensino fundamental: desempenho em Língua Portuguesa	SANTOS, Maria da Glória A.	Ensino de 1º Grau, Avaliação da Aprendizagem, Língua Portuguesa, Minas Gerais
9	1994	Os alunos da 8ª série do ensino fundamental: desempenho em Matemática	SILVÉRIO, Ailton de O.; XAVIER, Edir P. C.; PORTINHO, Dalva de F.	Ensino de Matemática, Ensino de 1º Grau, Avaliação da Aprendizagem, Dados Estatísticos, Minas Gerais
9	1994	Os alunos da 8ª Série do ensino fundamental: desempenho em Redação (análise qualitativa)	MENDES, Maria Helena B.; SANTOS, Maria da Glória A.; MALLET, Hélio	Ensino de 1º Grau, Redação, Avaliação da Aprendizagem, Análise Qualitativa, Minas Gerais
9	1994	Os alunos da 8ª Série do Ensino Fundamental: desempenho em Redação (análise quantitativa)	VIANNA, Heraldo M.	Ensino de 1º Grau, Avaliação da Aprendizagem, Redação, Análise Quantitativa, Minas Gerais
10	1994	Avaliação do rendimento de alunos das escolas padrão: o caso de São Paulo	MANDEL, Lúcia M.; MALUF, Mônica M. B.	Avaliação da Aprendizagem, Escolas-Padrão, Avaliação da Educação
11	1995	Avaliação de concepções sobre a escrita de crianças: a alfabetização na pré-escola	LEITE, Sérgio A. da S.; EWBANK, Mara S. A.	Educação Pré-Escolar, Escrita, Avaliação da Aprendizagem
12	1995	Avaliação: questão técnica ou política?	RAPHAEL, Hélia S.	Avaliação da Educação, Avaliação Quantitativa, Ensino de 1º e 2º Graus, Avaliação do Professor
12	1995	Desvelando o jogo da avaliação entre professor e aluno	SANTOS, Maria Angela dos	Relações Professor-Aluno, Avaliação da Educação
13	1996	Comentário sobre o estudo de impacto no sistema de avaliação do rendimento escolar (versão condensada)	BERNARDOT, Cecília J.	Ciclo Básico, Rendimento Escolar, Avaliação da Educação, Testes, Qualidade do Ensino, Chile, São Paulo
15	1997	Avaliação da aprendizagem como ponto de partida para a avaliação de programas	DEPRESBITERIS, Léa	Avaliação da Aprendizagem, Formação Profissional, Currículos,

				Avaliação do Programa
15	1997	Linguagem características de alunos de 8ª série do ensino fundamental e seu desempenho em Redação	NOVAES, Gláucia T. F.	Psicologia da Educação, Ensino de 1º Grau, Redação, Escrita
15	1997	Norma e critério de desempenho como parâmetros da avaliação da aprendizagem	BRITO, Maria do Socorro T.	Avaliação da Aprendizagem, Ensino de Matemática, Psicologia da Educação
18	1998	Avaliação da aprendizagem e progressão continuada: bases para construção de uma nova escola	OLIVEIRA, Zilma de M. R. de	Avaliação da Aprendizagem, Auto-Estima, Repetência, LDB
18	1998	Confissões de uma educadora: o longo caminho de um aprendizado de avaliação	DEPRESBITERIS, Léa	Avaliação da Aprendizagem, Metodologia, Testes
18	1998	Entre as vozes dissonantes e o coro uníssono: a harmonia possível	SIMÕES, Anilce M. et al	Avaliação da Aprendizagem, Redação, Ensino de 1º Grau, Minas Gerais
20	1999	Avaliação de aprendizagem escolar numa visão de articulação com os processos de planejamento e de implementação de ensino-aprendizagem	MILDNER, Telma	Processo Ensino-Aprendizagem, Avaliação da Aprendizagem, Qualidade do Ensino
20	1999	Comunidades de conhecimento e comunidades de rendimento: pensando a avaliação do rendimento escolar	BELLIN, Luzia M.; RUIZ, Adriano R.	Rendimento Escolar, Avaliação da Educação, Ensino de Matemática, Ensino de 1º Grau
22	2000	Algumas considerações sobre avaliação educacional	BURIASCO, Regina L. C. de	Avaliação da Educação, Processo de Ensino-Aprendizagem
26	2002	Leitura e escrita: onde estão os desafios?	DAVIS, Cláudia; ESPOSITO, Yara Lúcia; NUNES, Marina Muniz Rossa	Avaliação Educacional, Ensino-Aprendizagem de Língua Portuguesa, Leitura e Escrita
27	2003	Novos rumos para o processo de avaliar: desafios para os professores do ensino fundamental	NUNES, Lina Cardoso	Avaliação, Aprendizagem, Autonomia, Parâmetros Curriculares Nacionais
27	2003	O professor e a avaliação em sala de aula	GATTI, Bernardete A.	Avaliação Educacional, Planejamento do Ensino, Orientação, Avaliação em Processo, Ensino/Avaliação
28	2003	A avaliação da aprendizagem no contexto da reforma educacional brasileira	VALENTE, Silza Maria Pasello	Avaliação da Aprendizagem, Reforma Educacional Brasileira
28	2003	Tessituras de avaliação formativa: um estudo de práticas docentes em construção	GOMES, Suzana dos Santos	Ensino-Aprendizagem, Avaliação Escolar, Formação de Professores, Escola Plural
29	2004	Avaliação da aprendizagem e atuação docente	SOUZA, Nadia Aparecida de	Formação de Professores, Avaliação da Aprendizagem, Ensino e Aprendizagem
29	2004	Avaliação formativa: ensaio e uma arqueologia	GAMA, Jacarias Jaegger	Avaliação Formativa, Estruturalismo, Sistemismo, Tecnicismo
29	2004	Concepções e práticas de	PEREIRA, Lucia	Avaliação da

		avaliação: um confronto necessário no ensino médio	Cavichioli; SOUZA, Nadia Aparecida de	Aprendizagem, Ensino Médio, Concepção e Ação Docente, Organização por Ciclos
31	2005	Avaliação em educação especial: o ponto de vista do professor de alunos com deficiência	OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio Oliveira; CAMPOS, Thaís Emilia	Rendimento Escolar, Alunos com Deficiência, Professor Especializado, Educação Especial
31	2005	Investigando saberes docentes sobre avaliação educacional	ANDRÉ, Marli	Estudo de Caso, Avaliação Qualitativa, Formação Docente, Concepções de Avaliação, Pesquisa-Ação
32	2005	Práticas de avaliação da aprendizagem e sua relação com a formação continuada de professores no cotidiano do trabalho escolar	GOMES, Suzana dos Santos	Avaliação da Aprendizagem, Professores, Formação Continuada, Saberes Docentes
33	2006	Avaliação em Matemática: algumas considerações	PAVANELLO, Regina Maria; NOGUEIRA, Clélia Maria Ignatius	Educação Matemática, Concepções de Matemática, Avaliação em Matemática
33	2006	Avaliação nos ciclos de formação: mudanças e novas direções nas escolas municipais do Rio de Janeiro	GAMA, Zacarias Jaegger	Avaliação, Ciclos de Formação, Ciclos de Aprendizagem
33	2006	Avaliação sobre a avaliação de Ciências no Paraná (1996-2000)	NEVES, Marcos Cesar Danhoni; RESQUETTI, Silvia de Oliveira	Ensino de Ciências, Avaliação da Aprendizagem, Avaliação de Projeto
34	2006	Fatores que dificultam a transformação da avaliação na escola	BONESI, Patrícia Góis; SOUZA, Nadia Aparecida de	Avaliação da Aprendizagem, Prática Pedagógica, Formação Docente
34	2006	Vergonha e práticas avaliativas	CORTESE, Beatriz Pedro	Avaliação, Relação Professor-Aluno, Construção do "Valor de Si", Vergonha
35	2006	Avaliação formativa no ensino fundamental II: possibilidades da atuação docente	RUY, Raquel Calil; SOUZA, Nadia Aparecida de	Avaliação da Aprendizagem, Erro Construtivo, Formação Docente
35	2006	O que dizem os alunos sobre a avaliação escolar	CORTESE, Beatriz Pedro	Produção de Sentidos, Avaliação, Relação Professor-Aluno
36	2007	Avaliação da aprendizagem na era da informação	RUIZ, Adriano Rodrigues	Avaliação de Aprendizagem, Tecnologias de Comunicação e Informação, Paciência para Aprender
36	2007	Avaliação formativa e o processo de ensino/aprendizagem na educação infantil	STEINLE, Marliete Cristina Bonafini; SOUZA, Nadia Aparecida	Avaliação da Aprendizagem, Docência, Formação de Professores
38	2007	Análise das reflexões de uma professora de Ciências do ensino fundamental sobre avaliação escolar	ROSA-SILVA, Patrícia de Oliveira; JÚNIOR, Álvaro Lorencini	Ensino de Ciências, Formação Continuada, Avaliação Escolar, Reflexão sobre a Prática

38	2007	Avaliação do rendimento em Matemática nas escolas do Paraná: estudo descritivo da prova da 4ª e 8ª séries do ensino fundamental	BURIASCO, Regina Luzia Corio de; SOARES, Maria Tereza Carneiro	Educação Matemática, Ensino de Matemática, Avaliação Educacional, Rendimento Escolar em Matemática
38	2007	Desempenho de estudantes em diferentes situações no campo conceitual das estruturas aditivas	SANTANA, Eurivalda Ribeiro dos Santos; CAZORLA, Irene Mauricio; CAMPOS, Tânia Maria Mendonça	Estruturas Aditivas, Situações, Representações, Estudo Diagnóstico
39	2008	Crianças contaminadas por chumbo: estudo comparativo sobre desempenho escolar	CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim; MELCHIORI, Lígia Ebner; VALLE, Tânia Gracy Martins	Contaminação por Chumbo, Teste de Desempenho Escolar, Rendimento Escolar
40	2008	Avaliação da aprendizagem e política educacional: desafios para uma nova agenda	VIDAL, Eloísa Maia; FARIAS, Isabel Maria Sabino de	Política Educacional, Avaliação da Aprendizagem, Direito à Educação
41	2008	O efeito da escola básica brasileira	ANDRADE, Renato Júdice de; SOARES, José Francisco	Escolas, Saeb, Desenvolvimento Cognitivo, Alunos, Qualidade do Ensino, Educação Básica
41	2008	Para uma teoria da avaliação no domínio das aprendizagens	FERNANDES, Domingos	Teoria da Educação, Avaliação da Aprendizagem, Avaliação da Educação, Prática de Ensino, Avaliação do Aluno
42	2009	Avaliação formativa por meio de alunos tutores: efeitos no desempenho cognitivo e na satisfação do aluno	SILVA, Elaine Aparecida da; RODRIGUES JUNIOR, José Florêncio	Avaliação da Aprendizagem, Ensino Médio, Ensino de Matemática, Taxonomia Educacional
43	2009	Avaliação educacional: para além da unilateralidade objetivista/subjetivista	GAMA, Zacarias	Avaliação da Educação, Avaliação da Aprendizagem, Ensino Básico
43	2009	Estudos de avaliação na educação infantil	CIASCA, Maria Isabel Filgueiras Lima; MENDES, Débora Lúcia Lima Leite	Avaliação, Educação Infantil, Crianças de 0-5 Anos, Desenvolvimento da Criança
44	2009	Avaliação da aprendizagem na legislação nacional: dos anos 1930 aos dias atuais	SOUZA, Sandra M. Zákia L.	Avaliação da Aprendizagem; Legislação do Ensino; História da Educação
44	2009	Concepções de avaliação de professores e alunos da rede pública do estado do Paraná	ALMEIDA, Marlisa Bernardi de; PERON, Luciana del Castanhel; DESIDÉRIO, Ricardo	Avaliação da Aprendizagem, Relações Professor-Alunos, Processo de Ensino-Aprendizagem

APÊNDICE B

Educação básica: artigos resultantes de dissertações de mestrado e teses de doutorado

Autor	Título artigo	Título da dissertação/tese	Orientador	Instituição	Ano defesa	Financ.
Mara S. A. Ewbank	Avaliação de concepções sobre a escrita de crianças: a alfabetização na pré-escola	Dissertação de Mestrado Eu (não) fiz o pré. E agora José? Avaliando as concepções de escrita de crianças que fizeram ou não a pré-escola no município de Franca/SP	Sergio Antonio da Silva Leite	Unicamp	1994	—
Maria Angela dos Santos	Desvelando o jogo da avaliação entre professor e aluno	Dissertação de mestrado Desvelando o jogo da avaliação entre professor e aluno	Clarilza Prado de Souza	PUC-SP	1994	—
Léa Depresbiteris	Avaliação da Aprendizagem como ponto de partida para a avaliação de programas	Tese de doutorado Avaliação da aprendizagem como ponto de partida para a avaliação de programas de formação profissional	Samuel Pfromm	USP	1989	—
Gláucia Torres Franco Novaes	Linguagem características de alunos de 8ª série do ensino fundamental e seu desempenho em Redação	Dissertação de mestrado Produções escritas de alunos de 8ª série do 1º grau do Vale do Jequitinhonha: um estudo sobre fatores favorecedores à construção de um bom escritor	José Fernando Bitencourt Lomônaco	USP	1997	—
Maria do Socorro Taurino Brito	Norma e critério de desempenho como parâmetros da avaliação da aprendizagem	Tese de doutorado Comparação entre os efeitos da avaliação por critérios e norma no desempenho escolar em Matemática	Fernando Lomônaco	USP	1990	—
Suzana dos Santos Gomes	Tessituras de avaliação formativa: um estudo de práticas docentes em construção	Dissertação de mestrado Tessituras docentes de avaliação formativa	Pura Lucia Oliver Martins	UFMG	2003	—
Silza Maria Pasello Valente	A avaliação da aprendizagem no contexto da reforma	Tese de doutorado Parâmetros Curriculares Nacionais	Celestino Alves da Silva Júnior	Unesp	2002	—

	educacional brasileira	e avaliação nas perspectivas do Estado e da escola				
Zacarias Jaegger Gama	Avaliação Formativa: ensaio e uma arqueologia	Tese de doutorado Avaliação na escola de ensino fundamental: continuidade de padrões e tendências	Antonio Flavio Barbosa Moreira	UFRJ	2002	–
Lucia Cavichioli Pereira	Concepções e práticas de avaliação: um confronto necessário no ensino médio	Dissertação de mestrado Concepções e práticas de avaliação: um confronto necessário no ensino médio	Nadia Aparecida de Souza	UEL	2002	–
Beatriz Pedro Cortese	O que dizem os alunos sobre a avaliação escolar	Dissertação de mestrado O que dizem os alunos sobre avaliação	Maria Izabel Galvão Gomes Pereira	USP	2004	–
Raquel Calil Ruy	Avaliação formativa no ensino fundamental II: possibilidades da atuação docente	Dissertação de mestrado Avaliação formativa no ensino fundamental II: possibilidades enunciadas na atuação docente	Nadia Aparecida de Souza	UEL	2006	–
Marlizete Cristina Bonafini Steinle	Avaliação formativa e o processo de ensino/aprendizagem na educação infantil	Dissertação de mestrado Avaliação da aprendizagem: contemplando o universo da educação infantil	Nadia Aparecida de Souza	UEL	2006	–
Maria Tereza Carneiro Soares	Avaliação do rendimento em Matemática nas escolas do Paraná: estudo descritivo da prova da 4ª e 8ª séries do ensino fundamental	Tese de doutorado Matemática escolar: a tensão entre o discurso científico e o pedagógico na ação do professor	Sonia Teresinha de Sousa Penin	USP	1995	–
Renato Júdice de Andrade	O efeito da escola básica brasileira	Tese de doutorado Qualidade e equidade na educação básica brasileira: as evidências do Saeb 1995-2003	José Francisco Soares	UFMG	2008	–
Patrícia de Oliveira Rosa Silva	Análise das reflexões de uma professora de Ciências do ensino fundamental sobre avaliação escolar	Dissertação de mestrado Estudo das reflexões sobre a ação de uma professora de Ciências: um caso de formação continuada	Álvaro Lorencini Júnior	UEL	2008	CNPq

Elaine Aparecida da Silva	Avaliação formativa por meio de alunos tutores: efeitos no desempenho cognitivo e na satisfação do aluno	Dissertação de mestrado Avaliação formativa por meio da tutoria por alunos: efeitos no desempenho cognitivo e no nível de satisfação dos aprendizes	José Florêncio Rodrigues Júnior	UCB	2006	–
---------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------	-----	------	---

APÊNDICE C

Educação básica: obras dos autores estrangeiros mais citados

Philippe Perrenoud	<p>PERRENOUD, P. <i>Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas</i>. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.</p> <p>PERRENOUD, P. <i>Construir as competências desde a escola</i>. Porto Alegre: Artmed, 1999.</p> <p>PERRENOUD, P. <i>Não mexam na minha avaliação!</i> Para uma abordagem sistêmica da mudança pedagógica. In: ESTRELA, Albano; NÓVOA, Antônio. <i>Avaliações em educação</i>. Lisboa: Educa, 1992. p. 155-173.</p> <p>PERRENOUD, P. <i>Formação contínua e obrigatoriedade de competências na profissão de professor</i>. São Paulo: FDE, 1998.</p> <p>ALLAL, L; CARDINET, J.; PERRENOUD, P. <i>A avaliação formativa num ensino diferenciado</i>. Coimbra: Almedina, 1986.</p> <p>PERRENOUD, P. <i>Pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso</i>. Porto Alegre: Artmed, 2001.</p> <p>PERRENOUD, P. <i>Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas</i>. Lisboa: D. Quixote, 1994.</p> <p>PERRENOUD, P. <i>Os ciclos de aprendizagem: um caminho para combater o fracasso escolar</i>. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>PERRENOUD, P. <i>Dez novas competências para ensinar</i>. Porto Alegre: Artmed, 2000.</p> <p>PERRENOUD, P. <i>Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza</i>. Porto Alegre: Artmed, 2001.</p> <p>PERRENOUD, P. <i>A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica</i>. Porto Alegre: Artmed, 2002.</p>
Benjamin	BLOOM, B. S. et al. <i>Taxonomia dos objetivos educacionais: domínio cognitivo</i> . Porto Alegre: Globo, 1972.

Bloom	<p>BLOOM, B.; HASTINGS, J.; MADDAUS, G. <i>Manual de avaliação formativa e somativa do aprendizado escolar</i>. São Paulo: Pioneira, 1983.</p> <p>BLOOM, B. S. <i>Human characteristics and school learning</i>. New York: McGraw-Hill, 1976.</p>
Charles Hadji	<p>HADJI, C. <i>Avaliação desmistificada</i>. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.</p> <p>HADJI, C. <i>Avaliação: regras do jogo</i>. Porto: Porto, 1990.</p> <p>HADJI, C. <i>Pensar e agir a educação: da inteligência do desenvolvimento ao desenvolvimento da inteligência</i>. Porto Alegre: Artmed, 2001.</p> <p>HADJI, C. <i>L'évaluation des actions éducatives</i>. Paris: PUF, 1992.</p>

APÊNDICE D

Educação básica: obras dos autores brasileiros mais citados

Heraldo Vianna	<p>VIANNA, H. M. <i>Introdução à avaliação educacional</i>. São Paulo: Ibrasa, 1989.</p> <p>VIANNA, H. M. Novos estudos em avaliação educacional. <i>Estudos em Avaliação Educacional</i>, São Paulo, n. 19, p. 77-169, jan./jun. 1999.</p> <p>VIANNA, H. M. Avaliação do rendimento escolar e a interação aluno/professor. <i>Estudos em Avaliação Educacional</i>, São Paulo, n. 7, p. 89-94, jan./jun. 1993.</p> <p>VIANNA, H. M. <i>Avaliação educacional e o avaliador</i>. São Paulo: Ibrasa, 2000.</p> <p>VIANNA, H. M. Avaliação do rendimento de alunos de escolas de 1º grau da rede pública: uma aplicação experimental em 10 cidades. <i>Educação e Seleção</i>, São Paulo, v. 17, p. 5-52, 1988.</p> <p>VIANNA, H. M. Avaliação do rendimento de alunos de escolas do 1º grau da rede pública: um estudo em 20 cidades. <i>Educação e Seleção</i>, São Paulo, n. 19, p. 33-98, jun. 1989.</p> <p>VIANNA, H. M. Avaliação do rendimento de alunos de escolas de 1º grau da rede pública: um estudo em 39 cidades. <i>Educação e Seleção</i>, São Paulo, v. 20, p. 5-56, 1989.</p> <p>VIANNA, H. M.; GATTI, B. Avaliação do rendimento de alunos das 2ªs e 4ªs séries de escolas oficiais do estado do Paraná. <i>Educação e Seleção</i>, São Paulo, v. 18, p. 5-62, 1988.</p> <p>VIANNA, H. M. Avaliação do rendimento escolar de alunos da 3ª série do 2º grau: subsídios para uma discussão. <i>Estudos em Avaliação Educacional</i>, São Paulo, n. 3, p. 71-102, jan./jun. 1991.</p> <p>VIANNA, H. M. Avaliação do ciclo de alfabetização em Minas Gerais. <i>Estudos em Avaliação Educacional</i>, São Paulo, n. 5, p. 49-69, jan./jun. 1992.</p> <p>VIANNA, H. M. Avaliação do desempenho em Matemática e Ciências: uma</p>
-----------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>experiência em São Paulo e em Fortaleza. <i>Estudos em Avaliação Educacional</i>, São Paulo, n. 5, p. 107-120, jun./dez. 1992.</p> <p>VIANNA, H. M.; SQUÁRCIO, N. do C.; VILHENA, M. das G. As escolas estaduais de Minas Gerais e o CBA. <i>Estudos em Avaliação Educacional</i>, São Paulo, n. 6, p. 137-159, jul./dez. 1992.</p> <p>VIANNA, H. M. Medida da qualidade em educação: apresentação de um modelo. <i>Estudos em Avaliação Educacional</i>, São Paulo, n. 2, p. 99-104, jul./dez. 1990.</p> <p>VIANNA, H. M.; ANTUNES, A. L.; SOUZA, M. A. Desenvolvimento de um programa de avaliação do sistema educacional do ensino: o exemplo de Minas Gerais. <i>Estudos em Avaliação Educacional</i>, São Paulo, n. 8, p. 5-37, jun./dez. 1993.</p> <p>VIANNA, H. M. <i>Testes em Educação</i>. São Paulo: Ibrasa, 1982.</p> <p>VIANNA, H. M. A perspectiva das medidas referenciadas a critério. <i>Educação e Seleção</i>, São Paulo, v. 2, p. 5-14, dez. 1980.</p> <p>VIANNA, H. M. Avaliação educacional: algumas ideias precursoras. <i>Educação e Seleção</i>, São Paulo, v. 6, p. 61-70, 1982.</p> <p>GATTI, B. A.; VIANNA, H. M.; DAVIS, C. Problemas e impasses da avaliação de projetos e sistemas educacionais: dois casos brasileiros. <i>Estudos em Avaliação Educacional</i>, São Paulo, n. 4, p. 7-27, jul./dez. 1991.</p>
<p>Cipriano Luckesi</p>	<p>LUCKESI, C. C. Verificação ou avaliação: o que pratica a escola? A construção do professor de ensino e a avaliação. <i>Ideias</i>, São Paulo, n. 8, p. 71-80, 1990.</p> <p>LUCKESI, C. C. <i>Avaliação da aprendizagem escolar</i>. São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p>LUCKESI, C. C. <i>Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições</i>. São Paulo: Cortez, 1998.</p> <p>LUCKESI, C. C. Avaliação educacional escolar: para além do autoritarismo. <i>Tecnologia Educacional</i>, São Paulo, v. 13, p. 6-15, 1984.</p> <p>LUCKESI, C. C. Avaliação educacional: pressupostos conceituais. <i>Tecnologia educacional</i>, São Paulo, n. 24, p. 5-8, set./out. 1978.</p> <p>LUCKESI, C. C. <i>Equívocos teóricos na prática educacional</i>. Rio de Janeiro: ABT, 1982.</p> <p>LUCKESI, C. C. O papel da didática na formação do educador. In: CANDAU, V. M. (Org.). <i>A didática em questão</i>. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987. p. 23-30.</p>
<p>Jussara Hoffman</p>	<p>HOFFMANN, J. <i>Ponto e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação</i>. Porto Alegre: Mediação, 1998.</p> <p>HOFFMANN, J. <i>Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista</i>. Porto Alegre: Mediação, 2003.</p> <p>DEMO, P.; LA TAILLE, Y de; HOFFMANN, J. <i>Grandes pensadores em</i></p>

	<p><i>educação: o desafio da aprendizagem, da formação moral e da avaliação.</i> Porto Alegre: Mediação, 2001.</p> <p>HOFFMANN, J. <i>Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança.</i> Porto Alegre: Mediação, 1996.</p> <p>HOFFMANN, J. <i>Avaliar para promover: as setas do caminho.</i> Porto Alegre: Mediação, 2005.</p> <p>HOFFMANN, J. <i>O jogo do contrário em avaliação.</i> Porto Alegre: Mediação, 2005.</p> <p>HOFFMANN, J. <i>Avaliação mediadora.</i> Porto Alegre: Mediação, 1993.</p>
<p>Cláudia Davis</p>	<p>DAVIS, C.; ESPÓSITO, Y. L. Papel e função do erro na avaliação escolar. <i>Temas em Debate. Cadernos de Pesquisa.</i> São Paulo, n. 74, p. 71-75, ago. 1990.</p> <p>DAVIS, C.; ESPÓSITO, Y. L. A escola pública: um estudo sobre a aprendizagem nas séries iniciais. <i>Estudos em Avaliação Educacional,</i> São Paulo, n. 5, p. 29-50, jan./jun. 1992.</p> <p>GATTI, B. A.; VIANNA, H. M.; DAVIS, C. Problemas e impasses da avaliação de projetos e sistemas educacionais: dois casos brasileiros. <i>Estudos em Avaliação Educacional,</i> São Paulo, n. 4, p. 7-27, jul./dez. 1991.</p> <p>DAVIS, C.; SETÚBAL, M. A.; ESPOSITO, Y. L. Papel e valor das interações sociais em sala de aula. <i>Cadernos de Pesquisa,</i> São Paulo, n. 71, p. 49-54. nov. 1989.</p> <p>DAVIS, C. et al. <i>Programas e projetos educacionais: panorama parcial da década de 80.</i> São Paulo: Cenpec/FCC/Unicef, 1990.</p> <p>NEUBAUER, R.; DAVIS, C.; ESPÓSITO, Y. L. Avaliação do processo de inovações no ciclo básico e seu impacto sobre a situação de ensino-aprendizagem na região metropolitana de São Paulo. <i>Estudos em Avaliação Educacional,</i> São Paulo, n. 13, p. 35-64, jan./jun. 1996.</p>
<p>Marli André</p>	<p>ANDRÉ, M. <i>Etnografia da prática escolar.</i> São Paulo: Papirus, 1995.</p> <p>FRANCO, M. L. B. et.al. Mesa-redonda: avaliação escolar. <i>Cad. Pesq,</i> São Paulo, n. 74, p. 62-79, ago. 1990.</p> <p>ANDRÉ, M. (Org.). <i>Pedagogia das diferenças na sala de aula.</i> Campinas: Papirus, 2001.</p> <p>LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. <i>Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.</i> São Paulo: EPU, 1986.</p> <p>ANDRÉ, M. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. <i>Cad. Pesq,</i> São Paulo, n. 113, p. 51-64, jul. 2001.</p> <p>ANDRÉ, M. Avaliação escolar: além da meritocracia e do fracasso. <i>Cad. Pesq,</i> São Paulo, n. 99, p. 16-20, nov. 1996.</p> <p>ANDRÉ, M. Avaliação da escola e avaliação na escola. <i>Cad. Pesq,</i> São</p>

APÊNDICE E

Artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação superior publicados na revista *Estudos em Avaliação Educacional* (1990-2010)

Nº	Ano	Título	Autor	Palavras-chave
11	1995	Avaliação da aprendizagem de trabalhadores-estudantes: buscando novos caminhos	ABRAMOWICZ, Mere	Avaliação da Aprendizagem, Trabalho, Educação, Qualidade do Ensino
11	1995	O início dos testes de múltipla escolha no acesso à universidade	LESER, Walter S. P.	Acesso ao Ensino Superior, Concurso Vestibular, Avaliação da Aprendizagem
11	1995	O vestibular da Universidade de São Paulo: modelo adotado em 1995	PINHO FILHO, Alceu G. de	Concurso Vestibular, Dados Estatísticos, USP, Fuvest
11	1995	O vestibular e a prova de Redação: mais concordâncias, menos controvérsias	ROCCO, Maria Thereza F.	Concurso Vestibular, Redação, Fuvest
11	1995	Os novos modelos de vestibular: preocupações metodológicas	VIANNA, Heraldo M.	Concurso Vestibular, Fuvest
11	1995	Reflexões sobre o vestibular para as universidades no Brasil	RIBEIRO, Sérgio C.	Concurso Vestibular, Brasil
11	1995	Uma política de vestibulares para a Universidade de São Paulo (USP)	BEISIEGEL, Celso de R.	Concurso Vestibular, Políticas Educacionais, USP
12	1995	As grandes certezas: análise de itens de duas provas da Fuvest (1996)	PINHO FILHO, Alceu G. de	Concurso Vestibular, Fuvest
12	1995	Provas objetivas e dissertativas nos vestibulares: a experiência da Universidade Federal do Espírito Santo	SOSSA, João A.; SOSSA, Arnaldo; CARVALHO, Denise A.	Concurso Vestibular, Ufes
14	1996	Relação do desempenho no concurso vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS - com diversas variáveis	SILVEIRA, Fernando L. da	Concurso Vestibular, UFRGS, Ensino Superior

15	1997	A aparente responsabilidade do vestibular na elitização da universidade pública: uma análise dos dados da Universidade Estadual Paulista - Vunesp/1993	SANTOS, Cássio M. dos	Concurso Vestibular, Ensino Superior, Universidades Públicas, Acesso ao Ensino Superior
15	1997	O vestibular em discussão	MORAES, Zélia H. de	Concurso Vestibular, Redação, Acesso ao Ensino Superior, Avaliação da Aprendizagem
16	1997	Comparação entre três argumentos de concorrência para o vestibular da UFRGS	SILVEIRA, Fernando L. da	Concurso Vestibular, Acesso ao Ensino Superior, Testes
17	1998	Heterogeneidade acadêmica dos alunos admitidos na UFMG e PUC-MG	SOARES, José F.; MARTINS, Maria Inês; ASSUNÇÃO, Cibele N. B.	Avaliação Institucional, TRI, UFMG, PUC-MG, Cursos, Avaliação da Aprendizagem, Estatística, Exame Nacional de Cursos
20	1999	Explicação do desempenho em Ciências no concurso vestibular de 1998 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul	SILVEIRA, Fernando L. da; PRÁ, Jussara R.	Rendimento Escolar, Concurso Vestibular, Ensino de Ciências, Condições Sócio-Econômicas, Dados Estatísticos, UFRGS
23	2001	Contribuição do porta-fólio para a organização do trabalho pedagógico	VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas	Avaliação da Aprendizagem, Avaliação da Educação, Desempenho, Alunos, Professores
24	2001	A questão da Redação no concurso vestibular à universidade: validade e poder decisório	SILVEIRA, Fernando L. da; PINENT, Carlos E. da C.	Concurso Vestibular, Questão de Redação, Validade, Poder Decisório
27	2003	Repensando a avaliação no curso de Pedagogia: o portfólio como uma prática possível	VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas	Avaliação, Portfólio, Trabalho Pedagógico, Formação de Professores
28	2003	O portfólio e a avaliação no ensino superior	RANGEL, Jurema Nogueira Mendes	Avaliação, Universidade, Portfólio
29	2004	Avaliação da aprendizagem: o portfólio como auxiliar na construção de um profissional reflexivo	ALBERTINO, Fátima Maria de Freitas; SOUZA, Nadia Aparecida de	Avaliação da Aprendizagem, Ensino Superior, Concepção e Ação Docente, Portfólio
30	2004	Alocação do tempo para estudo e desempenho no vestibular: evidências a partir da Universidade Federal da Bahia	AVENA, Cláudio Pondé	Vestibular, Tempo para Estudo, Produção Educacional,

				Oportunidades Educacionais, Desigualdade de Renda, Estrutura de Classes Sociais
32	2005	Avaliação de competências: o aperfeiçoamento profissional na área de enfermagem	SOUZA, Nadia Aparecida de	Avaliação da Aprendizagem, Avaliação de Competências, Formação Profissional
32	2005	El portafolio como práctica pedagógica	SOLAR, Gladys Riquelme del; SILVA, Andrés Aguirre; FUENTEALBA, Juan Saavedra	Avaliação de Processo, Multidimensional, Auto-Estima, Interação, Portafólio
33	2006	Avaliação de alunos indígenas na Universidade Estadual de Maringá: um ensino adequado à diversidade sociocultural	ASSIS, Valéria Soares de	Ensino Superior Indígena, Avaliação Diferenciada, Diálogo Intercultural
33	2006	O uso do portfólio em um projeto de pesquisa	VALENTE, Silza Maria Pasello; REZENDE, Lucinea Aparecida de	Portfólio, Avaliação, Projeto de Pesquisa, Leitura
33	2006	Portfólio: conceitos básicos e indicações para utilização	ALVARENGA, Georfravia Montoza; ARAUJO, Zilda Rossi	Avaliação Formativa, Portfólio, Ensino e Aprendizagem
34	2006	Portfólio: aproximando o saber e a experiência	ALVARENGA, Georfravia Montoza; ARAUJO, Zilda Rossi	Avaliação da Aprendizagem, Portfólio, Prática Avaliativa
35	2006	Portfólio: uma alternativa para o gerenciamento das situações de ensino e aprendizagem	ARAUJO, Zilda Rossi; ALVARENGA, Georfravia Montoza	Portfólio, Ensino, Aprendizagem, Avaliação Qualitativa, Cotidiano Escolar
35	2006	Práticas avaliativas consideradas positivas por alunos do ensino superior: aspectos didático-pedagógicos	BERBEL, Neusi Aparecida Navas; OLIVEIRA, Cláudia Chueire de; VASCONCELLOS, Maura Maria Morita	Avaliação da Aprendizagem, Práticas Avaliativas Positivas, Ensino Superior, Metodologia da Problematização
36	2007	Avaliação da aprendizagem: a construção de uma proposta em Educação Física	GORINI, Maria Augusta Gebara; SOUZA, Nadia Aparecida de	Avaliação Da Aprendizagem, Formação Docente, Profissional Reflexivo
38	2007	O portfólio na avaliação da aprendizagem no ensino presencial e a distância: a alternativa hipertextual	NUNES, Lina Cardoso	Portfólio, Avaliação, Aprendizagem.
43	2009	Avaliação e aprendizagem na	GARCIA, Joe	Ensino Superior,

		educação superior		Avaliação da Aprendizagem
43	2009	Contribuições do portfólio para a avaliação do aluno universitário	VIEIRA, Vânia Maria de Oliveira; SOUSA, Clarilza Prado	Representação Social, Avaliação da Educação, Formação de Professores, Ensino Superior Sudeste

APÊNDICE F

Educação superior: artigos resultantes de dissertações de mestrado e teses de doutorado

Nº	Ano	Autor	Título artigo	Título	Orient.	Instit.	Ano def.	Financ
11	1995	ABRAMOWICZ, Mere	<u>Avaliação da aprendizagem de trabalhadores-estudantes: buscando novos caminhos</u>	Tese de doutorado Avaliação da aprendizagem: como trabalhadores-estudantes de uma faculdade particular noturna veem o processo: em busca de um caminho	FRANCO, Maria Laura P. B.	PUC-SP	1990	—
15	1997	MORAES, Zélia H. de	<u>O vestibular em discussão</u>	Dissertação de mestrado O vestibular em discussão	[?]	USP	1992	—
29	2004	ALBERTINO, Fátima Maria de Freitas; SOUZA, Nadia Aparecida de	<u>Avaliação da Aprendizagem: o portfólio como auxiliar na construção de um profissional reflexivo</u>	Dissertação de mestrado Ouvir, refletir, planejar: examinando uma proposta de avaliação com alunos da Enfermagem	SOUZA, Nadia Aparecida de	UEL	2002	—
30	2004	AVENA, Cláudio Pondé	<u>Alocação do tempo para estudo e desempenho no vestibular: evidências a</u>	Tese de doutorado Acesso ao ensino superior e desempenho	VERHINE, Robert Evan	Ufba	2007	—

			<u>partir da Universidade Federal da Bahia</u>	acadêmico: evidências a partir da Universidade Federal da Bahia				
36	2007	GORINI, Maria Augusta Gebara; SOUZA, Nadia Aparecida de	<u>Avaliação da Aprendizagem: a construção de uma proposta em Educação Física</u>	Dissertação de mestrado Avaliação da aprendizagem: a construção de uma proposta em Educação Física	SOUZA, Nadia Aparecida de	UEL	2004	–

APÊNDICE G

Educação superior: obras dos autores estrangeiros mais citados

Phillip Perrenoud	<p>PERRENOUD, P. <i>Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas</i>. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.</p> <p>PERRENOUD, P. <i>Construir as competências desde a escola</i>. Porto Alegre: Artmed, 1999.</p> <p>PERRENOUD, P. <i>Não mexam na minha avaliação!</i> Para uma abordagem sistêmica da mudança pedagógica. In: ESTRELA, Albano; NÓVOA, Antônio. <i>Avaliações em educação</i>. Lisboa: Educa, 1992. p. 155-173.</p> <p>PERRENOUD, P. <i>Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas</i>. Lisboa: D. Quixote, 1994.</p> <p>PERRENOUD, P. <i>Dez novas competências para ensinar</i>. Porto Alegre: Artmed, 2000.</p> <p>PERRENOUD, P. <i>Pedagogia diferenciada: das intenções à ação</i>. Porto Alegre: Artmed, 2000.</p>
Charles Hadji	<p>HADJI, C. <i>Avaliação desmistificada</i>. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.</p> <p>HADJI, C. <i>Avaliação: regras do jogo</i>. Porto: Porto, 1990.</p> <p>HADJI, C. <i>Pensar e agir a educação: da inteligência do desenvolvimento ao desenvolvimento da inteligência</i>. Porto Alegre: Artmed, 2001.</p>
Tom Crockett	<p>CROCKETT, T. <i>The portfolio journey: a creative guide to keeping studentmanaged portfolios in the classroom</i>. Englewood, (CO): Teacher Ideas, 1998.</p>
Lee Cronbach	<p>CRONBACH, L. J. Coefficient Alpha and the internal structure of tests. <i>Psychometrika</i>, New York, n. 16, p. 297-335, 1951.</p>
	<p>WHERRY, R. J. <i>Contributions to correlational analysis</i>. Orlando: Academic</p>

Robert Wherry	Press, 1984.
----------------------	--------------

APÊNDICE H

Educação superior: obras dos autores brasileiros mais citados

Heraldo Vianna	<p>VIANNA, H. Acesso à universidade: um estudo de validade. <i>Educação e Seleção</i>, São Paulo, n. 15, p. 83-145, 1987.</p> <p>VIANNA, H. M. Avaliação do rendimento escolar e a interação aluno/professor. <i>Estudos em Avaliação Educacional</i>, São Paulo, n. 7, p. 89-94, jan./jun. 1993.</p> <p>VIANNA, H. Medida da expressão escrita e prova objetiva: um estudo preliminar de validade. <i>Cad. Pesqui.</i>, São Paulo, n. 38, p. 26-44, 1981.</p> <p>VIANNA, H. Aplicação de critérios de correção em provas de redação. <i>Cad. Pesqui.</i>, São Paulo, n. 26, p. 29-34, 1978.</p> <p>VIANNA, H. Flutuações de julgamentos em provas de redação. <i>Cad. Pesqui.</i> São Paulo, n. 19, p. 5-9, 1976.</p> <p>VIANNA, H. Acesso à universidade: uma reflexão ao longo do tempo. <i>Educação e Seleção</i>, São Paulo, n. 18, p. 129-141, jul./dez.1988.</p> <p>VIANNA, H. M. <i>Testes em Educação</i>. São Paulo: Ibrasa, 1982.</p> <p>VIANNA, H. M. Acesso à universidade: os caminhos da perplexidade. <i>Educação e Seleção</i>, São Paulo, n. 14, p. 87-131, jul./dez.1986.</p> <p>VIANNA, H. <i>Comunicação e expressão: problemas teóricos e práticos de avaliação</i>. São Paulo: Ibrasa, 1984.</p> <p>VIANNA, H. Redação e medida da expressão escrita: algumas contribuições da pesquisa educacional. <i>Cad. Pesqui.</i>, São Paulo, n. 16, p. 41-47, 1976.</p>
Cipriano Luckesi	<p>LUCKESI, C. C. <i>Avaliação da aprendizagem escolar</i>. São Paulo: Cortez, 2002.</p>

<p>Jussara Hoffman</p>	<p>HOFFMANN, J. <i>Ponto e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação</i>. Porto Alegre: Mediação, 1998.</p> <p>HOFFMANN, J. <i>Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista</i>. Porto Alegre: Mediação, 2003.</p> <p>HOFFMANN, J. <i>Avaliar para promover: as setas do caminho</i>. Porto Alegre: Mediação, 2005.</p> <p>HOFFMANN, J. <i>O jogo do contrário em avaliação</i>. Porto Alegre: Mediação, 2005.</p> <p>HOFFMANN, J. <i>Avaliação mediadora</i>. Porto Alegre: Mediação, 1993.</p>
<p>Benigna Villas Boas</p>	<p>VILLAS BOAS, B. Avaliação no trabalho pedagógico universitário. In: CASTANHO, S.; CASTANHO, M. E. (Org.). <i>O que há de novo na educação superior: do projeto pedagógico à prática transformadora</i>. Campinas, SP: Papirus, 2000. p. 133-158.</p> <p>VILLAS BOAS, B. M. F. Avaliação formativa: em busca do desenvolvimento do aluno, do professor e da escola. In: VEIGA, I. P. A.; VEIGA, M. F. <i>As dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios para a escola</i>. Campinas, SP: Papirus, 2001. p. 175-212.</p> <p>VILLAS BOAS, B. M. de F. Contribuições de porta-fólios para a organização do trabalho pedagógico. <i>Estudos em Avaliação Educacional</i>, São Paulo, n. 23, p. 137-152, jan./jun. 2001.</p> <p>VILLAS BOAS, B. M. de F. <i>Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico</i>. Campinas, SP: Papirus, 2004.</p> <p>VILLAS BOAS, B. M. F. Construindo a avaliação formativa em uma escola de educação infantil e fundamental. In: VILLAS BOAS, B. M. F. (Org.) <i>Avaliação: políticas e práticas</i>. Campinas, SP: Papirus, 2002. p. 131-143.</p>
<p>Sérgio Costa Ribeiro</p>	<p>RIBEIRO, S. C. O vestibular 1988: seleção ou exclusão? <i>Educação e Seleção</i>, São Paulo, n. 18, p. 93-109, jul./dez. 1988.</p> <p>RIBEIRO, S. C.; KLEIN, R. A divisão interna da universidade: posição social das carreiras. <i>Educação e Seleção</i>, São Paulo, n. 5, p. 27-37, jan./jun. 1982.</p> <p>RIBEIRO, S. C. Vestibular: a visão de professores e alunos das instituições de ensino superior hoje. <i>Educação e Seleção</i>, São Paulo, n. 13, p. 31-40, jan./jun. 1986.</p>
<p>Fernando Lang da Silveira</p>	<p>SILVEIRA, F. L. Correlação entre avaliações por testes de múltipla escolha e por provas analítico-expositivas: crítica e proposta metodológica. <i>Revista Brasileira de Ensino de Física</i>, São Paulo, n. 18, p. 362-371, 1996.</p> <p>SILVEIRA, F. L. Validação de testes. In: MOREIRA, Marco A.; SILVEIRA, Fernando L. <i>Instrumentos de pesquisa em ensino e aprendizagem</i>. Porto Alegre: EdIPUCRS, 1993.</p>

